



rumo
SOMOS O BRASIL EM MOVIMENTO

The image features a dark blue background with a large, light blue curved shape on the right side. The logo consists of the word 'rumo' in a bold, lowercase sans-serif font, followed by a circular icon containing a stylized white 'e' shape. Below the logo, the tagline 'SOMOS O BRASIL EM MOVIMENTO' is written in a smaller, uppercase sans-serif font.

Conteúdo

Relatório do auditor independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	13
Demonstrações de resultados do exercício	15
Demonstrações de outros resultados abrangentes	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa	19
Demonstrações do valor adicionado	21
Notas explicativas às demonstrações financeiras	22

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Rumo S.A.

Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rumo S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

Conforme mencionado nas notas explicativas 5.4. e 6.1 às demonstrações financeiras, a Companhia reconhece sua receita de transporte e prestação de serviços de acordo com os ciclos de transporte e da prestação de serviços, observando o período de competência. A receita é negociada desde a sua contratação, já havendo um cálculo prévio com base na distância e peso a ser transportado, e o preço negociado entre as partes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o total da receita bruta e o saldo bruto do contas a receber, nesta mesma data eram R\$7.349.804 mil e R\$434.171 mil, respectivamente.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos em relação à demonstração do resultado e ao ativo financeiro da Companhia, bem como em relação à sua magnitude, além dos potenciais efeitos decorrentes de diferenças entre o período de competência e o período efetiva de prestação dos serviços.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do ambiente de controles internos relativos ao reconhecimento de receita de transporte e da prestação de serviços, observando os limites das tarifas reguladas; (ii) a avaliação do desenho dos controles internos implementados pela Companhia para garantir o registro adequado das transações de receita, incluindo as análises de corte no reconhecimento da receita (cut-off); (iii) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, i) testamos documentalmente, por amostragem, as informações que deram suporte ao reconhecimento de receita operacional da Companhia e de suas controladas; ii) análise do corte da receita entre os exercícios sociais, considerando o período da prestação de serviço e o período de competência do reconhecimento dessa receita, através de procedimentos substantivos analíticos e expectativas de acordo com os prazos de transporte esperados; iii) comparação, por amostragem, dos preços negociados entre as partes, observando as tarifas aprovadas pelo poder concedente; iv) comparação da premissa de transporte médio estimado pela Companhia com o transporte médio real; v) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; e vi) reconciliação do saldo de receita com os registros contábeis. Analisamos, ainda, a exatidão dos cálculos aritméticos. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações das notas explicativas 5.4 e 6.1 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os valores de receita, na demonstração de resultado, e respectivo saldo de contas a receber, no ativo, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 5.4 e 6.1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em seu conjunto.

Renovação da concessão da Malha Paulista

Conforme mencionado nas notas explicativas 4.2 e 4.5, a controlada Rumo Malha Paulista S.A., celebrou junto à União, através da Agência Nacional de Transportes Terrestre - ANTT a renovação do 2º Termo Aditivo ao Contrato da Concessão da Rumo Malha Paulista, com vencimento postergado para 2058, mediante a diversos compromissos financeiros: i) pagamento de outorga adicional de R\$3.382.030 mil; ii) retomada do pagamento de arrendamento e concessão do contrato original; iii) pagamento de saldo remanescente do encontro de contas relativo à ação de desequilíbrio econômico no valor de R\$1.347.609 mil; e, iv) execução de projetos de investimentos em aumento de capacidade e redução de conflitos urbanos estimados em R\$6.100.000 mil (a valores atualizados até dezembro de 2017). Adicionalmente, em 15 de setembro de 2020, a Companhia pagou, antecipadamente, R\$2.823.777 mil, referente à 70 parcelas da outorga dessa concessão junto à União.

Consideramos como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos na renovação, o pagamento antecipado da outorga, em relação ao total do ativo e passivo da Companhia, bem como o impacto nas suas disponibilidades e nos futuros investimentos comprometidos, e ainda dos potenciais efeitos contábeis decorrentes da referida renovação, incluindo os efeitos no resultado do exercício decorrentes dos assuntos contingentes que estava em discussão entre as partes, conforme divulgações detalhadas nas notas explicativas 4.2 e 4.5.

Como nossa auditoria endereçou o assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, análise do processo e controles implementados pela Administração sobre o processo de renovação dos contratos de concessão, bem como sobre a avaliação do atendimento às normas contábeis vigentes, para identificação e registro contábil dos efeitos da renovação sobre o ativo, passivo e resultado da Companhia, incluindo os controles sobre a revisão pelos órgãos de governança da Companhia das premissas significativas subjacentes à determinação do valor presente; a análise das documentações referentes à renovação, incluindo o valor acordado entre as partes sobre as discussões contingentes que existiam e que impactaram o resultado da Companhia. Adicionalmente, verificamos as evidências dos pagamentos de forma antecipada das 70 parcelas de outorga da concessão.

Também avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas explicativas 4.2 e 4.5 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as transações realizadas na renovação da concessão da Rumo Malha Paulista, incluindo pagamento antecipado de outorga da concessão, consideramos que as transações e análises realizadas e adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.2 e 4.5, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

Infraestrutura da concessão e arrendamentos

Conforme divulgado nas notas explicativa 5.12 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado em seu ativo imobilizado, intangível e direito de uso, determinados ativos diretamente relacionados às operações e às concessões da Companhia, incluindo arrendamentos operacionais e de capital, como vagões e locomotivas, via permanente, obras em andamento, direito de uso de concessão e infraestrutura ferroviária e portuária, que somam R\$26.248.837 mil, e que representam, substancialmente, a infraestrutura da concessão e arrendamentos.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão e nos arrendamentos é parte relevante para a operação da Companhia. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura e arrendamento, bem como a definição da vida útil, são passíveis de julgamento por parte da Administração. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu R\$6.680.141 mil de adições a esses ativos de infraestrutura e arrendamentos, que incluem a renovação da Malha Paulista.

Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria, devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação dos gastos com infraestrutura e arrendamentos, e da magnitude dos montantes envolvidos sobre o total do ativo e dos compromissos da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, i) entendimento geral do ambiente de controles internos sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura e arrendamentos, incluindo a sua classificação como ativo qualificável para capitalização; ii) avaliação da natureza desses investimentos com a infraestrutura aplicada; iii) testes por amostragem dos materiais e serviços aplicados às obras e de inspeção física; iv) avaliação das classificações contábeis entre o ativo imobilizado, intangível e direito de uso (arrendamentos), observando os períodos das obras; v) as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes; vi) a capitalização de juros, quando aplicável; vii) utilização de procedimentos analíticos substantivos, sobre as adições e amortização; e, viii) teste de amortização desses ativos relacionados à infraestrutura de concessão e arrendamento.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e políticas de capitalização e amortização desses ativos de infraestrutura de concessão e arrendamentos preparados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 5.12, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

Os exames das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação, datado de 13 de fevereiro de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2021.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Marcos Alexandre S. Pupo

Contador CRC-1SP221749/O-0

Balancos patrimoniais
(Em milhares de Reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	1.568.667	700.706	7.778.606	1.963.014
Títulos e valores mobiliários	5.3	77.976	511.725	1.396.723	1.751.853
Contas a receber de clientes	5.4	18.558	15.111	421.322	385.563
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	69.736	-	826.340	-
Estoques	5.10	1.102	1.036	249.318	248.456
Recebíveis de partes relacionadas	4.9	61.383	16.762	46.179	11.670
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		32.899	16.343	134.928	138.005
Outros tributos a recuperar	5.9	57.674	30.618	350.883	347.316
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		166.900	674	3.195	644
Outros ativos		14.908	9.510	147.262	102.962
Ativo circulante		2.069.803	1.302.485	11.354.756	4.949.483
Contas a receber de clientes	5.4	867	5.422	7.170	13.686
Caixa restrito	5.3	79	3.511	34.562	147.910
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	40.707	168.089
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.14	-	-	1.270.621	1.174.484
Recebíveis de partes relacionadas	4.9	1.009.516	3.326	94.466	36.394
Outros tributos a recuperar	5.9	-	-	790.447	663.584
Depósitos judiciais	5.15	32.216	22.806	330.602	415.246
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	322.920	92.795	3.162.184	1.624.023
Outros ativos		23.735	3.974	51.061	31.599
Investimentos em controladas e coligadas	5.11	17.716.404	11.664.792	50.714	52.013
Imobilizado	5.12.1	120.284	125.601	13.646.248	11.770.168
Intangíveis	5.12.2	310.696	349.656	7.251.432	7.375.033
Direito de uso	5.12.3	-	-	7.823.401	4.410.952
Ativo não circulante		19.536.717	12.271.883	34.553.615	27.883.181
Total do ativo		21.606.520	13.574.368	45.908.371	32.832.664

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais
(Em milhares de Reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	482.421	969.054	2.504.223	1.064.846
Passivos de arrendamento	5.6	-	192	510.701	534.245
Fornecedores	5.7	72.291	55.109	754.542	513.325
Ordenados e salários a pagar		865	12.065	139.058	216.685
Imposto de renda e contribuição social correntes		165	208	11.555	7.658
Outros tributos a pagar	5.13	10.008	4.321	62.602	33.726
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		5.250	5.250	7.937	7.146
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados	5.16	-	-	158.705	9.847
Pagáveis a partes relacionadas	4.9	241.134	47.895	164.949	139.747
Receitas diferidas		2.802	2.802	6.278	7.601
Outros passivos financeiros	3.1	-	-	413.470	410.952
Outras contas a pagar		17.801	9.003	122.139	91.274
Passivo circulante		832.737	1.105.899	4.856.159	3.037.052
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	3.934.121	2.222.997	17.407.815	10.654.891
Passivos de arrendamento	5.6	-	-	2.401.617	3.994.895
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	-	-	-	482
Outros tributos a pagar	5.13	-	-	2.123	7.580
Provisão para demandas judiciais	5.15	52.808	48.077	473.104	480.943
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados	5.16	-	-	2.824.637	3.445.033
Provisão para passivo a descoberto	5.11	1.722.771	1.791.179	-	-
Pagáveis a partes relacionadas	4.9	37.212	29.925	-	-
Outros passivos financeiros	3.1	-	-	31.425	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.14	18.650	-	2.514.928	2.490.851
Receitas diferidas		16.110	18.912	43.000	48.036
Outras contas a pagar		8.505	13.103	57.236	58.614
Passivo não circulante		5.790.177	4.124.193	25.755.885	21.181.325
Total do passivo		6.622.914	5.230.092	30.612.044	24.218.377
Patrimônio líquido					
Capital social	5.17	16.054.906	9.654.897	16.054.906	9.654.897
Ações em tesouraria		(10.005)	-	(10.005)	-
Reserva de capital		2.416.193	2.472.559	2.416.193	2.472.559
Ajustes de avaliação patrimonial		29.576	21.077	29.576	21.077
Reservas de lucros		253.599	305.728	305.728	305.728
Prejuízos acumulados		(3.760.663)	(4.109.985)	(3.812.792)	(4.109.985)
		14.983.606	8.344.276	14.983.606	8.344.276
Patrimônio líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores		14.983.606	8.344.276	14.983.606	8.344.276
Acionistas não controladores	5.11	-	-	312.721	270.011
Total do patrimônio líquido		14.983.606	8.344.276	15.296.327	8.614.287
Total do passivo e patrimônio líquido		21.606.520	13.574.368	45.908.371	32.832.664

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados do exercício

(Em milhares de Reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	6.1	950.269	596.415	6.966.159	7.087.840
Custos dos serviços prestados	6.2	(731.144)	(484.314)	(4.721.507)	(4.608.781)
Lucro bruto		219.125	112.101	2.244.652	2.479.059
Despesas comerciais	6.2	594	107	(30.670)	(6.983)
Despesas gerais e administrativas	6.2	(33.558)	(25.649)	(406.975)	(356.622)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.3	23.507	11.684	128.387	(24.084)
Despesas operacionais		(9.457)	(13.858)	(309.258)	(387.689)
Resultado antes da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		209.668	98.243	1.935.394	2.091.370
Equivalência patrimonial	5.11	267.670	847.694	13.087	21.876
Resultado de equivalência patrimonial		267.670	847.694	13.087	21.876
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		477.338	945.937	1.948.481	2.113.246
Despesas financeiras		(472.186)	(261.996)	(1.894.425)	(1.871.188)
Receitas financeiras		88.693	24.012	176.990	202.532
Variação cambial, líquida		(72.588)	(10.448)	(1.577.342)	(205.839)
Derivativos		328.043	81.723	1.820.960	676.368
Resultado financeiro líquido	6.4	(128.038)	(166.709)	(1.473.817)	(1.198.127)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		349.300	779.228	474.664	915.119
Imposto de renda e contribuição social	5.14				
Corrente		(33.487)	(991)	(241.863)	(160.787)
Diferido		(18.650)	-	71.874	31.539
		(52.137)	(991)	(169.989)	(129.248)
Resultado do exercício		297.163	778.237	304.675	785.871
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		297.163	778.237	297.163	778.237
Acionistas não controladores		-	-	7.512	7.634
Resultado por ação:	6.6				
Básico				R\$,17857	R\$,49914
Diluído				R\$,17810	R\$,49768

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações de outros resultados abrangentes

(Em milhares de Reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado do exercício	297.163	778.237	304.675	785.871
Itens que não serão subsequentemente reclassificados para o resultado				
Ganhos (perdas) atuariais com plano de pensão	571	(499)	865	(580)
Tributos sobre (ganhos) perdas atuariais	-	-	(294)	81
	571	(499)	571	(499)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	7.958	3.215	7.958	3.215
	7.958	3.215	7.958	3.215
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	8.529	2.716	8.529	2.716
Resultado abrangente total	305.692	780.953	313.204	788.587
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	305.692	780.953	305.692	780.953
Acionistas não controladores	-	-	7.512	7.634

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas da Companhia						Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados			
Saldo em 01 de janeiro de 2020	9.654.897	-	2.472.559	305.728	21.077	(4.109.985)	8.344.276	270.011	8.614.287
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	297.163	297.163	7.512	304.675
Outros resultados abrangentes:									
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	7.958	-	7.958	-	7.958
Ganhos (perdas) atuariais com plano de pensão	-	-	-	-	571	-	571	-	571
Ajuste reflexo de custo atribuído em coligadas	-	-	-	-	(30)	30	-	-	-
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	8.499	297.193	305.692	7.512	313.204
Contribuição e distribuições para os acionistas									
Transações com pagamento baseado em ações	-	-	13.536	-	-	-	13.536	194	13.730
Opções sobre ações exercidas	-	-	(4.819)	-	-	-	(4.819)	-	(4.819)
Efeito da distribuição de dividendos para não controladores	-	-	(64)	-	-	-	(64)	64	-
Aumento de capital (Nota 5.17)	6.400.009	-	-	-	-	-	6.400.009	-	6.400.009
Gastos com emissões de ações	-	-	(65.019)	-	-	-	(65.019)	-	(65.019)
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	(52.129)	-	52.129	-	-	-
Ações próprias adquiridas	-	(10.005)	-	-	-	-	(10.005)	-	(10.005)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(3.280)	(3.280)
Total das transações com e para acionistas	6.400.009	(10.005)	(56.366)	(52.129)	-	52.129	6.333.638	(3.022)	6.330.616
Transações com os acionistas									
Aporte de não controlador em controlada	-	-	-	-	-	-	-	38.220	38.220
Total das transações com os acionistas	-	-	-	-	-	-	-	38.220	38.220
Saldo em 31 de dezembro de 2020	16.054.906	(10.005)	2.416.193	253.599	29.576	(3.760.663)	14.983.606	312.721	15.296.327

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas da Companhia					Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.654.897	2.462.045	266.817	18.907	(4.374.466)	8.028.200	266.423	8.294.623
Adoção inicial a norma CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	-	-	-	(475.391)	(475.391)	-	(475.391)
Saldo em 01 de janeiro de 2019	9.654.897	2.462.045	266.817	18.907	(4.849.857)	7.552.809	266.423	7.819.232
Resultado do exercício	-	-	-	-	778.237	778.237	7.634	785.871
Outros resultados abrangentes:								
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	3.215	-	3.215	-	3.215
Ganhos (perdas) atuariais com plano de pensão	-	-	-	(499)	-	(499)	-	(499)
Ajuste reflexo de custo atribuído em coligadas	-	-	-	(546)	546	-	-	-
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	2.170	778.783	780.953	7.634	788.587
Contribuição e distribuições para os acionistas								
Transações com pagamento baseado em ações	-	10.617	-	-	-	10.617	88	10.705
Efeito da distribuição de dividendos para não controladores	-	(103)	-	-	-	(103)	103	-
Constituição de reserva legal	-	-	38.911	-	(38.911)	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(4.237)	(4.237)
Total das contribuições e distribuições para os acionistas	-	10.514	38.911	-	(38.911)	10.514	(4.046)	6.468
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.654.897	2.472.559	305.728	21.077	(4.109.985)	8.344.276	270.011	8.614.287

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
(Em milhares de Reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	349.300	779.228	474.664	915.119
Ajustes para:				
Depreciação, amortização e redução ao valor recuperável, líquido	100.700	102.956	1.859.511	1.716.182
Equivalência patrimonial em controladas e associadas	(267.670)	(847.694)	(13.087)	(21.876)
Provisão para participações nos resultados e bônus	5.488	1.482	47.505	119.512
Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	-	-	(42.576)	(4.454)
Provisão de demandas judiciais	8.286	15.907	86.745	73.065
(Ganho) perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(594)	(126)	903	(10.836)
Transações com pagamento baseado em ações	13.206	10.472	13.730	10.705
Reversão de arrendamento e concessão em litígio	-	-	(379.636)	-
Créditos fiscais extemporâneos	(3.453)	(13.244)	(102.576)	(40.447)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	160.026	158.048	1.537.425	1.246.499
Outros	(2.879)	(9.625)	(8.919)	(90.271)
	362.410	197.404	3.473.689	3.913.198
Varição em:				
Contas a receber de clientes	6.168	12.357	13.259	135.664
Partes relacionadas, líquidas	168.632	38.497	(22.959)	(10.531)
Outros tributos, líquidos	(42.317)	(13.963)	(78.099)	(130.606)
Estoques	(65)	(7)	(4.100)	13.185
Ordenados e salários a pagar	(1.519)	(2.267)	(93.832)	(110.100)
Fornecedores	31.124	7.285	126.350	12.344
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados a pagar	-	-	(51.947)	-
Provisão para demandas judiciais	(13.144)	(26.490)	(157.238)	(145.421)
Outros passivos financeiros	-	(73)	(61.095)	50.808
Outros ativos e passivos, líquidos	(48.119)	(15.430)	(237.758)	(203.739)
	100.760	(91)	(567.419)	(388.396)
Caixa líquido gerado nas atividades de operacionais	463.170	197.313	2.906.270	3.524.802
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aumento de capital em controlada	(6.616.713)	(1.465.809)	-	-
Títulos e valores mobiliários	440.361	(389.760)	378.672	1.169.290
Caixa restrito	3.432	(96)	124.330	(31.456)
Redução de capital social de investida	-	10.665	-	-
Dividendos recebidos de controladas e associadas	553.374	921.653	3.900	6.969
Adições ao imobilizado e intangível	(6.807)	(6.514)	(2.979.213)	(1.943.063)
Mútuos concedidos	(1.006.000)	-	-	-
Caixa recebido de venda de outros ativos permanentes	-	-	3.045	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(6.632.353)	(929.861)	(2.469.266)	(798.260)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	963.591	1.663.987	6.172.611	2.402.347
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(109.604)	(174.150)	(653.002)	(1.945.040)
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(122.704)	(47.431)	(688.393)	(645.519)
Amortização de principal de arrendamento mercantil	(192)	(320)	(5.400.245)	(416.419)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	(10)	(57)	(495.146)	(246.360)
Integralização de capital, líquido de custos de emissão de ações	6.306.106	-	6.316.106	-
Compra de ações em tesouraria	(10.006)	-	(10.006)	-
Pagamento instrumentos financeiros derivativos	(3.161)	(9.370)	(4.904)	(52.767)
Recebimento instrumentos financeiros derivativos	13.124	-	184.541	2.047
Dividendos pagos	-	-	(1.959)	(4.233)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	7.037.144	1.432.659	5.419.603	(905.944)
Impacto da variação cambial nos saldos de caixa e equivalente de caixa	-	-	(41.015)	889
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	867.961	700.111	5.815.592	1.821.487
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	700.706	595	1.963.014	141.527
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.568.667	700.706	7.778.606	1.963.014
Informação suplementar:				
Imposto de renda e contribuição social pagos	3.457	5.815	11.876	31.928

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa **(Em milhares de Reais – R\$)**

- **Transações que não envolveram caixa**

A Companhia apresenta sua demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa da controladora e consolidado:

- (i) Registro de direitos de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento no montante de R\$ 3.522.469 relativo a novos contratos enquadrados na norma de arrendamento mercantil (Nota 5.12.3).
- (ii) Aquisição de ativos imobilizados com pagamento a prazo no montante de R\$ 289.198 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 53.621 em 31 de dezembro de 2019).

- **Apresentação de juros e dividendos**

A Companhia classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimento, com o objetivo de evitar distorções nos seus fluxos de caixa operacionais em função do caixa proveniente destas operações.

Os juros, recebidos ou pagos são classificados como fluxo de caixa nas atividades de financiamento, pois são considerados os custos de obtenção de recursos financeiros para aplicação em ativos imobilizados e intangíveis.

Demonstrações do valor adicionado
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas				
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	1.004.507	633.856	7.335.839	7.473.729
Outras receitas operacionais, líquidas	7.033	1.087	468.973	18.613
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	594	126	(903)	10.836
	1.012.134	635.069	7.803.909	7.503.178
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(686.540)	(453.848)	(2.253.066)	(2.271.263)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	58.416	73.502	(319.757)	(20.635)
Perda por valor recuperável de ativos	-	-	(143.984)	-
	(628.124)	(380.346)	(2.716.807)	(2.291.898)
Valor adicionado bruto	384.010	254.723	5.087.102	5.211.280
Retenções				
Depreciação e amortização	(100.700)	(102.956)	(1.715.527)	(1.716.182)
	(100.700)	(102.956)	(1.715.527)	(1.716.182)
Valor adicionado líquido produzido	283.310	151.767	3.371.575	3.495.098
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial em controladas e associadas	267.670	847.694	13.087	21.876
Aluguéis recebidos	25.200	14.420	-	-
Receitas financeiras	88.693	24.012	176.990	202.532
	381.563	886.126	190.077	224.408
Valor adicionado total a distribuir	664.873	1.037.893	3.561.652	3.719.506
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	38.209	23.173	809.479	806.620
Remuneração direta	27.298	20.546	578.793	562.447
Benefícios	7.202	2.368	192.729	210.998
FGTS	3.709	259	37.957	33.175
Impostos, taxas e contribuições	112.332	42.195	652.507	608.458
Federais	110.271	40.736	511.222	477.294
Estaduais	909	373	104.047	107.794
Municipais	1.152	1.086	37.238	23.370
Remuneração de capitais de terceiros	217.169	194.288	1.794.991	1.518.557
Juros	216.731	190.721	1.650.807	1.400.659
Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão	438	3.567	144.184	117.898
Remuneração de capitais próprios	297.163	778.237	304.675	785.871
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	7.512	7.634
Resultado do exercício	297.163	778.237	297.163	778.237
	664.873	1.037.893	3.561.652	3.719.506

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1 Informações da Companhia e do Grupo

1.1 Contexto operacional

A Rumo S.A. (“Companhia” ou “Rumo S.A.”), é uma companhia de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código RAIL3, e tem sua sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

A Companhia é prestadora de serviços no setor de logística (transporte e elevação), principalmente destinados à exportação de commodities, oferecendo uma solução integrada de transporte, movimentação, armazenagem e embarque desde os centros produtores até os principais portos do sul e sudeste do Brasil, além de participar em outras sociedades e empreendimentos, cujos objetos são relacionados com logística.

A Companhia opera no segmento de transporte ferroviário na região Sul do Brasil, por meio da controlada Rumo Malha Sul S.A. (“Rumo Malha Sul”), e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo por meio da Companhia, das controladas Rumo Malha Paulista S.A. (“Rumo Malha Paulista”), Rumo Malha Norte S.A. (“Rumo Malha Norte”) e Rumo Malha Oeste S.A. (“Rumo Malha Oeste”). Alcançará ainda os estados de Goiás e Tocantins por meio da controlada Rumo Malha Central S.A. (“Rumo Malha Central”). Além disso, a controlada Brado Logística e Participações S.A. (“Brado”) opera no segmento de contêineres, enquanto a Elevações Portuárias S.A. (“Elevações Portuárias”) conta com terminais de transbordo e terminais exportadores de açúcar e grãos no Porto de Santos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1.2 Concessões de operações ferroviárias e terminais portuários

A Companhia detém, por meio de subsidiárias ou coligadas, a concessão de serviços de ferrovia e terminais portuários, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:

Empresas	Término da concessão	Área de abrangência
Controladas		
Elevações Portuárias S.A.	Março de 2036	Porto de Santos-SP
Rumo Malha Paulista S.A.	Dezembro de 2058	Estado de São Paulo
Rumo Malha Sul S.A.	Fevereiro de 2027	Sul do Brasil e Estado de São Paulo
Rumo Malha Oeste S.A.	Junho de 2026	Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Rumo Malha Norte S.A.	Mai de 2079	Centro-Oeste
Rumo Malha Central S.A.	Julho de 2049	Norte, Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Portofer Ltda.	Junho de 2025	Porto de Santos-SP
Coligadas		
Terminal XXXIX S.A.	Outubro de 2050	Porto de Santos-SP
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP

As controladas e coligadas acima estão sujeitas ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das malhas ferroviárias e terminais portuários. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a ICPC 01(R1) / IFRIC 12– Contratos de concessão não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos e CPC 27 / IAS 16 – Ativo Imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1.3 Informações sobre o Grupo

a) Subsidiárias:

As demonstrações financeiras Consolidadas da Companhia Incluem:

Controladas	Participação direta e indireta	
	31/12/2020	31/12/2019
Logisport Armazéns Gerais S.A.	51,00%	51,00%
Elevações Portuárias S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Luxembourg Sarl	100,00%	100,00%
Rumo Intermodal S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Malha Oeste S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Malha Paulista S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Malha Sul S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Malha Norte S.A.	99,74%	99,74%
Rumo Malha Central S.A.	100,00%	-
Boswells S.A.	100,00%	100,00%
ALL Argentina S.A.	100,00%	100,00%
Paranaguá S.A.	100,00%	100,00%
ALL Armazéns Gerais Ltda.	100,00%	100,00%
Portofer Ltda.	100,00%	100,00%
Brado Logística e Participações S.A.	62,22%	62,22%
Brado Logística S.A.	62,22%	62,22%
ALL Mesopotâmica S.A.	70,56%	70,56%
ALL Central S.A.	73,55%	73,55%
Servicios de Inversión Logística Integrales S.A	100,00%	100,00%
Terminal São Simão S.A. ⁽ⁱ⁾	51,00%	-

(i) A Companhia foi constituída em 22 de maio de 2020, e se encontra em fase pré-operacional.

b) Associadas:

A Companhia possui participação de 30% na Rhall Terminais Ltda. (30% em 2019), 19,85% na Termag S.A. (19,85% em 2019), 9,92% na TGG S.A. (9,92% em 2019) e 49,62% no Terminal XXXIX S.A. (49,62% em 2019). A Administração entende que existe influência significativa decorrente da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

c) Controle do Grupo:

A Companhia é controlada direta da Cosan Logística S.A. (“Cosan Logística”), que detém 28,20% do seu capital. A controladora final da Companhia é a Cosan Limited, listada na Bolsa de Nova York, ou “NYSE” (ticker — CZZ).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Os IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelos IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 10 de fevereiro de 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na avaliação do prazo do arrendamento se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Incertezas sobre premissas e estimativas:

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Notas 5.12.1 e 5.12.2 – Imobilizado e intangível:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 5.14 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 5.15 – Provisão para demandas e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 6.5 - Pagamentos com base em ações:** Estimativa de perda de instrumentos durante o período de “*vesting*”.
- **Nota 2.3 – Mensuração do valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em mercado.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas subsidiárias, localizadas no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem dinheiro. As principais moedas funcionais das subsidiárias localizadas fora do Brasil são o dólar americano e o peso argentino.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio apurada na data de apresentação.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

As diferenças de moeda estrangeira são reconhecidas e apresentadas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. No entanto, se a operação no exterior for uma subsidiária não integral, então a proporção relevante da diferença de conversão é alocada para os interesses de não controladores. Quando uma operação no exterior é alienada ou ocorre perda de controle, o valor acumulado na reserva de conversão relacionada àquela operação no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na alienação.

As taxas de câmbio do Real (R\$) para as moedas funcionais de suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são:

<u>Moeda</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Dólar americano (USD)	5,1967	4,0307
Peso argentino (ARS)	0,0619	0,0673

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** As entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** As entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.
- **Nível 3:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. **6.5** - Pagamento com base em ações;
- ii. **5.8** - Instrumentos financeiros derivativos.

Os títulos das Sênior Notes cotados na Bolsa de Valores de Luxemburgo (“LuxSE”) apresentaram o seguinte comportamento, em percentual do valor nominal de face:

<u>Empréstimo</u>	<u>Empresa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Sênior Notes 2024	Rumo Luxembourg	104,17%	107,90 %
Sênior Notes 2025	Rumo Luxembourg	105,96%	107,27 %
Sênior Notes 2028	Rumo Luxembourg	108,75%	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os valores contábeis e o valor justos dos ativos e passivos financeiros que estão mensurados a valor justo são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
			Nível 2	Nível 2
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	1.396.723	1.751.853	1.396.723	1.751.853
Instrumentos financeiros derivativos	3.988.524	1.624.023	3.988.524	1.624.023
Total	5.385.247	3.375.876	5.385.247	3.375.876
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	-	(482)	-	(482)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(10.925.462)	(7.036.181)	(10.925.462)	(7.036.181)
Total	(10.925.462)	(7.036.663)	(10.925.462)	(7.036.663)

2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.4.1 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alteração do IFRS 16 – CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil;
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro do grupo. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevante ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, Arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, outros tributos a pagar, arrendamentos, derivativos e contas a pagar a partes relacionadas.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	2.614.419	11.884
Contas a receber de clientes	7.117	11.372
Fornecedores	(55.572)	(6.639)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(11.091.184)	(5.798.048)
Derivativos de taxa de câmbio (<i>nocional</i>) ⁽ⁱ⁾	8.500.680	5.845.793
Passivo de arrendamento	(99.217)	(65.348)
	(123.757)	(986)

(i) Estes saldos equivalem ao valor do *nocional* em Dólar e Euro convertidos para R\$ pela taxa de 31 de dezembro de 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos e euros, levantados em 31 de dezembro de 2020, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivo ou negativo no resultado, antes dos impostos, decorrente de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação às moedas estrangeiras no cenário provável, e para aumentos e diminuições de 25% e 50%, como segue:

Instrumento	Fator de risco	31/12/2020				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	Flutuação do câmbio	(174.422)	435.577	1.045.577	(784.421)	(1.394.421)
Contas a receber de clientes	Flutuação do câmbio	(475)	1.186	2.846	(2.135)	(3.796)
Fornecedores	Flutuação do câmbio	3.708	(9.259)	(22.225)	16.674	29.640
Derivativos de taxa de câmbio (nacional)	Flutuação do câmbio	(567.691)	1.415.555	3.398.802	(2.550.939)	(4.534.186)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Flutuação do câmbio	740.518	(1.847.148)	(4.434.815)	3.328.185	5.915.851
Passivo de arrendamento	Flutuação do câmbio	6.619	(16.530)	(39.680)	29.769	52.918
Impactos no resultado do exercício		8.257	(20.619)	(49.495)	37.133	66.006

O cenário provável utiliza o dólar e euro projetados por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2021. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável:

	31/12/2020	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	5,1967	4,8500	6,0625	7,2750	3,6375	2,4250
Euro	6,3779	5,9170	7,3963	8,8755	4,4378	2,9585

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias possuem instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros, em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis, no cenário provável e com aumentos e diminuições de 25% e 50% nas taxas de juros:

Exposição taxa de juros	31/12/2020				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	113.767	142.209	170.650	85.325	56.883
Títulos e valores mobiliários	31.190	38.988	46.786	23.393	15.595
Caixa restrito	811	1.014	1.216	608	405
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(598.442)	(673.246)	(748.051)	(523.637)	(448.833)
Derivativos de taxa de juros e câmbio	4.450	(22.048)	(48.545)	30.948	57.446
Passivo de arrendamento	(305.868)	(307.463)	(309.059)	(304.273)	(302.678)
Arrendamento e concessão parcelados	(25.755)	(32.222)	(38.690)	(19.403)	(12.935)
Outros passivos financeiros	(10.548)	(11.884)	(13.220)	(9.213)	(7.877)
Impactos no resultado do exercício	(790.395)	(864.652)	(938.913)	(716.252)	(641.994)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil, ou BACEN, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	2,23%	2,79%	3,35%	1,68%	1,12%
CDI	2,23%	2,79%	3,35%	1,68%	1,12%
TJLP	4,70%	5,88%	7,05%	3,53%	2,35%
IPCA	3,37%	4,21%	5,05%	2,53%	1,68%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa expõem-no a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	7.778.606	1.963.014
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	1.396.723	1.751.853
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	34.562	147.910
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	428.492	399.249
Recebíveis de partes relacionadas ⁽ⁱⁱ⁾	140.645	48.064
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾	3.988.524	1.624.023
	13.767.552	5.934.113

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é o valor registrado.
- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	<u>31/12/2020</u>
AA	2.498.115
A+	617.171
AAA	10.083.129
Total	<u>13.198.415</u>

O risco de crédito de clientes é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um montante significativo de contas a receber com saldos individuais menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas encontrem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2020				31/12/2019	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.491.892)	(1.159.204)	(15.215.602)	(6.601.862)	(25.468.560)	(17.639.045)
Fornecedores	(754.542)	-	-	-	(754.542)	(513.325)
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾	(413.470)	-	-	-	(413.470)	(410.952)
Parcelamento de débitos tributários	(1.526)	(393)	(498)	(486)	(2.903)	(11.470)
Passivo de arrendamento	(553.492)	(373.082)	(1.036.276)	(12.277.995)	(14.240.845)	(11.619.304)
Arrendamento e concessão parcelados	(51.167)	(365.087)	(369.881)	(433.053)	(1.219.188)	-
Pagáveis a partes relacionadas	(164.949)	-	-	-	(164.949)	(139.747)
Dividendos a pagar	(7.937)	-	-	-	(7.937)	(7.146)
Instrumentos financeiros derivativos	413.170	236.776	2.933.974	404.604	3.988.524	1.623.542
	(4.025.805)	(1.660.990)	(13.688.283)	(18.908.792)	(38.283.870)	(28.717.447)

- (i) Em 31 de dezembro de 2020 o saldo consolidado antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$444.895 (R\$410.952 em 31 de dezembro de 2019). Essas operações tiveram o Banco Itaú, Banco Bradesco e Banco Santander como contrapartes, a uma taxa média de 3,00% a.a. (6,33% a.a. em 31 de dezembro de 2019). O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, gira em torno de 90 dias.

3.2 Informação por segmento

A Administração avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base na medida de EBITDA (lucro antes do imposto de renda e contribuição social, despesa financeira líquida, depreciação e amortização).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Segmentos operacionais

A gestão da Companhia está estruturada em quatro segmentos:

- (i) Operações Norte: composto pelas operações ferroviárias, rodoviárias, transbordo e elevações portuárias nas áreas de concessão da Companhia, da Elevações Portuárias, da Rumo Malha Norte e da Rumo Malha Paulista.
- (ii) Operações Sul: composto pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste.
- (iii) Operações Central: composto pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da Rumo Malha Central.
- (iv) Operações de Contêineres: composto pela empresa do Grupo que tem foco em logística de contêineres seja por transporte ferroviário ou rodoviário e os resultados de operações de contêineres nas malhas.

As informações por segmento foram preparadas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Exercício:	31/12/2020					31/12/2019				
	Operações Norte	Operações Sul	Operações Central	Operações de Contêineres	Consolidado	Operações Norte	Operações Sul	Operações Central	Operações de Contêineres	Consolidado
Resultado por Unidade de Negócio										
Receita líquida	5.270.435	1.409.872	-	285.852	6.966.159	5.313.730	1.478.314	-	295.796	7.087.840
Custo dos serviços prestados	(3.132.957)	(1.294.591)	-	(293.959)	(4.721.507)	(2.850.692)	(1.442.320)	-	(315.769)	(4.608.781)
Lucro bruto	2.137.478	115.281	-	(8.107)	2.244.652	2.463.038	35.994	-	(19.973)	2.479.059
Margem bruta (%)	40,56%	8,18%	0,00%	-2,84%	32,22%	46,35%	2,43%	0,00%	-6,75%	34,98%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(273.046)	(84.914)	(40.218)	(39.468)	(437.645)	(240.259)	(58.256)	(27.370)	(37.719)	(363.604)
Outras receitas (despesas) operacionais e equivalência patrimonial	359.317	(143.908)	(98.528)	24.593	141.474	24.830	4.244	(40.545)	9.263	(2.208)
Depreciação e amortização	1.057.635	487.614	98.169	72.109	1.715.527	1.026.112	571.461	40.545	78.064	1.716.182
EBITDA	3.281.384	374.073	(40.577)	49.127	3.664.007	3.273.721	553.443	(27.370)	29.635	3.829.429
Margem EBITDA (%)	62,26%	26,53%	0,00%	17,19%	52,60%	61,61%	37,44%	0,00%	10,02%	54,03%
Perda por redução ao valor recuperável	-	143.984	-	-	143.984	-	-	-	-	-
EBITDA ajustado	3.281.384	518.057	(40.577)	49.127	3.807.991	3.273.721	553.443	(27.370)	29.635	3.829.429
Margem EBITDA ajustado (%)	62,26%	36,74%	0,00%	17,19%	54,66%	61,61%	37,44%	0,00%	10,02%	54,03%

Principais clientes

A Companhia possui um cliente que contribuiu individualmente com uma parcela de 10,61%, da receita operacional líquida do ano 2020 com um valor aproximado de R\$ 633.140. Em 2019 esse mesmo cliente contribuiu individualmente com uma parcela de 10,91% da receita líquida com um valor aproximado de R\$ 773.286.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4 Transações e eventos significativos

4.1 Pandemia de COVID 19

4.1.1 Contexto Geral

Covid-19 é uma doença infecciosa causada por coronavírus 2 (SARS-CoV-2), que apresenta uma síndrome respiratória aguda grave. A doença foi identificada pela primeira vez em 2019 na China, e tem se espalhado pelo mundo desde então. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou oficialmente este surto de Covid-19 uma pandemia. A partir de 17 de março de 2020, o Brasil (assim como vários outros países), incluindo todos os estados em que a Companhia tem operações, instituíram medidas de distanciamento social que visam retardar o contágio. As medidas variam do distanciamento ao isolamento, a depender da unidade da federação. Apesar dos esforços das autoridades, ainda não há como prever a duração das medidas restritivas atualmente em vigor.

A Companhia atua no setor de transporte e logística de cargas, atividade classificada como essencial pelas autoridades brasileiras, conforme Lei 13.979/2020. Com uma série de protocolos de saúde a Companhia tem mantido suas atividades, todavia, as medidas restritivas adotadas para conter o progresso do Covid-19 e suas consequências sobre a atividade econômica, podem afetar significativamente as operações e a condição financeira da Companhia nos seguintes aspectos:

- (1) Queda de receita devido ao declínio na demanda serviços nos mercados impactados pelas medidas de distanciamento e isolamento social: transporte de combustíveis (afetado pela queda no consumo) e transporte de produtos industriais (afetado pela retração na atividade econômica e atividades industriais);
- (2) Risco de interrupções nas operações: eventual descontrole da pandemia nas praças em que a Companhia atua pode levar ao enrijecimento das medidas de isolamento social e, em um cenário extremo, levar à interrupção das atividades essenciais;
- (3) Escassez de crédito e aumento do custo de capital: o impacto do Covid-19 sobre a economia mundial e a aversão dos investidores ao risco podem reduzir as alternativas de financiamento e aumentar o custo de capital a ponto de afetar a posição de liquidez e a capacidade de investimentos da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (4) Deterioração de ativos: (i) ativos financeiros da Companhia podem ser afetados pelo impacto que a retração econômica decorrente das medidas de distanciamento social pode gerar em contrapartes; (ii) ativos de longo prazo podem ter sua realização prejudicada se a pandemia progredir a ponto de interromper as operações da Companhia.

4.1.2 Impactos na elaboração das demonstrações financeiras

As operações da Rumo não sofreram grandes impactos em razão da pandemia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os terminais portuários continuaram operando, com os devidos protocolos de segurança, e não houve limitação às exportações. No que se refere à chegada de carga nos terminais operados pela Companhia, foram criados protocolos de segurança, disponibilizando equipamentos de proteção, alimentação e equipe de saúde para monitorar e orientar os caminhoneiros. Da mesma forma, com todos os cuidados para a proteção dos colaboradores da Companhia e de terceiros, os trens seguem rodando normalmente, mantendo o atendimento aos clientes.

Cerca de 85% da receita líquida da Companhia é gerado pelo transporte de cargas destinadas à exportação. As exportações estão sendo impulsionadas pela desvalorização do Real, aumentando a competitividade dos produtos Brasileiros no exterior, fazendo com que a demanda por transporte destas cargas seja ainda maior. Por outro lado, a demanda de algumas cargas industriais (de menor representatividade), que estão mais correlacionadas com o consumo interno, foi negativamente impactada pelo COVID-19.

Desde o início da crise global pelo COVID-19, a companhia optou por manter a liquidez em um patamar mais elevado, devido ao período de incertezas no mercado. O movimento para reforçar o caixa teve início em março de 2020, e até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram feitas captações no montante de R\$ 6.188.950. A Companhia também aderiu à suspensão temporária de pagamentos de parcelas de financiamento (*standstill*) junto ao BNDES. Os *covenants* financeiros são medidos anualmente na data-base do balanço e não tiveram alterações para o período mencionado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o impairment de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pela pandemia nas circunstâncias que indicariam uma perda por impairment. Como a pandemia não vem interrompendo as operações da Companhia, o impacto financeiro resultante da Covid-19 nas unidades geradoras de caixa ("UGC") foi limitado, e de curto prazo. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicativos de impairment. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentas nos mesmos cenários e premissas acima.

Quanto à taxa de desconto, outra variável relevante nas análises de realização de ativos de longo prazo, a Companhia acredita que, em meio à elevada volatilidade do mercado haverá um deslocamento do fluxo de caixa entre os meses com restrições de circulação e os meses subsequentes, que associado ao baixo patamar de juros no Brasil, manteve nosso custo médio ponderado do capital sem alterações materiais, a despeito das flutuações de curto prazo de algumas premissas macroeconômicas devido aos impactos da pandemia do Covid-19.

As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros continuam sendo calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que também contempla o histórico de perdas, a situação individual das contrapartes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e indicadores macroeconômicos em 31 de dezembro de 2020.

O risco de crédito de contraparte para os ativos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado. Os saldos são alocados em instituições com grau mínimo de "A". Em 31 de dezembro de 2020 não foram observadas pioras no risco de crédito dessas contrapartes.

A exposição máxima ao risco de crédito de clientes da Companhia, líquida de perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros, é o valor das contas a receber. Considerando que: (i) o prazo médio de faturamento aos clientes da Companhia é curtíssimo; e (ii) os clientes de carteiras mais suscetíveis à deterioração de créditos passaram a ter a exposição monitorada constantemente, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não prevê perdas adicionais em seu saldo de contas a receber.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.2 Renovação da Malha Paulista

Em 27 de maio de 2020, a Companhia celebrou com a união por intermédio da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, o 2º Termo aditivo ao Contrato de Concessão da Rumo Malha Paulista. A alteração foi revisada e autorizada pelo TCU – Tribunal de Contas da União conforme despacho de 20 de maio de 2020, manifestação proferida no âmbito do TC 009.032/2016-9. Como resultado, o prazo da concessão da Malha Paulista foi estendido até 2058, mediante uma série de compromissos financeiros, além das obrigações operacionais estipuladas no aditivo de renovação:

- a) Pagamento de uma outorga adicional no valor de R\$ 3.382.030, valor este dividido em parcelas trimestrais ao longo da vigência contratual;
- b) Retomada do pagamento do arrendamento e concessão do contrato original, pagamentos trimestrais que se estendem até dezembro de 2028 (Nota 5.16.b);
- c) Pagamento do saldo remanescente do encontro de contas relativo à ação de desequilíbrio econômico, no valor de R\$ 1.347.609 (Nota 5.16.a), em oito parcelas anuais;
- d) Execução de um conjunto de projetos de investimento em aumento de capacidade e redução de conflitos urbanos, estimado pela agência em R\$ 6.100.000 (valor atualizado até dezembro de 2017).

A extensão da concessão da Rumo Malha Paulista se enquadra como uma alteração relevante em um contrato registrado de acordo com as disposições do CPC 06 (R2) / IFRS 16. Nesse contexto, o valor presente da outorga adicional, bem como, a variação do arrendamento preexistente devido ao recálculo pela taxa de juros implícita do aditivo (WACC regulatório), foram registrados no passivo de arrendamento (Nota 5.6) em contrapartida ao ativo de direito de uso (Nota 5.12.3) correspondente. Além disso, futuros investimentos relacionados ao contrato de concessão serão registrados no ativo imobilizado conforme incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.3 Oferta pública de distribuição de ações e aumento de capital

Em 23 de agosto de 2020, a Companhia integralizou em seu capital social o montante de R\$ 6.400.000, referente a emissão de 294.252.874 ações ordinárias, com valor unitário de R\$ 21,75, por meio de oferta pública de ações. Com o aumento, a Companhia passou a ter um capital social de R\$ 16.054.964, dividido em 1.853.268.772 ações ordinárias, conforme Nota 5.17.

4.4 Operação de *bond* com selo *green*

Aproveitando uma oportunidade de mercado, visando uma proteção a uma eventual piora no cenário econômico, conforme mencionado na Nota 4.1, a Companhia, em julho de 2020, emitiu uma operação de *Bond* com selo *green*, no montante de USD 500.000 mil, equivalente a R\$ 2.640.840 em 31 de dezembro de 2020 (Nota 5.5), para vencimento em janeiro de 2028. A destinação dos recursos é o financiamento de investimentos de acordo com as especificações do selo *green*, que incluem a reposição de materiais rodantes e modernização de ferrovias, provendo melhor eficiência de combustível e menor emissão de gás carbônico.

4.5 Antecipação de pagamento de outorgas das concessões

Considerando o custo financeiro dos contratos (IPCA + 11,04% a.a. de juros implícitos) em 15 de setembro de 2020, as controladas Rumo Malha Paulista e Rumo Malha Central, efetuaram o pagamento antecipado de 70 parcelas vincendas no montante de R\$ 2.823.777 e 59 parcelas vincendas no montante de R\$ 2.276.734, respectivamente, totalizando R\$ 5.100.511, conforme requerido na Carta nº 969/GREG/2020 e Carta nº 968/GREG/2020 à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.6 Ataque cibernético

Em 11 de março de 2020, a Companhia sofreu um ataque cibernético de ransomware que causou uma interrupção parcial e temporária das operações. As entidades afetadas na Companhia implementaram seus planos de contingência, continuaram operando parcialmente durante o ataque cibernético e reconectaram progressivamente seus sistemas operacionais a partir do ataque.

Após o incidente, a Companhia fez investimentos significativos em privacidade, proteção e segurança da informação/cibernética, tanto em tecnologias quanto em processos e reforço de equipes. Como parte das ações, a Companhia revisou os programas para combater o acesso e uso indevido dos seus dados, incluindo investigações e auditorias mais robustas dos seus sistemas de tecnologia da informação. Como resultado desses esforços, foram mitigados incidentes adicionais de uso indevido de dados ou outras atividades indesejáveis impetradas por terceiros.

Adicionalmente, a Companhia realizou auditoria e avaliação forense no ataque sofrido e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

4.7 Obtenção da concessão da Malha Central

Em 28 de março de 2019 a Companhia venceu a Concorrência Internacional (Licitação) da ferrovia norte-sul, por meio de uma proposta econômica no valor de R\$ 2.719.530, conduzida pela Agência Nacional de Transporte Terrestre (“ANTT”), que tem por escopo a subconcessão do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária situada entre Porto Nacional/TO e Estrela d’Oeste/SP, nos trechos entre (i) Porto Nacional/TO e Anápolis/GO; e (ii) Ouro Verde de Goiás/GO e Estrela d’Oeste/SP. O contrato de concessão garante o direito de exploração da malha ferroviária pelo prazo de 30 anos, contados da data de assinatura que ocorreu no dia 31 de julho de 2019.

Os custos de outorga, bem como, os investimentos futuros previstos para a ferrovia norte-sul serão realizados através da subsidiária Rumo Malha Central, uma SPE – Sociedade de Propósito Específico.

As operações terão início em fevereiro de 2021 a partir do Terminal de São Simão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.8 Créditos fiscais extemporâneos

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento da empresa. Ou seja, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo do PIS e COFINS. Em 2018, a Companhia reconheceu os créditos referentes aos períodos posteriores a março de 2017, com base na decisão proferida naquela data pelo STF.

A Companhia reconheceu o montante consolidado de R\$ 85.813 relativo a períodos anteriores, para as empresas do grupo com decisões finais favoráveis sobre a referida matéria. Os valores foram apurados a partir dos sistemas contábeis e fiscais, considerando o montante de ICMS destacado nas notas fiscais. A acuracidade dos valores foi testada mediante cruzamento das informações com as obrigações acessórias pertinentes.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu o montante consolidado de R\$ 17.656 relativo a recuperação de créditos sobre o limite de salários para contribuições por conta de terceiros e tributação das despesas de coparticipação de planos de saúde, vale alimentação e vale transporte.

Estes créditos, montam R\$ 3.462 na controladora e R\$ 103.469 no consolidado (dos quais R\$ 3.453 na controladora e R\$ 102.576 no consolidado estão reconhecidos na rubrica “Créditos fiscais extemporâneos” divulgados na nota explicativa 6.3 e R\$ 9 na controladora e R\$ 893 no consolidado a título de “Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos” divulgados na nota explicativa 6.4).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.9 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são firmadas preferencialmente a preços de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante				
Operações comerciais				
Cosan S.A.	200	282	306	377
Rumo Malha Norte S.A.	2.028	6.295	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	2.061	1.457	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	1.289	7	-	-
Rumo Malha Central S.A.	3.882	3.510	-	-
Raízen Combustíveis S.A.	149	149	7.841	4.950
Raízen Energia S.A.	7.776	1.987	23.287	6.103
Brado Logística S.A.	32	87	-	-
Elevações Portuárias S.A.	2.642	2.474	-	-
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	-	-	14.286	-
Outros	194	514	459	240
	20.253	16.762	46.179	11.670
Operações financeiras e societárias				
Rumo Maha Central S.A.	41.130	-	-	-
	41.130	-	-	-
	61.383	16.762	46.179	11.670
Ativo não circulante				
Operações comerciais				
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	-	-	48.571	-
Raízen Combustíveis S.A.	-	-	45.709	36.243
	-	-	94.280	36.243
Operações financeiras e societárias				
Logispot Armazéns Gerais S.A.	6.190	-	-	-
Rumo Malha Central S.A.	1.000.000	-	-	-
Outros	3.326	3.326	186	151
	1.009.516	3.326	186	151
	1.009.516	3.326	94.466	36.394
Total	1.029.769	20.088	140.645	48.064

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Rumo Malha Norte S.A.	6.307	5.164	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	12.180	1	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	213.386	34.175	-	-
Rumo Malha Oeste S.A.	857	857	-	-
Raízen Combustíveis S.A.	-	-	142.979	115.387
Raízen Energia S.A.	4.822	5.698	12.992	15.336
Cosan S.A.	1.126	504	3.298	3.068
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	352	356	4.543	4.104
Logisport Armazéns Gerais S.A.	457	126	-	-
Elevações Portuárias S.A.	632	1	-	-
Outros	1.015	1.013	1.137	1.852
	241.134	47.895	164.949	139.747
Passivo não circulante				
Operações financeiras				
Boswells S.A.	32.479	25.192	-	-
Outros	4.733	4.733	-	-
	37.212	29.925	-	-
Total	278.346	77.820	164.949	139.747

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional				
Raízen Energia S.A. (i)	316.605	185.333	456.705	275.597
Raízen Combustíveis S.A. (ii)	-	-	150.949	181.565
Rumo Malha Norte S.A.	16.966	15.870	-	-
Rumo Malha Paulista S.A. (iii)	314.252	227.982	-	-
Elevações Portuárias S.A.	25.200	14.420	-	-
Outros	-	-	4.862	7.043
	673.023	443.605	612.516	464.205
Compras de produtos / insumos				
Raízen Combustíveis S.A. (iv)	-	(2.000)	(1.128.479)	(1.240.729)
Logispot Armazéns Gerais S.A.	(3.963)	-	-	-
Rumo Malha Paulista S.A. (v)	(216.949)	(96.179)	-	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. (vi)	(9)	(25)	(37.263)	(36.375)
Rumo Malha Sul S.A.	(9.349)	-	-	-
Outros	-	-	(2.400)	(445)
	(230.270)	(98.204)	(1.168.142)	(1.277.549)
Despesa compartilhada				
Cosan S.A. (vii)	(4.501)	(5.450)	(4.501)	(5.554)
Elevações Portuárias S.A.	1.658	1.018	-	-
Rumo Malha Oeste S.A.	483	764	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	10.224	4.383	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	5.775	97	-	-
Rumo Malha Norte S.A.	4.485	4.297	-	-
Raízen Energia S.A. (vii)	(299)	(2.003)	(30.874)	(25.707)
	17.825	3.106	(35.375)	(31.261)
Resultado financeiro				
Rumo Malha Central S.A.	41.130	-	-	-
Rumo Malha Norte S.A.	(25.238)	(52.540)	-	-
Outros	(7.288)	(974)	47	(5)
	8.604	(53.514)	47	(5)

- (i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 para a Raízen Energia e suas controladas se refere principalmente à transporte, armazenagem e elevação portuária, contratada em condições de mercado.
- (ii) Prestação de serviços de transporte de combustíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 para a Raízen Combustíveis e suas controladas, contratada em condições de mercado.
- (iii) Remuneração de investimento em ativos relacionados ao contrato de prestação de serviços de transporte ferroviário de açúcar com a Rumo Malha Paulista (vide item v).
- (iv) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 junto à Raízen Combustíveis e suas controladas, a condições de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (v) Serviço de transporte ferroviário prestado pela Rumo Malha Paulista. O contrato de serviços envolveu investimentos feitos pela Companhia em ativos ferroviários da Rumo Malha Paulista, firmado em condições de mercado.
- (vi) Aquisição de lubrificantes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 junto à Cosan Lubrificantes, a condições de mercado.
- (vii) Rateio do custo de atividades corporativas e do centro de serviços compartilhados Raízen.

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado consolidado do exercício, como segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Benefícios de curto prazo	28.172	25.028
Transações com pagamentos baseados em ações	5.660	4.579
	<u>33.832</u>	<u>29.607</u>

4.10 Eventos subsequentes

4.10.1 Emissão de debêntures

Em 3 de fevereiro de 2021 a Companhia concluiu a 15ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, em duas séries de vasos comunicantes, sendo a primeira com prazo de vencimento em 15 de dezembro de 2030 atualizadas pela variação acumulada do IPCA + juros de 3,6% ao ano, e a segunda com prazo de vencimento em 15 de dezembro de 2035 atualizadas pela variação acumulada do IPCA + juros de 4% ao ano, no valor total de R\$ 1.200.000.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	1.396.723	1.751.853
Instrumentos financeiros derivativos	3.988.524	1.624.023
	5.385.247	3.375.876
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	7.778.606	1.963.014
Contas a receber de clientes	428.492	399.249
Recebíveis de partes relacionadas	140.645	48.064
Caixa restrito	34.562	147.910
	8.382.305	2.558.237
Total	13.767.552	5.934.113
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.986.576	3.568.841
Passivos de arrendamento	2.912.318	4.529.140
Fornecedores	754.542	513.325
Outros passivos financeiros	413.470	410.952
Pagáveis a partes relacionadas	164.949	139.747
Dividendos a pagar	7.937	7.146
Arrendamento e concessão parcelados	1.154.919	-
Parcelamento de débitos tributários	2.791	10.942
	14.397.502	9.180.093
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	-	482
Empréstimos e financiamentos	10.925.462	8.150.896
	10.925.462	8.151.378
Total	25.322.964	17.331.471

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	511	255	2.815.882	18.642
Aplicações financeiras	1.568.156	700.451	4.962.724	1.944.372
	1.568.667	700.706	7.778.606	1.963.014

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

As aplicações financeiras são compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações em bancos				
Certificado de depósitos bancários - CDB	1.568.156	700.451	4.904.934	1.944.372
Outras aplicações	-	-	57.790	-
	1.568.156	700.451	4.962.724	1.944.372

As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 102,1% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2020 (99,7% do CDI em 31 de dezembro de 2019). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e valores mobiliários				
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	71.302	435.054	1.272.316	1.355.980
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	6.258	55.230	116.963	125.413
Letras financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	416	21.441	7.444	270.460
	77.976	511.725	1.396.723	1.751.853

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.
- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos	-	-	-	86.681
Valores depositados em garantia	79	3.511	34.562	61.229
	79	3.511	34.562	147.910

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mercado interno	20.105	22.420	382.806	355.733
Mercado externo	-	-	51.365	49.002
	20.105	22.420	434.171	404.735
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(680)	(1.887)	(5.679)	(5.486)
	(680)	(1.887)	(5.679)	(5.486)
Total	19.425	20.533	428.492	399.249
Circulante	18.558	15.111	421.322	385.563
Não circulante	867	5.422	7.170	13.686
Total	19.425	20.533	428.492	399.249

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	17.635	14.568	282.671	274.037
Vencidas				
Até 30 dias	1.380	337	111.164	78.936
De 31 a 60 dias	170	-	9.276	8.261
De 61 a 90 dias	93	5.780	8.906	22.956
Mais de 90 dias	827	1.735	22.154	20.545
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	(680)	(1.887)	(5.679)	(5.486)
	19.425	20.533	428.492	399.249

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2019	(2.013)	(17.838)
Provisões	(210)	(8.081)
Reversões e baixas	336	20.433
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.887)	(5.486)
Provisões	(291)	(7.277)
Reversões e baixas	1.498	7.084
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(680)	(5.679)

5.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dá pelo valor justo.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Descrição	Encargos financeiros		Controladora		Consolidado		Vencimento final	Objetivo
	Indexador	Taxa média anual de juros ⁽ⁱ⁾	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019		
Empréstimos e financiamentos								
Finame (BNDES)	Pré-fixado	5,61%	291.547	368.904	647.435	834.035	jan/2025	Aquisição
	URTJLP	10,34%	-	-	396	4.952	mar/2022	Aquisição
	Selic	3,52%	-	-	-	1.118	set/2020	Aquisição
Finem (BNDES)	Pré-fixado	3,50%	-	-	1.077	1.426	jan/2024	Aquisição
	URTJLP	6,63%	24.610	55.565	3.321.839	2.213.704	dez/2029	Aquisição
	IPCA	7,46%	-	-	796	1.528	nov/2021	Aquisição
NCE	CDI + 1,03%	3,12%	-	-	82.185	-	fev/2023	Capital de giro
	CDI + 0,80%	2,72%	-	-	505.061	512.078	dez/2023	Capital de giro
	CDI + 3,05% a.a.	5,01%	-	-	208.464	-	mar/2021	Capital de giro
	CDI + 3,15% a.a.	5,11%	-	-	468.516	-	mar/2021	Capital de giro
Sênior Notes 2024	Pré-fixado (US\$) ⁽ⁱⁱ⁾	7,38%	-	-	4.514.289	3.318.895	fev/2024	Aquisição
Sênior Notes 2025	Pré-fixado (US\$) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	5,88%	-	-	3.067.359	2.182.089	jan/2025	Aquisição
Sênior Notes 2028	Pré-fixado (US\$)	5,25%	-	-	2.640.840	-	jan/2028	Aquisição
ECA	Euribor + 0,58% (EUR) ^(iv)	0,58%	-	-	104.108	79.528	set/2026	Aquisição
CCB	IPCA + 0,81%	5,31%	-	-	239.068	-	jan/2048	Capital de giro
Loan 4131	Pré-fixado (US\$) ^(v)	1,60%	483.625	217.537	483.625	217.537	nov/2022	Capital de giro
	CDI	4,60%	-	-	206.908	-	abr/2021	Capital de giro
			799.782	642.006	16.491.966	9.366.890		
Debêntures								
Debêntures não conversíveis	IPCA + 4,68% ^(vi)	9,24%	-	-	595.847	570.098	fev/2026	Aquisição
	IPCA + 4,50% ^(vii)	9,06%	739.202	668.034	739.202	668.034	fev/2029	Aquisição
	IPCA + 3,90%	8,43%	1.025.777	895.249	1.025.777	895.249	out/2029	Aquisição
	IPCA + 4,00%	8,53%	255.501	219.466	255.501	219.466	out/2029	Aquisição
	IPCA + 6,80%	11,46%	803.745	-	803.745	-	abr/2030	Aquisição
Debêntures privadas	CDI + 0,50%	2,41%	792.535	767.296	-	-	jan/2023	Capital de giro
Total			4.416.542	3.192.051	19.912.038	11.719.737		
Circulante			482.421	969.054	2.504.223	1.064.846		
Não circulante			3.934.121	2.222.997	17.407.815	10.654.891		

(i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). SELIC refere-se à taxa overnight do Sistema Especial de Liquidação e Custódia. É a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais na forma de operações compromissadas. O CDI ou Taxa DI Over (CDI Over) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.

(ii) Essa dívida tem contratos de swap para 145% do CDI que representa uma taxa média de 6,38% a.a.

(iii) Dívida com swap para 127% do CDI que representa uma taxa média de 6,29% a.a.

(iv) Dívida com swap para 108% do CDI que representa uma taxa média de 5,01% a.a.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (v) Dívida com swap para 118% do CDI que representa uma taxa média de 3,46 % a.a.
- (vi) Dívida com swap para 107% do CDI que representa uma taxa média de 4,93% a.a.
- (vii) Dívida com swap para 103% do CDI que representa uma taxa média de 6,35% a.a.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
13 a 24 meses	410.856	190.701	1.135.485	758.822
25 a 36 meses	855.323	179.241	1.056.521	718.195
37 a 48 meses	53.841	66.658	5.069.301	793.073
49 a 60 meses	-	51.191	3.552.834	3.676.142
61 a 72 meses	-	-	404.760	2.493.341
73 a 84 meses	644.507	-	917.765	225.554
85 a 96 meses	920.598	572.993	3.788.409	670.435
A partir de 97 meses	1.048.996	1.162.213	1.482.740	1.319.329
	3.934.121	2.222.997	17.407.815	10.654.891

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Reais (R\$)	9.101.817	5.921.690
Dólar (US\$) ⁽ⁱ⁾	10.706.113	5.718.519
Euro ⁽ⁱ⁾	104.108	79.528
Total	19.912.038	11.719.737

- (i) Em 31 de dezembro de 2020, todas essas dívidas denominadas em moeda estrangeira, nas subsidiárias, possuem proteção contra risco cambial através de instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.8) ou através de aplicações financeiras na mesma moeda.

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2019	1.521.364	10.594.381
Captações	1.663.987	2.402.347
Atualização de juros, variação monetária e cambial	228.281	1.313.568
Amortização de principal	(174.150)	(1.945.040)
Pagamento de juros	(47.431)	(645.519)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.192.051	11.719.737
Captações	963.591	6.172.611
Atualização de juros, variação monetária e cambial	493.208	3.361.085
Amortização de principal	(109.604)	(653.002)
Pagamento de juros	(122.704)	(688.393)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.416.542	19.912.038

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), destinados a investimentos, também são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com um custo médio de 1,04% ao ano ou por garantias reais (ativos) e conta de garantia. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de garantias bancárias contratadas era de R\$ 3.687.323 (R\$ 1.387.627 em 31 de dezembro de 2019).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 2,78% (5,94% em 31 de dezembro de 2019) e TJLP de 4,87% (5,57% em 31 de dezembro de 2019).

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2020, Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 487.378 (R\$ 1.946.194 em 31 de dezembro de 2019).

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

c) Cláusulas restritivas (“financial covenants”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiras, as principais e mais restritivas cláusulas estão demonstradas abaixo:

Meta	Índice
Dívida financeira líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA \leq 3,3x em dezembro de 2020	1,96
EBITDA/ Resultado financeiro consolidado ⁽ⁱⁱ⁾ \geq 2,0x em dezembro de 2020	4,78

(i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como *leasing* financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos.

(ii) O resultado financeiro consolidado da dívida é representado pelo custo da dívida líquida consolidado, demonstrado na nota 6.4.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os componentes das fórmulas para calcular o resultado das metas verificáveis no fechamento do exercício estão definidos nos contratos de dívida. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas subsidiárias estavam cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

5.6 Passivos de arrendamento

Política contábil:

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

	Arrendamentos consolidado			Total
	Financeiro	Operacionais - concessões	Operacionais - outros	
Saldo em 01 de janeiro de 2019	553.350	1.208.455	183.253	1.945.058
Adições	-	2.759.539	17.736	2.777.275
Apropriação de juros e variação cambial	81.982	267.923	160.209	510.114
Amortização de principal	(132.100)	(140.928)	(143.391)	(416.419)
Pagamento de juros	(73.641)	(100.449)	(72.270)	(246.360)
Reajuste contratual	-	66.374	10.526	76.900
Transferências entre passivos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	(117.428)	-	(117.428)
Saldo em 01 de janeiro de 2020	429.591	3.943.486	156.063	4.529.140
Adições ⁽ⁱ⁾	87.811	3.406.560	28.098	3.522.469
Apropriação de juros	61.487	380.331	148.441	590.259
Amortização de principal ⁽ⁱⁱ⁾	(102.148)	(5.179.294)	(118.803)	(5.400.245)
Pagamento de juros	(60.619)	(376.718)	(57.809)	(495.146)
Reajuste contratual	-	266.296	11.282	277.578
Transferências entre passivos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	(111.737)	-	(111.737)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	416.122	2.328.924	167.272	2.912.318
Circulante	232.649	232.212	45.840	510.701
Não circulante	183.473	2.096.712	121.432	2.401.617
	416.122	2.328.924	167.272	2.912.318

- (i) As adições em “Operacionais – concessões” contempla R\$ 3.382.030 relativos ao registro do valor da outorga e atualização do arrendamento, pela renovação do contrato de concessão da Malha Paulista (Nota 4.2).
- (ii) As amortizações de principal em “Operacionais – concessões” contempla R\$ 5.100.511 relativo à antecipação dos pagamentos da concessão da Rumo Malha Paulista e Rumo Malha Central (Nota 4.6).
- (iii) Transferência das parcelas em discussão judicial para rubrica de arrendamento e concessões em litígio (Nota 5.16).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em dezembro de 2058 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Pagamentos de arrendamento variável não incluído no reconhecimento das obrigações de arrendamento	24.045	10.691
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	34.101	37.143
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	1.547	348
	59.693	48.182

Informações adicionais

A Companhia, em plena conformidade com as normas, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu o desconto ao valor presente das parcelas futuras de arrendamento sem considerar a inflação futura projetada nas parcelas a serem descontadas.

A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros a que a Companhia tem acesso, ajustada ao mercado brasileiro e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 10,9% a 14,2%, de acordo com o prazo de cada contrato.

Em atendimento à Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, se, nas transações em que a taxa incremental é usada, a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, os saldos dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, seriam os apresentados na coluna “Ofício”:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Contas	2020			2019		
	Registrado	Ofício	% Variação	Registrado	Ofício	% Variação
Passivos de arrendamento	(2.120.613)	(2.273.916)	7%	(3.777.281)	(3.977.195)	5%
Direito de uso residual	6.991.664	7.017.560	0%	3.622.281	3.716.764	3%
Despesa financeira	(462.664)	(480.669)	4%	(251.750)	(272.107)	8%
Despesa de depreciação	(245.946)	(261.076)	6%	(135.793)	(153.268)	13%

Os saldos registrados pela Companhia incluem o contrato da Malha Central e o aditivo de renovação do contrato da Malha Paulista, que possuem taxa implícita identificada, de forma que sua valorização não gera as distorções no passivo e direito de uso objeto do Ofício Circular da CVM. Em 31 de dezembro de 2020, o passivo de arrendamento desses contratos era de R\$ 983.576 (R\$ 2.728.930 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas, ou seja, incluindo eventuais créditos de impostos a que terá direito no momento do pagamento dos arrendamentos. O potencial crédito de PIS/COFINS incluído no passivo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 4.713.

5.7 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de materiais e serviços	54.562	44.090	721.600	495.837
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	-	-	727	370
Outros	17.729	11.019	32.215	17.118
Total	72.291	55.109	754.542	513.325

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.8 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como:

- i. *Hedges* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia utiliza instrumentos de *swap*, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio e ao risco de juros e inflação. Os dados consolidados são apresentados abaixo:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Derivativos de taxa de câmbio e juros				
Contratos de Swap (Juros e câmbio)	4.648.615	5.534.936	3.579.657	1.623.541
Contratos de Swap (Juros e inflação)	2.229.136	-	408.867	-
	6.877.751	5.534.936	3.988.524	1.623.541
Ativos			3.988.524	1.624.023
Passivos			-	(482)
Total de instrumentos contratados			3.988.524	1.623.541

A Companhia contratou operações de *Swap*, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

A Companhia contratou operações de *Swap de juros e câmbio*, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI. Já nas operações de *Swap de juros e inflação*, a Companhia fica ativa em IPCA + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Estratégias de Hedge

a) Hedge do valor justo

Atualmente, a Companhia adota o *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Os efeitos operacionais e contábeis dessa adoção são os seguintes:

Hedge risco de câmbio		Nocional R\$	Valor contábil		Resultado	
			R\$		Ajuste de valor justo	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Objetos						
Sênior Notes 2024	US\$ + 7,4%	(2.405.595)	(4.514.289)	(3.318.895)	(959.017)	(471.159)
Sênior Notes 2025	US\$ + 5,9%	(1.740.550)	(3.067.359)	(2.182.089)	(779.581)	(295.208)
Total		(4.146.145)	(7.581.648)	(5.500.984)	(1.738.598)	(766.367)
Instrumentos derivativos						
Swap de câmbio e juros	BRL + 145% do CDI	2.405.595	2.118.028	989.022	1.021.045	340.265
Swap de câmbio e juros	BRL + 127% do CDI	1.740.550	1.341.379	479.481	825.015	201.679
Total		4.146.145	3.459.407	1.468.503	1.846.060	541.944
Total líquido		-	(4.122.241)	(4.032.481)	107.462	(224.423)
Hedge risco de juros						
Hedge risco de juros		Nocional R\$	Valor contábil		Resultado	
			R\$		Ajuste de valor justo	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Objetos						
Debêntures	IPCA+3,90%	(906.856)	(1.025.777)	(895.249)	(192.446)	(9.677)
Debêntures	IPCA+4,00%	(222.280)	(255.501)	(219.466)	(46.991)	(487)
Total		(1.129.136)	(1.281.278)	(1.114.715)	(239.437)	(10.164)
Instrumentos derivativos						
Swap de inflação e juros		927.136	144.137	-	149.663	-
Swap de inflação e juros		227.828	32.556	-	33.932	-
Total		1.154.964	176.693	-	183.595	-
Total líquido		25.828	(1.104.585)	(1.114.715)	(55.842)	(10.164)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Opcões por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de hedge documentadas. A Companhia optou por designar os passivos protegidos (objetos de hedge) para registro ao valor justo por meio do resultado. Considerando que os instrumentos de derivativos sempre são contabilizados ao valor justo por meio do resultado, os efeitos contábeis são os mesmos que seriam obtidos através de uma documentação de hedge:

Risco de juros		Nocional R\$	Valor contábil R\$		Resultado	
					Ajuste de valor justo	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivos designados						
Debêntures	IPCA+4,68%	(500.000)	(595.847)	(570.098)	(48.142)	(4.911)
Debêntures	IPCA+4,50%	(600.000)	(739.202)	(668.034)	(55.116)	(5.710)
Total		(1.100.000)	(1.335.049)	(1.238.132)	(103.258)	(10.621)
Instrumentos derivativos						
Swap de inflação e juros	102% do CDI	500.000	96.931	59.678	39.232	55.132
Swap de inflação e juros	105% do CDI	600.000	135.244	80.455	56.915	76.113
Total		1.100.000	232.175	140.133	96.147	131.245
Total líquido		-	(1.102.874)	(1.097.999)	(7.111)	120.624

Risco de câmbio		Nocional R\$	Valor contábil R\$		Resultado	
					Ajuste de valor justo	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivos designados						
ECA	EUR + 0,58%	(100.198)	(95.373)	(79.528)	(36.481)	(267)
Loan 4131	USD + 2,20%	(402.272)	(485.978)	(217.537)	(64.235)	(9.306)
Total		(502.470)	(581.351)	(297.065)	(100.716)	(9.573)
Instrumentos derivativos						
Swap de câmbio e juros	BRL + 108% do CDI	100.198	39.529	2.564	36.165	932
Swap de câmbio e juros	BRL + 118% do CDI	402.272	80.720	12.340	66.700	6.306
Total		502.470	120.249	14.904	102.865	7.238
Total líquido		-	(461.102)	(282.161)	2.149	(2.335)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.9 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
COFINS	45.069	22.909	303.727	253.755
PIS	9.589	4.778	115.642	94.739
ICMS ⁽ⁱ⁾	-	-	595.450	522.820
ICMS CIAP ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	106.243	129.000
Outros	3.016	2.931	20.268	10.586
	57.674	30.618	1.141.330	1.010.900
Circulante	57.674	30.618	350.883	347.316
Não circulante	-	-	790.447	663.584
	57.674	30.618	1.141.330	1.010.900

(i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.

(ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

5.10 Estoques

Política contábil:

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável (é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda).

A provisão para estoques obsoletos é feita para os riscos associados à realização e venda de estoques devido à obsolescência e mensuradas pelo valor realizável líquido ou o custo, dos dois o menor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Peças e acessórios	910	943	219.831	236.347
Combustíveis e lubrificantes	27	-	6.807	6.894
Almoxarifado e outros	165	93	22.680	5.215
	1.102	1.036	249.318	248.456

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$ 7.256 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 5.492 em 31 de dezembro de 2019).

5.11 Investimentos em associadas e provisão para passivo a descoberto

(a) Subsidiárias e associadas

Política contábil:

a) Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidados quando o controle deixar de existir.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia.

As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma, mas apenas na medida em que não haja evidência de imparidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Associadas

Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas. Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “Outros resultados abrangentes”.

Abaixo estão os investimentos em subsidiárias e associadas que são materiais para a Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

i. Controladora

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Elevações Portuárias S.A.	672.397.254	672.397.254	100,00%
Rumo Intermodal S.A.	91.064.313	91.064.313	100,00%
Rumo Malha Central S.A.	250.000.000	250.000.000	100,00%
Rumo Malha Norte S.A.	1.189.412.363	1.186.268.176	99,74%
Boswells S.A.	3.265.000	3.265.000	100,00%
Brado Participações S.A.	12.962.963	8.065.556	62,22%
Paranaguá S.A.	6.119.802	6.113.851	99,90%
Logispot Armazéns Gerais S.A.	2.040.816	1.040.816	51,00%
Rumo Luxembourg Sarl	500.000	500.000	100,00%
Rumo Malha Sul S.A.	6.677.710.494.907	6.677.710.494.907	100,00%
ALL Argentina S.A.	9.703.000	8.826.110	90,96%
Rumo Malha Paulista S.A.	90.826.624.247	90.826.624.247	100,00%
Terminal São Simão S.A.	78.000.000	39.780.000	51,00%
Rumo Malha Oeste S.A.	478.460.074	478.460.074	100,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 01 de janeiro de 2020	Resultado de equivalência	Aumento (redução) de capital / AFAC	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	Resultado abrangente	Reclassificação passivo a descoberto	Amortização do direito de concessão	Plano de opção de ações	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Elevações Portuárias S.A.	707.336	61.399	-	(44.950)	17	-	-	-	723.802
Rumo Intermodal S.A.	40.005	3.499	(20.000)	-	422	-	-	-	23.926
Rumo Malha Central S.A.	328.740	(256.049)	2.800.000	-	-	-	-	-	2.872.691
Rumo Malha Norte S.A.	8.317.416	673.856	-	(676.655)	73	-	(29.879)	-	8.284.811
Boswells S.A.	25.574	-	-	-	7.399	-	-	-	32.973
Brado Participações S.A.	371.867	6.185	-	(1.398)	-	-	-	332	376.986
Paranaguá S.A.	20.394	1.271	1.390	-	(2.234)	-	-	-	20.821
Logisport Armazéns Gerais S.A.	73.143	1.956	-	(609)	-	-	-	-	74.490
Rumo Luxembourg Sarl	50.064	(45.658)	-	-	-	-	-	-	4.406
Rumo Malha Paulista S.A.	-	283.841	2.900.000	-	68	201.620	(19.733)	-	3.365.796
Terminal São Simão S.A.	-	17	39.780	-	-	-	-	-	39.797
Rumo Malha Sul S.A.	1.730.253	(134.706)	300.000	-	358	-	-	-	1.895.905
Total investimento em associadas	11.664.792	595.611	6.021.170	(723.612)	6.103	201.620	(49.612)	332	17.716.404
ALL Argentina S.A.	(21.111)	(2.806)	-	-	2.379	-	-	-	(21.538)
Rumo Malha Paulista S.A.	(318.462)	(75.461)	595.543	-	-	(201.620)	-	-	-
Rumo Malha Oeste S.A.	(1.451.606)	(249.674)	-	-	47	-	-	-	(1.701.233)
Total investimento em passivo a descoberto	(1.791.179)	(327.941)	595.543	-	2.426	(201.620)	-	-	(1.722.771)
Total	9.873.613	267.670	6.616.713	(723.612)	8.529	-	(49.612)	332	15.993.633

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 01 de janeiro de 2019	Resultado de equivalência	Aumento (redução) de capital / AFAC	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	Resultado abrangente	Adoção inicial a norma CPC 06 R2 / IFRS 16	Outros	Amortização do direito de concessão	Plano de opção de ações	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Elevações Portuárias S.A.	707.886	79.632	-	(75.037)	(16)	(5.129)	-	-	-	707.336
Rumo Intermodal S.A.	37.095	2.249	-	-	661	-	-	-	-	40.005
Rumo Malha Central S.A.	-	(121.260)	450.000	-	-	-	-	-	-	328.740
Rumo Malha Norte S.A.	8.099.091	1.065.635	-	(817.367)	(63)	-	-	(29.880)	-	8.317.416
Boswells S.A.	24.585	-	-	-	989	-	-	-	-	25.574
Brado Participações S.A.	366.399	7.559	-	(2.236)	-	-	-	-	145	371.867
Paranaguá S.A.	13.681	167	12.809	-	(6.263)	-	-	-	-	20.394
Logisport Armazéns Gerais S.A.	73.624	177	-	(634)	-	-	(24)	-	-	73.143
Rumo Luxembourg Sarl	64.118	(3.389)	(10.665)	-	-	-	-	-	-	50.064
Rumo Malha Sul S.A.	976.663	(66.731)	1.003.000	-	(322)	(182.383)	26	-	-	1.730.253
Total investimento em associadas	10.363.142	964.039	1.455.144	(895.274)	(5.014)	(187.512)	2	(29.880)	145	11.664.792
ALL Argentina S.A.	(17.019)	(11.917)	-	-	7.825	-	-	-	-	(21.111)
Rumo Malha Paulista S.A.	(260.465)	37.631	-	-	(54)	(75.839)	(543)	(19.192)	-	(318.462)
Rumo Malha Oeste S.A.	(1.097.466)	(142.059)	-	-	(41)	(212.040)	-	-	-	(1.451.606)
Total investimento em passivo a descoberto	(1.374.950)	(116.345)	-	-	7.730	(287.879)	(543)	(19.192)	-	(1.791.179)
Total	8.988.192	847.694	1.455.144	(895.274)	2.716	(475.391)	(541)	(49.072)	145	9.873.613

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Informações financeiras de subsidiárias:

	31/12/2020				31/12/2019			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e (passivo a descoberto)	Lucros (prejuízos) do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e (passivo a descoberto)	Lucros (prejuízos) do exercício
Elevações Portuárias S.A.	918.960	195.158	723.802	61.399	886.098	178.761	707.337	79.632
Rumo Intermodal S.A.	34.662	10.736	23.926	3.499	56.121	16.113	40.008	2.249
Rumo Malha Central S.A.	5.041.849	2.169.159	2.872.690	(256.049)	3.107.023	2.778.284	328.739	(121.260)
Rumo Malha Norte S.A.	16.355.228	12.552.278	3.802.950	701.710	12.778.704	8.999.093	3.779.611	1.084.633
Boswells S.A.	32.973	-	32.973	-	25.575	-	25.575	-
Brado Participações S.A.	891.438	320.467	570.971	8.799	783.554	219.675	563.879	9.426
Paranaguá S.A.	20.995	152	20.843	1.273	20.918	502	20.416	167
Logisport Armazéns Gerais S.A.	55.295	28.149	27.146	4.935	119.694	49.776	69.918	347
ALL Argentina S.A.	6.572	30.248	(23.676)	(3.085)	6.777	29.984	(23.207)	(13.103)
Rumo Luxembourg Sarl	9.279.021	9.274.616	4.405	(45.658)	5.186.074	5.136.011	50.063	(3.389)
Rumo Malha Paulista S.A.	10.719.689	7.313.028	3.406.661	176.322	5.982.712	6.247.985	(265.273)	(34.726)
Rumo Malha Oeste S.A.	176.391	1.877.627	(1.701.236)	(249.674)	391.307	1.842.916	(1.451.609)	(131.086)
Rumo Malha Sul S.A.	4.460.509	2.561.460	1.899.049	(144.206)	4.189.668	2.446.771	1.742.897	(125.916)
Terminal São Simão S.A.	98.310	20.276	78.034	34	-	-	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

ii. Consolidado

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Rhall Terminais Ltda.	28.580	8.574	30,00%
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	500.000	99.246	19,85%
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	200.000	99.246	49,62%

	Saldo em 01 de janeiro de 2020	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Rhall Terminais Ltda.	4.148	851	(1.234)	-	3.765
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	5.214	2.659	-	(6.200)	1.673
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	18.247	3.535	(3.103)	-	18.679
Terminal XXXIX S.A.	24.404	6.042	(3.849)	-	26.597
Total investimento em associadas	52.013	13.087	(8.186)	(6.200)	50.714

	Saldo em 01 de janeiro de 2019	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Rhall Terminais Ltda.	3.166	1.009	(27)	-	4.148
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	5.192	5.720	-	(5.698)	5.214
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	19.601	5.262	(6.616)	-	18.247
Terminal XXXIX S.A.	16.042	9.885	(1.523)	-	24.404
Total investimento em associadas	44.001	21.876	(8.166)	(5.698)	52.013

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Informações financeiras de associadas:

	31/12/2020				31/12/2019			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros do exercício
Rhall Terminais Ltda.	26.371	13.821	12.550	9.578	16.629	2.804	13.825	3.641
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	229.586	221.232	8.354	7.721	275.215	249.166	26.049	25.552
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	271.125	84.313	186.812	38.301	217.311	34.849	182.462	46.611
Terminal XXXIX S.A.	171.072	117.877	53.195	11.667	61.560	12.745	48.815	17.710

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

(b) Participação de acionistas não controladores

Política contábil:

As transações com participações de não controladores que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio - ou seja, como transações com os proprietários na capacidade de proprietários.

A seguir, são apresentadas informações financeiras resumidas para cada subsidiária que possui participações não controladoras que são relevantes para o grupo. Os valores divulgados para cada subsidiária são antes das eliminações entre as empresas.

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Rumo Malha Norte S.A.	1.189.412.363	3.144.187	0,26%
Brado Participações S.A.	12.962.963	4.897.407	37,78%
Logispot Armazéns Gerais S.A.	2.040.816	1.000.000	49,00%
Terminal São Simão S.A.	78.000.000	38.220.000	49,00%

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das subsidiárias da Companhia que possui participações não controladoras relevantes, antes de quaisquer eliminações intragrupo.

	Saldo em 01 de janeiro de 2020	Resultado não controlador	Dividendos	Plano de opções de ações	Aumento de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Rumo Malha Norte S.A.	9.903	1.862	(1.850)	-	-	64	9.979
Brado Participações S.A.	225.889	3.755	(845)	194	-	-	228.993
Logispot Armazéns Gerais S.A.	34.219	1.879	(585)	-	-	-	35.513
Terminal São Simão S.A.	-	16	-	-	38.220	-	38.236
Total investimento em associadas	270.011	7.512	(3.280)	194	38.220	64	312.721

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 01 de janeiro de 2019	Resultado não controlador	Dividendos	Plano de opções de ações	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Rumo Malha Norte S.A.	8.734	3.336	(2.270)	-	103	9.903
Brado Participações S.A.	223.032	4.126	(1.357)	88	-	225.889
Logispot Armazéns Gerais S.A.	34.657	172	(610)	-	-	34.219
Total investimento em associadas	266.423	7.634	(4.237)	88	103	270.011

Balço patrimonial resumido:

	Rumo Malha Norte S.A.		Brado Participações S.A.		Logispot Armazéns Gerais S.A.	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos						
Circulante	3.755.283	3.460.028	242.869	169.796	15.202	6.975
Não circulante	12.599.945	9.318.676	648.569	613.758	40.093	112.719
Total ativo	16.355.228	12.778.704	891.438	783.554	55.295	119.694
Passivos						
Circulante	1.972.340	959.471	152.336	104.184	12.201	11.522
Não circulante	10.579.938	8.039.622	168.131	115.491	15.948	38.254
Total passivo	12.552.278	8.999.093	320.467	219.675	28.149	49.776
Patrimônio líquido	3.802.950	3.779.611	570.971	563.879	27.146	69.918

Demonstração do resultado resumida e outros resultados abrangentes:

	Rumo Malha Norte S.A.		Brado Participações S.A.		Logispot Armazéns Gerais S.A.	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida	3.781.915	4.135.513	283.133	294.710	22.088	18.029
Resultado antes dos impostos	870.421	1.271.783	14.222	14.906	6.010	389
Imposto de renda e contribuição social	(168.711)	(187.150)	(5.423)	(5.480)	(1.075)	(42)
Resultado do exercício	701.710	1.084.633	8.799	9.426	4.935	347
Outros resultados abrangentes	(174)	(64)	-	-	-	-
Resultados abrangente total	701.536	1.084.569	8.799	9.426	4.935	347
Dividendos pagos	(511.477)	(819.534)	(2.239)	(3.593)	(612)	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Demonstração dos fluxos de caixa resumida:

	Rumo Malha Norte S.A.		Brado Participações S.A.		Logisport Armazéns Gerais S.A.	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais	1.952.526	2.003.991	53.015	40.584	4.398	4.723
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimento	(261.609)	1.068.235	(40.135)	35.270	(6.928)	(361)
Caixa (utilizado) gerado nas atividades de financiamento	(379.324)	(2.227.250)	23.532	(52.172)	2.651	(4.522)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.311.593	844.976	36.412	23.682	121	(160)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	920.972	75.996	40.890	17.208	15	175
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	2.232.565	920.972	77.302	40.890	136	15

5.12 Ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Para fins de análise de *impairment* foram definidas como unidades geradoras de caixa os contratos de concessão, cada qual registrado em uma empresa individual. A base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 exceto os impactos de COVID mencionado na Nota 4.1, não identificamos outros indicadores de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida, exceto para a unidade geradora de caixa representada pela concessão da Rumo Malha Oeste, que apresenta resultados negativos e baixa geração de caixa (Nota 5.11).

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Análise de perda ao valor recuperável

A Companhia testa anualmente o valor recuperável do ágio por expectativa de resultados futuros advindos de combinação de negócio. Os ativos sujeitos a depreciação e amortização somente são testados se houve indícios de que o valor contábil não seja recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia identificou indicadores de impairment para a unidade geradora de caixa representada pela concessão da Rumo Malha Oeste: i) a malha registrou uma redução significativa no volume transportado devido a problemas operacionais na via ocasionados pelas fortes chuvas do primeiro trimestre, fazendo com que a administração buscasse alternativas para performar determinados volumes contratados, volumes estes, que sustentavam a projeção de fluxo de caixa dessa unidade geradora de caixa até então; ii) a decisão da Administração de protocolar o pedido de relicitação (Nota 5.16) gera incertezas sobre o período em que a Malha será a operadora, uma vez que depende do andamento do processo. Dessa forma a Companhia registrou uma provisão para perda por valor recuperável de R\$143.987 (sendo R\$ 143.018 relativos a imobilizados (nota 5.12.1) e R\$ 966 referentes a direito de uso (nota 5.12.3)), equivalente ao saldo remanescente dos ativos permanentes dessa unidade geradora de caixa. O registro se deu em contrapartida à “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas”, nota 6.3.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A Companhia avaliou ainda os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre as demais unidades geradoras de caixa e, apesar de alguns impactos no exercício de 2020, a Administração não detectou deterioração nos indicadores de médio e longo prazos.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

5.12.1 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos.

Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	10% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Reconciliação do valor contábil

	Consolidado						Controladora	
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Via permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total	Total
Valor de custo:								
Saldo em 01 de janeiro de 2019	904.802	822.965	7.471.515	8.005.887	999.026	768.383	18.972.578	189.018
Adições	4	528	29.773	1.802	1.947.984	424	1.980.515	6.563
Baixas	(1.169)	(476)	(105.592)	-	(283)	(3.413)	(110.933)	-
Transferências	116.272	161.548	812.130	595.381	(1.467.891)	70.208	287.648	(275)
Saldo em 01 de janeiro de 2020	1.019.909	984.565	8.207.826	8.603.070	1.478.836	835.602	21.129.808	195.306
Adições	146	717	17.900	1.193	3.248.397	58	3.268.411	6.807
Baixas	(532)	-	(94.689)	-	(507)	(21.265)	(116.993)	-
Transferências	369.899	187.873	796.982	645.612	(1.973.975)	55.560	81.951	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.389.422	1.173.155	8.928.019	9.249.875	2.752.751	869.955	24.363.177	202.113
Depreciação e perda por redução ao valor recuperável:								
Saldo em 01 de janeiro de 2019	(300.247)	(350.481)	(3.514.645)	(3.261.319)	(10.842)	(479.821)	(7.917.355)	(55.752)
Adições	(58.991)	(106.962)	(632.170)	(611.576)	-	(16.378)	(1.426.077)	(13.953)
Baixas	131	466	104.872	6	-	3.309	108.784	-
Transferências	4.057	6.121	(107.941)	(2.234)	3.972	(28.967)	(124.992)	-
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(355.050)	(450.856)	(4.149.884)	(3.875.123)	(6.870)	(521.857)	(9.359.640)	(69.705)
Adições	(50.219)	(116.580)	(566.259)	(511.696)	(2.048)	(23.325)	(1.270.127)	(12.124)
Baixas	-	-	90.668	-	-	18.286	108.954	-
Transferências	(76.224)	11.646	(59.353)	67.841	2.795	197	(53.098)	-
Perda por redução ao valor recuperável	(2.811)	(8.898)	(31.405)	(80.340)	(7.256)	(12.308)	(143.018)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(484.304)	(564.688)	(4.716.233)	(4.399.318)	(13.379)	(539.007)	(10.716.929)	(81.829)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	664.859	533.709	4.057.942	4.727.947	1.471.966	313.745	11.770.168	125.601
Saldo em 31 de dezembro de 2020	905.118	608.467	4.211.786	4.850.557	2.739.372	330.948	13.646.248	120.284

(i) Em 31 de dezembro de 2020, vagões e locomotivas no montante de R\$ 745.203 (R\$ 745.203 em 31 de dezembro de 2019), foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 5.5).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$ 34.107 (R\$ 2.506 em 31 de dezembro de 2019).

5.12.2 Ativos intangíveis e ágio

Política contábil

Reconhecimento e mensuração

Intangíveis são inicialmente registrados pelo valor de custo (seja por compra ou no âmbito de uma combinação de negócios), deduzido das amortizações e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Despesas subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

<u>Ativo intangível (exceto ágio)</u>	<u>Taxa anual de amortização %</u>
Licença de software	20,00%
Licença de operação	3,70%
Direito de concessão	1,59%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado				Controladora	
	Ágio ⁽ⁱ⁾	Direito de Concessão ⁽ⁱⁱ⁾	Licença de operação	Outros	Total	Total
Valor de custo:						
Saldo em 01 de janeiro de 2019	100.451	8.000.700	343.177	189.045	8.633.373	615.511
Adições	-	12.031	-	4.138	16.169	-
Transferências	-	-	171	13.484	13.655	(657)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	100.451	8.012.731	343.348	206.667	8.663.197	614.854
Adições	-	5.227	-	4.445	9.672	-
Transferências	-	-	-	19.365	19.365	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	100.451	8.017.958	343.348	230.477	8.692.234	614.854
Amortização e redução ao valor recuperável:						
Saldo em 01 de janeiro de 2019	-	(881.632)	(131.909)	(125.950)	(1.139.491)	(226.742)
Adições	-	(121.103)	(11.766)	(15.749)	(148.618)	(38.456)
Transferências	-	-	-	(55)	(55)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(1.002.735)	(143.675)	(141.754)	(1.288.164)	(265.198)
Adições	-	(121.574)	(11.774)	(19.290)	(152.638)	(38.960)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(1.124.309)	(155.449)	(161.044)	(1.440.802)	(304.158)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	100.451	7.009.996	199.673	64.913	7.375.033	349.656
Saldo em 31 de dezembro de 2020	100.451	6.893.649	187.899	69.433	7.251.432	310.696

- (i) Ágio proveniente de combinação de negócios de exercícios anteriores, sendo R\$62.922 do Terminal T-16 em Santos e R\$37.529 da controlada indireta Logisport, apresentados somente no consolidado.
- (ii) Refere-se ao contrato de concessão da Rumo Malha Norte. O ativo foi identificado e valorizado ao valor justo na combinação de negócios entre Rumo e ALL. O valor será amortizado até o final da concessão em 2079, sendo registrado na demonstração de resultado, em custos dos serviços prestados, no grupo depreciação e amortização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.12.3 Direito de uso

Política contábil:

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Como mencionado na Nota 4.2, a Companhia celebrou com a união por intermédio da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, o 2º Termo aditivo ao Contrato de Concessão da Rumo Malha Paulista. A alteração foi revisada e autorizada pelo TCU – Tribunal de Contas da União conforme despacho de 20 de maio de 2020, que garante o direito de exploração da malha ferroviária pelo prazo de mais 30 anos, contados a partir de 2028. Essa transação é a principal adição do exercício, como podemos verificar nos quadros de movimentação:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado						Total
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas	Software	Veículos	Infraestrutura ferroviária e portuária	
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2019	161.485	11.093	1.286.671	66.931	13.085	842.782	2.382.047
Adições	7.073	3.045	1.004	-	732	2.904.778	2.916.632
Reajuste contratual	9.883	68	712	-	442	54.828	65.933
Transferências para imobilizado	-	(2.539)	(249.746)	-	-	1.565	(250.720)
Saldo em 01 de janeiro de 2020	178.441	11.667	1.038.641	66.931	14.259	3.803.953	5.113.892
Adições	91.095	8.512	864	15.438	-	3.406.560	3.522.469
Reajuste contratual	834	10.397	1.783	-	(334)	251.854	264.534
Transferências para imobilizado	-	-	(107.963)	-	-	-	(107.963)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	270.370	30.576	933.325	82.369	13.925	7.462.367	8.792.932
Amortização:							
Saldo em 01 de janeiro de 2019	(50.450)	(2.532)	(462.748)	-	-	(131.541)	(647.271)
Adições	(10.649)	(3.029)	(9.018)	(7.594)	(6.459)	(118.915)	(155.664)
Transferências	(7.233)	2.532	104.694	-	2	-	99.995
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(68.332)	(3.029)	(367.072)	(7.594)	(6.457)	(250.456)	(702.940)
Adições	(27.226)	(3.162)	(53.413)	(4.940)	(6.572)	(230.057)	(325.370)
Transferências para imobilizado	-	-	59.745	-	-	-	59.745
Redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	(966)	(966)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(95.558)	(6.191)	(360.740)	(12.534)	(13.029)	(481.479)	(969.531)
Saldo em 01 de janeiro de 2020	110.109	8.638	671.569	59.337	7.802	3.553.497	4.410.952
Saldo em 31 de dezembro de 2020	174.812	24.385	572.585	69.835	896	6.980.888	7.823.401

5.13 Outros tributos a pagar

Política contábil:

A Companhia está sujeita a diferentes impostos e contribuições, tais como tributos municipais, estaduais e federais, impostos sobre depósitos e saques de contas bancárias, impostos sobre rotatividade, taxas regulatórias e imposto de renda, entre outros, que representam despesas para a Companhia. Também está sujeita a outros impostos sobre suas atividades que geralmente não representam uma despesa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ICMS	189	32	16.481	3.142
INSS	221	194	10.272	9.383
PIS	1.458	511	2.074	703
COFINS	6.898	2.475	9.962	3.427
Parcelamento de débitos tributários	902	902	2.791	10.942
ISS	-	-	12.107	6.753
IOF	16	45	256	309
Outros	324	162	10.782	6.647
	10.008	4.321	64.725	41.306
Circulante	10.008	4.321	62.602	33.726
Não circulante	-	-	2.123	7.580
	10.008	4.321	64.725	41.306

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os valores devidos no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
13 a 24 meses	373	2.136
25 a 36 meses	235	2.569
37 a 48 meses	235	1.848
49 a 60 meses	215	754
61 a 72 meses	53	62
73 a 84 meses	53	48
85 a 96 meses	53	48
A partir de 97 meses	906	115
	2.123	7.580

5.14 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

i. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

ii. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

iii. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	349.300	779.228	474.664	915.119
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(118.762)	(264.938)	(161.386)	(311.140)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	91.008	288.216	4.450	7.438
Resultado de empresas no exterior	-	-	(16.223)	(5.801)
Lucro da exploração	-	-	109.081	178.609
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas ⁽ⁱ⁾	(32.042)	637	(145.326)	(53.253)
Efeito de amortização do ágio	(16.869)	(16.869)	1.271	1.271
Juros sobre capital próprio	(8.942)	(13.260)	-	-
Outros	33.470	5.223	38.144	53.628
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(52.137)	(991)	(169.989)	(129.248)
Taxa efetiva - %	14,93%	0,13%	35,81%	14,12%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) Refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da Companhia, da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais	250.871	250.279	1.841.755	1.782.085
Base negativa de contribuição social	101.127	100.914	675.123	653.792
Diferenças temporárias:				
Provisão para demandas judiciais	19.723	18.015	197.431	200.872
Provisão para perda ao valor recuperável	30.327	30.327	226.092	203.057
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	231	642	14.752	14.648
Provisão para não realização de impostos	-	-	45.149	41.295
Provisão para participação nos resultados	115	3.887	9.058	39.545
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos ⁽ⁱ⁾	28.461	2.826	595.395	68.532
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	-	-	629.635	666.017
Ajuste valor justo sobre a dívida	77.667	22.773	526.001	174.596
Diferenças temporárias sobre outras provisões	5.715	-	95.191	80.405
Combinação de negócios - imobilizado	2.143	1.885	34.907	49.293
Transações com pagamentos baseado em ações	14.009	-	14.009	-
Outros	-	12.291	233.941	122.318
Tributos diferidos - Ativos	530.389	443.839	5.138.439	4.096.455
(-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	(344.005)	(345.429)	(2.281.470)	(2.183.537)
Créditos passivos de:				
Diferenças temporárias:				
Ágio fiscal amortizado	-	-	(24.838)	(24.838)
Passivos de arrendamento	(826)	(809)	(22.214)	(36.589)
Resultado não realizado com derivativos	(139.588)	(31.441)	(1.464.591)	(556.031)
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	(3.416)	(965)	-	-
Combinação de negócios - Intangível	(61.204)	(65.195)	(2.549.151)	(2.573.178)
Outros	-	-	(40.482)	(38.649)
Tributos diferidos - Passivos	(205.034)	(98.410)	(4.101.276)	(3.229.285)
Total de tributos diferidos	(18.650)	-	(1.244.307)	(1.316.367)
Diferido ativo	-	-	1.270.621	1.174.484
Diferido passivo	(18.650)	-	(2.514.928)	(2.490.851)
Total	(18.650)	-	(1.244.307)	(1.316.367)

- (i) A Companhia optou pelo regime de caixa para a tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo das concessões. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado baseado no crescimento da produção agrícola e da exportação projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia avaliou os impactos observados da pandemia de COVID-19 e da renovação da Malha Paulista, e julgou que os potenciais efeitos não devem afetar as projeções de médio e longo prazos a ponto de prejudicar a realização dos saldos. Os resultados projetados pela Companhia geram a seguinte expectativa de realização em 31 de dezembro de 2020:

	<u>Diferido ativo</u>
2021	55.296
2022	56.567
2023	60.405
2024	56.730
2025	55.336
2026 a 2028	140.961
2029 a 2031	410.670
2032 a 2034	434.656
Total	<u>1.270.621</u>

d) Movimentações no imposto diferido

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2019	(1.390.602)
Resultado	31.539
Compensação de prejuízo fiscal sobre parcelamento - PERT	81
Passivo atuarial	41.709
Adoção inicial CPC 06 (R2) / IFRS 16	906
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(1.316.367)
Resultado	71.874
Passivo atuarial	(74)
Outros	260
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(1.244.307)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

e) Movimentação analítica do imposto diferido

i. Impostos diferidos ativos

	Prejuízo fiscal e base negativa	Variação cambial	Provisões	Ajuste a valor justo da dívida	Imobilizado	Créditos não registrados	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2019 (Cobrado) / creditado	2.439.167	-	545.573	57.298	562.699	(1.831.832)	249.716	2.022.621
do resultado do exercício	(3.290)		(46.156)	117.298	103.318	(61.662)	2.300	111.808
Diferenças cambiais	-	68.532	-	-	-	-	-	68.532
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Cobrado) / creditado	2.435.877	68.532	499.417	174.596	666.017	(1.893.494)	252.016	2.202.961
do resultado do exercício	81.001	-	(6.935)	351.405	(36.382)	(39.699)	126.032	475.422
Diferenças cambiais	-	526.863	-	-	-	-	-	526.863
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.516.878	595.395	492.482	526.001	629.635	(1.933.193)	378.048	3.205.246

ii. Impostos diferidos passivos

	Intangível	Resultado não realizado com derivativos	Passivos de arrendamentos	Créditos não registrados	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2019 (Cobrado) / creditado	(2.578.722)	(307.098)	(228.041)	(123.051)	(56.762)	(3.293.674)
do resultado do exercício	5.544	(248.933)	191.452	(166.992)	(6.725)	(225.654)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Cobrado) / creditado	(2.573.178)	(556.031)	(36.589)	(290.043)	(63.487)	(3.519.328)
do resultado do exercício	24.027	(908.560)	14.155	(58.234)	(1.799)	(930.411)
dos outros resultados abrangentes	-	-	220	-	(34)	186
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.549.151)	(1.464.591)	(22.214)	(348.277)	(65.320)	(4.449.553)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.15 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias	2.235	2.453	79.447	79.006
Cíveis, regulatórias e ambientais	17.782	7.791	150.173	137.081
Trabalhistas	32.791	37.833	243.484	264.856
	52.808	48.077	473.104	480.943

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias	13.477	6.485	46.770	37.999
Cíveis, regulatórias e ambientais ⁽ⁱ⁾	2.565	2.172	59.413	178.033
Trabalhistas	16.174	14.149	224.419	199.214
	32.216	22.806	330.602	415.246

- (i) Redução decorre dos depósitos revertidos em favor da União no acordo firmado em torno da ação de reequilíbrio econômico-financeiro por ocasião da renovação do contrato de concessão da Malha Paulista (nota 4.16).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	1.782	6.436	31.653	39.871
Provisionados no exercício	4.347	15.315	9.659	29.321
Baixas por reversão ou pagamento	(9.897)	(32.023)	(11.142)	(53.062)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	6.221	18.063	7.663	31.947
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.453	7.791	37.833	48.077
Provisionados no exercício	22	3.600	4.896	8.518
Baixas por reversão ou pagamento	(372)	(5.020)	(12.064)	(17.456)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	132	11.411	2.126	13.669
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.235	17.782	32.791	52.808

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	76.770	145.735	292.147	514.652
Provisionados no exercício	8.131	28.996	56.209	93.336
Baixas por reversão ou pagamento	(14.494)	(70.472)	(113.678)	(198.644)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	8.599	32.822	30.178	71.599
Saldo em 31 de dezembro de 2019	79.006	137.081	264.856	480.943
Provisionados no exercício	1.502	15.645	49.510	66.657
Baixas por reversão ou pagamento	(2.005)	(45.320)	(95.022)	(142.347)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	944	42.767	24.140	67.851
Saldo em 31 de dezembro de 2020	79.447	150.173	243.484	473.104

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Perdas prováveis

- **Tributárias:** Os principais processos tributários para os quais o risco de perda é provável são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ICMS ⁽ⁱ⁾	-	-	51.470	50.921
PIS e COFINS	-	-	2.050	2.023
INSS	664	654	24.093	23.175
Outros	1.571	1.799	1.834	2.887
	2.235	2.453	79.447	79.006

- (i) O valor provisionado refere-se especialmente a autos de infração relativos a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo, que, no entendimento fazendário, estariam classificados como “uso e consumo”, não gerando direito ao crédito.

- **Perdas possíveis**

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias	974.492	1.013.112	3.655.279	2.651.196
Cíveis, regulatórias e ambientais	160.054	278.115	3.765.974	3.402.591
Trabalhistas	122.066	113.049	865.222	875.346
	1.256.612	1.404.276	8.286.475	6.929.133

- **Tributários:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ganho de capital ⁽ⁱ⁾	84.953	83.734	84.953	83.734
Multa isolada tributo federal ⁽ⁱⁱ⁾	457.381	467.718	473.690	483.577
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱⁱ⁾	278.315	262.384	510.401	474.832
ICMS ^(iv)	92	78	1.120.336	839.812
IRRF ^(v)	55.259	54.008	133.837	131.402
PIS/COFINS ^(vi)	3.981	4.600	868.789	155.411
Operações financeiras no exterior ^(vii)	-	-	29.136	28.701
MP 470 parcelamento de débitos ^(viii)	-	-	116.276	115.080
Plano de opção de compra de ações ^(ix)	53.695	59.956	63.986	70.072
IOF s/ Mútuo ^(x)	14.886	53.765	14.886	53.765
Compensação com crédito prêmio ^(xi)	-	-	45.609	44.784
Outros	25.930	26.869	193.380	170.026
	974.492	1.013.112	3.655.279	2.651.196

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) Autos de infração emitidos pela Receita Federal em 2011 e 2013 e 2019 contra a Companhia relativos a: a) glosa de despesa de ágio com base em rentabilidade futura, bem como de despesas financeiras; b) não tributação de suposto ganho de capital na alienação de participação societária em empresa do mesmo grupo econômico; e c) suposto ganho de capital sobre incorporação de ações de empresas do mesmo grupo econômico. Em 2019, tivemos êxito definitivo no que se refere à redução da base de lançamento do ganho de capital. Contingência ajustada quanto ao êxito definitivo.
- (ii) A Companhia foi autuada em razão da descon sideração dos benefícios fiscais do REPORTE (suspensão de PIS e COFINS), sob a alegação de que as locomotivas e vagões adquiridos no ano de 2010 a 2012 foram utilizados fora dos limites da área portuária. Por consequência, foram exigidos PIS e COFINS, além da multa isolada correspondente a 50% do valor dos bens adquiridos.
- (iii) Autos de infração que exige IRPJ e CSLL relativos: (a) Ágio Malha Norte: Autos de infração lavrados para a cobrança do IRPJ e da CSLL, cumulados com juros de mora e multas de ofício e isolada. No entendimento da Receita Federal a Rumo Malha Norte teria amortizado indevidamente o ágio apurado na aquisição das companhias Brasil Ferrovias S/A e Novoeste Brasil S/A. (b) Ágios GIF, TPG e Teaçú. Autos de infração lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL, cumulados com multa de ofício e juros de mora, além de multa isolada, pelos seguintes motivos: Dedução, do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante correspondente à amortização na aquisição de participação em Teaçú Armazéns Gerais S/A; Dedução, do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante correspondente à amortização dos ágios pagos pelas empresas TPG Participações S.A. e GIF LOG Participações S.A na aquisição de ações emitidas pela Rumo Logística S/A; (c) Provisões Trabalhistas: No ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.
- (iv) Autos de Infrações lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, contra a Rumo Malha Paulista, relativo ao período de fevereiro de 2011 a julho de 2015, bem como de 2014 e 2018, com o apontamento de infrações por suposta falta de recolhimento do ICMS nas prestações de serviço de transporte ferroviário para exportação; creditamento indevido de ICMS por suposta escrituração no Livro Registro de Entradas de valores superiores aos apurados nos Livros Fiscais; creditamento indevido de ICMS por aquisições supostamente enquadradas como uso e consumo. Também foram incluídas multas de 50% do valor do imposto e 100% do valor do crédito considerado indevido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os fiscos estaduais autuaram as malhas pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.

O Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósito (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação inidônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. A Companhia contesta as autuações e procura demonstrar ao Fisco que as mercadorias transportadas encontravam-se devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea.

- (v) A Rumo Malha Paulista teve parte de sua compensação de saldo credor de IRPJ glosada pela Receita Federal com base no argumento de que a Companhia não teria direito à compensação do IRRF sobre operações de *swap*.

- (vi) As demandas administrativas de PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema não cumulativas relativos aos seguintes itens: a) créditos lançados extemporaneamente desacompanhados de prévia retificação de declarações fiscais; b) créditos sobre despesas decorrentes de contratos de tráfego mútuo; c) créditos relativos às despesas com serviços classificados como insumos na atividade desenvolvida pela empresa que supostamente não foram comprovadas durante a Fiscalização; d) créditos sobre despesas com transporte de colaboradores; e) créditos relativos às despesas com energia elétrica; f) créditos sobre despesas com locações de máquinas e aluguéis que não foram comprovadas no curso da Fiscalização; g) créditos sobre despesas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado da empresa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (vii) Auto de Infração lavrado para exigir diferenças de IRPJ, CSL, PIS e COFINS, relativo aos anos-calandários de 2005 a 2008, em decorrência das seguintes infrações: Infração a) apuração indevida de créditos de PIS e COFINS sobre insumos utilizados no reparo de locomotivas; Infração b) dedução indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL de despesas financeiras decorrentes de empréstimos celebrados com instituições financeiras no exterior; Infração c) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL de receitas financeiras decorrentes de títulos emitidos pelo governo da Áustria e pelo governo da Espanha, esse último por meio do Instituto de Crédito Oficial (“ICO”), empresa pública a ele vinculada; Infração d) erro na contabilização e não-inclusão indevida no lucro real e na base de cálculo da CSL de ganhos auferidos em operações de swap e não tributação das receitas financeiras auferidas com tais contratos pelo PIS e pela COFINS; Infração e) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL realizada a título de créditos de PIS e COFINS; Infração f) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL realizada a título de CSL diferida; e Infração g) recolhimento insuficiente das antecipações de IRPJ e CSL, o que gerou a aplicação da multa de ofício isolada no percentual de 50%, em concomitância com as multas de ofício de 75%. Em 2019, tivemos êxito definitivo no que se refere a integralidade das infrações “a”, “b”, “d”, “e” e “f”, bem como de parte da infração “c”, para reconhecer a possibilidade de exclusão do lucro real e da base de cálculo da CSL das receitas decorrentes dos títulos da dívida pública da Áustria adquiridos em 24 de julho de 2006 e, como consequência, de parte da infração “g”, na extensão do cancelamento parcial do item “c”. Contingência ajustada quanto ao êxito definitivo.
- (viii) A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Rumo Malha Sul e pela Rumo Intermodal, sob o argumento de que os prejuízos fiscais oferecidos pelas empresas não eram suficientes para quitação dos respectivos débitos. A probabilidade de perda é considerada como possível, já que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização.
- (ix) Autos de infração lavrados contra a Companhia para a cobrança de contribuição previdenciária (20% sobre o valor pago) de valores referentes ao Plano de Opção de Compra de Ações concedido para empregados, administradores e terceiros. O fundamento principal da autuação é a suposta natureza remuneratória.
- (x) O Fisco federal pretende fazer prevalecer a incidência de IOF sobre as contas correntes mantidas pela controladora para as coligadas/controladas (parte mais substancial da autuação). No entendimento do fisco, à utilização de uma rubrica contábil como de adiantamentos de despesas a empresas ligadas, sem contrato formal de mútuo, caracteriza a existência de uma conta corrente, devendo-se apurar o IOF devido segundo as regras próprias das operações de crédito rotativo. Os autos de infração ainda estão sendo questionados no âmbito administrativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

(xi) A Rumo Malha Sul transmitiu dezenove declarações de compensação (DCOMP) via sistema eletrônico PERD/COMP, referente a "crédito-prêmio", utilizando crédito adquirido de terceiro (Fibra S/A Indústria e Comércio e outros). Tais Dcomps por se referirem a crédito de terceiros e também a "crédito - prêmio", de acordo com a legislação vigente, foram consideradas como não declaradas em Despacho decisório constante do processo administrativo, com ciência ao contribuinte em 24/09/2013, ensejando assim a aplicação de multa de 75% em atendimento ao art. 18, §4º da Lei nº 10.833/2003.

- **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis	111.478	247.614	2.440.468	2.080.218
Regulatórias	47.501	29.525	728.064	802.906
Ambientais	1.075	976	597.442	519.467
	160.054	278.115	3.765.974	3.402.591

Em 25 de julho de 2018 a Companhia teve ciência da instauração de inquérito administrativo perante o CADE para apuração de representação formulada pela Agrovia. A Companhia refuta os argumentos apresentados pela mesma e ressalta que grande parte dos fatos já foram analisados e rejeitados pelo próprio órgão em outro processo administrativo. A Companhia avalia como possível o risco de que um processo administrativo seja criado e ou venha a incorrer em perda neste processo. Devido ao estágio inicial do tema, não é possível estimar o valor em risco.

- **Trabalhistas:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Reclamações trabalhistas	122.066	113.049	865.222	875.346
	122.066	113.049	865.222	875.346

Em 2010, a Prumo Engenharia Ltda. ("Prumo Engenharia"), empresa prestadora de serviço da então ALL – América Latina Logística SA ("ALL"), foi acusada de incorrer em práticas trabalhistas irregulares durante a execução de serviço de engenharia para a subsidiária da Companhia, atual Rumo Malha Paulista. Apesar de a Prumo Engenharia ter assumido a responsabilidade integral pela condição dos trabalhadores em questão, a Rumo Malha Paulista foi incluída indevidamente, na visão da Companhia, no cadastro de empregadores do Ministério do Trabalho, sendo concedida medida liminar determinando a exclusão do referido cadastro até o trânsito em julgado do processo judicial, que tramita em segredo de justiça.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O Ministério Público do Trabalho ainda ajuizou uma ação civil pública (ACP) contra a Malha Paulista, sem a inclusão da Prumo na lide, requerendo o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$100 milhões (entre outros compromissos), julgada parcialmente procedente condenando a Companhia em obrigações de fazer e não fazer, em como, em dano moral coletivo de R\$15 milhões. Além de demonstrar que a Companhia não teve participação na prática das irregularidades, a Companhia entende que a ação deveria ser ajuizada contra a Prumo, o que se discute em recurso. O risco de perda é considerado possível e o caso encontra-se aguardando decisão do Tribunal Superior do Trabalho.

5.16 Passivos, provisões e compromissos com o Poder Concedente

A Companhia, através de suas controladas, é parte em contratos de subconcessão e arrendamento com o Poder Público. Os principais passivos e provisões gerados pelos contratos são:

a) Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados

Política contábil:

A Companhia registra nesta conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento, mediante transferência da conta de “Passivos de arrendamentos”. Posteriormente os valores são corrigidos por Selic.

São mantidos nessa conta, saldos parcelados com o Poder Concedente. O registro inicial se dá pelo valor que restou devido a partir da resolução do litígio. Os valores são corrigidos por Selic até o pagamento.

Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão (“Concessões”), registrados inicialmente em contrapartida ao intangível (Nota 5.12.2). A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Arrendamento e concessão em litígio:		
Rumo Malha Paulista	101.871	1.870.018
Rumo Malha Oeste	1.617.764	1.528.238
	1.719.635	3.398.256
Arrendamentos parcelados:		
Rumo Malha Paulista	1.154.919	-
	1.154.919	-
Concessões:		
Rumo Malha Sul	84.637	36.621
Rumo Malha Paulista	24.151	20.003
	108.788	56.624
Total	2.983.342	3.454.880
Circulante	158.705	9.847
Não circulante	2.824.637	3.445.033
	2.983.342	3.454.880

Arrendamento e concessão em litígio:

A Rumo Malha Oeste pleiteia o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, perdido pelo cancelamento de contratos de transporte existentes no momento da desestatização configurando alteração do cenário regulatório e condições estabelecidas no Edital de Desestatização – adicionalmente, as previsões de crescimento que definiram o valor do negócio não se materializaram. A ação tramita perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região. O valor referente às parcelas vencidas da Companhia estava tendo o juízo garantido mediante a aquisição de títulos da dívida pública (Letras Financeiras do Tesouro – LFT). Em março de 2008 a Companhia obteve autorização para substituir a garantia por fiança bancária e em maio de 2008 a Companhia resgatou os valores. Em dezembro de 2014 foi proferida sentença que julgou procedente a ação, reconhecendo a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Em dezembro de 2015 foi deferido pedido de substituição das cartas de fiança apresentadas pela Companhia por seguro garantia. Aguarda-se julgamento de apelação perante o TRF. A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como provável, mas mantém o registro do passivo por se tratar de obrigação contratual ainda não retirada da Companhia, e porque o valor ainda pende de apuração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Ainda no âmbito dos litígios envolvendo a Malha Oeste, em janeiro de 2020 a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deliberou instaurar Processo Administrativo Ordinário para gerar um relatório conclusivo quanto ao cabimento, ou não cabimento, de declaração de caducidade da concessão da Malha Oeste por parte da União. A análise será conduzida por uma comissão a ser indicada pela área de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas. A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia o risco de perda como possível.

Em 21 de julho de 2020 a Companhia protocolou junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), pedido de adesão a um processo de relicitação à terceiros do objeto do Contrato de Concessão celebrado entre a Malha Oeste e a União, por intermédio do Ministério dos Transportes (“Processo de Relicitação”), nos termos da Lei nº 13.448 de 5 de junho de 2017 e regulamentada pelo Decreto nº 9.957 de 07 de agosto de 2019.

Os depósitos judiciais associados aos litígios de arrendamento e concessão totalizam:

	31/12/2020	31/12/2019
Rumo Malha Paulista	-	119.806
Rumo Malha Oeste	22.119	21.703
	22.119	141.509

Os depósitos judiciais da Subsidiária Rumo Malha Paulista vinculados ao saldo em litígio sobre reequilíbrio do contrato de arrendamento e concessão foram convertidos em favor da União no encontro de contas decorrente do acordo firmado entre as partes no processo de renovação do contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Arrendamentos parcelados:

Como condição para celebrar o aditivo de renovação da Malha Paulista, constava a necessidade de a Companhia solucionar o litígio envolvendo o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato original. Para tal foi celebrado um acordo entre Rumo Malha Paulista, União e ANTT, no qual restou acordado: i) um crédito a favor da Companhia relativo a penhoras trabalhistas pagas até 2005; ii) a conversão dos depósitos judiciais existentes em favor da União; iii) um saldo incontroverso em favor da União, parcelado em oito parcelas anuais corrigidas pela Selic (saldo transferido da conta de “Arrendamento e concessão em litígio” para “Arrendamentos parcelados”); iv) uma parcela de passivo a ser compensada com potenciais créditos em favor da Companhia, créditos estes, sujeitos à de apuração a ser realizada por grupo de trabalho envolvendo as partes (saldo mantido na conta de “Arrendamento e concessão em litígio”).

Os efeitos do encontro de contas foram atualizados até a data de registro e resultaram na reversão de R\$ 479.563 (R\$ 348.319 em outras receitas (despesas) operacionais nota 6.3 e R\$ 131.243 em resultados financeiros nota 6.4).

Em razão do acordo celebrado foram requeridas as suspensões dos trâmites de ações judiciais de regresso ajuizadas pela Rumo em face da União para apuração dos créditos trabalhistas que não fizeram parte do acordo (a partir de 2005) e que serão objeto de apuração a ser realizada por grupo de trabalho envolvendo as partes. Em paralelo, as partes apresentaram pedido de homologação judicial do acordo nos autos da ação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Arrendamentos e outorgas enquadrados no IFRS16 (Nota 5.6)

	31/12/2020	31/12/2019
Arrendamentos:		
Rumo Malha Sul	600.745	532.496
Rumo Malha Paulista	475.647	377.944
Rumo Malha Oeste	179.568	216.096
Elevações Portuárias	76.925	74.584
Portofer	12.463	13.435
	1.345.348	1.214.555
Outorgas:		
Rumo Malha Paulista (renovação) ⁽ⁱ⁾	492.222	-
Malha Central ⁽ⁱ⁾	491.354	2.728.931
	983.576	2.728.931
Total	2.328.924	3.943.486
Circulante	232.212	402.991
Não circulante	2.096.712	3.540.495
	2.328.924	3.943.486

(i) Em 15 de setembro de 2020, a Companhia pagou antecipadamente parte dos passivos de concessão, conforme mencionado na Nota 4.6 e 5.6.

b) Compromissos de investimento

Os contratos de subconcessão em que a Companhia, através de suas subsidiárias, é parte, frequentemente incluem compromissos de executar investimentos com certas características durante o prazo do contrato. Podemos destacar:

O aditivo de renovação da concessão da Malha Paulista que prevê a execução ao longo da concessão de um conjunto de projetos de investimento em aumento de capacidade e redução de conflitos urbanos, estimado pela agência em R\$6.100.000 (valor atualizado até dezembro de 2017). Deste montante, em torno de R\$3.000.000 compõem o caderno de obrigações, cuja execução física foi de 6%.

O contrato de subconcessão da Malha Central prevê investimentos com prazo determinado (de um até três anos a contar da assinatura do contrato), estimados pela ANTT em R\$645.573. Em 31 de dezembro de 2020, a execução física dos projetos do caderno de obrigações foi de 56%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O contrato de concessão e arrendamento da Elevações Portuárias prevê investimentos visando melhoramento e modernização das instalações e equipamentos nela alocados, estimados no montante de R\$340.000. Na data do balanço, a subsidiária havia realizado investimentos ao custo de R\$ 270.629.

5.17 Patrimônio líquido

a) Capital social

Política contábil:

Os incentivos fiscais são registrados, pelo valor justo, quando há razoável segurança de que: (a) a Companhia irá atender aos requisitos relacionados ao incentivo; (b) o incentivo será recebido.

Os efeitos são registrados ao resultado para se contrapor aos custos ou despesas que o incentivo pretende compensar.

A Companhia realizou em 28 de agosto de 2020, aumento de capital no montante de 6.400.000 por meio de oferta pública primária de 294.252.874 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal (Nota 4.3).

Após o aumento do capital social o capital subscrito e inteiramente integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de 16.054.897 (R\$ 9.654.897 em 31 de dezembro de 2019) e está representado por 1.853.268.772 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

	Ações ordinárias	
	Quantidade	%
Acionistas		
Cosan Logística S.A.	522.463.883	28,19%
Julia Arduini	71.005.654	3,83%
Cosan S.A.	40.065.607	2,16%
Administradores	1.915.912	0,10%
Tesouraria	532.000	0,03%
Free float (em negociação na bolsa de valores)	1.217.285.716	65,68%
Total de ações em circulação	1.853.268.772	100,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Reserva de capital

Política contábil:

As Reservas de Capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo Resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Constam como tais reservas o ágio na emissão de ações, a alienação de partes beneficiárias e de bônus de subscrição. Essas são transações de capital com os sócios.

A movimentação do exercício é composta pelas transações com acionistas destacadas abaixo:

- Acréscimo de R\$ 13.536 de transações com pagamento baseado em ações;
- Decréscimo de R\$ 4.819 pelas opções de ações exercidas;
- Decréscimo de R\$ 65.019 referente aos gastos com emissão de ações;
- Decréscimo de R\$ 64 referentes a efeito da distribuição de dividendos para acionistas preferencialistas na controlada Rumo Malha Norte.

c) Reserva legal

Política contábil:

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404/76.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não destinou reserva legal (R\$ 38.911 em 31 de dezembro de 2019), e destinou o saldo dessa reserva de R\$ 52.129 para absorção pelo prejuízo acumulado de exercícios anteriores registrado no patrimônio líquido da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

d) Incentivos fiscais – SUDAM

Política contábil

Os incentivos fiscais são registrados, pelo valor justo, quando há razoável segurança de que: (a) a Companhia irá atender aos requisitos relacionados ao incentivo; (b) o incentivo será recebido.

Os efeitos são registrados ao resultado para se contrapor aos custos ou despesas que o incentivo pretende compensar.

A Rumo Malha Norte obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional.

O efeito da redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis calculados até 31 de dezembro de 2020 sobre o lucro da exploração foi de R\$109.081 (R\$178.609 em 31 de dezembro de 2019), contabilizado como redutor da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social da controlada Rumo Malha Norte.

e) Ações em tesouraria

Em 28 de outubro de 2020 foi aprovado o plano de recompra de 21.482.277 ações, o que representa 1,16% do capital social da Companhia, o plano o prazo de realização de 18 meses, ou seja, até 29 de abril de 2022.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia havia registrado a recompra de 532.000, ao preço médio de R\$ 19,34, mantidas em em tesouraria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

f) Outros resultados abrangentes

	31/12/2019	Base	Tributos diferidos	Líquido	31/12/2020
Efeito de conversão moeda estrangeira em controladas	21.436	7.958	-	7.958	29.394
Ganhos atuariais com plano de pensão	(3.193)	865	(294)	571	(2.622)
Custo atribuído	2.834	(30)	-	(30)	2.804
Total	21.077	8.793	(294)	8.499	29.576

	31/12/2018	Base	Tributos diferidos	Líquido	31/12/2019
Efeito de conversão moeda estrangeira em controladas	18.221	3.215	-	3.215	21.436
Perdas atuariais com plano de pensão	(2.694)	(580)	81	(499)	(3.193)
Custo atribuído	3.380	(546)	-	(546)	2.834
Total	18.907	2.089	81	2.170	21.077

6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

6.1 Receita operacional líquida

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres e elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

A seguir, é apresentada uma análise da receita da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta na venda de serviços	1.004.507	633.856	7.349.804	7.473.730
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(54.238)	(37.441)	(383.645)	(385.890)
Receita operacional líquida	950.269	596.415	6.966.159	7.087.840

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Transporte de carga e acessórios	950.269	596.415	6.388.273	6.548.109
Elevação de carga	-	-	377.502	351.563
Direito de passagem	-	-	173.358	164.907
Outros	-	-	27.026	23.261
Receita operacional líquida	950.269	596.415	6.966.159	7.087.840

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.2 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza / finalidade é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Material de uso e consumo	(1.064)	(566)	(152.667)	(145.540)
Despesa com pessoal	(18.656)	(7.766)	(932.421)	(923.624)
Depreciação e amortização	(100.700)	(102.956)	(1.617.447)	(1.675.637)
Despesas com serviços de terceiros	(6.036)	(4.710)	(373.470)	(344.339)
Despesas com transporte e elevação	(621.776)	(368.153)	(1.809.056)	(1.696.366)
Despesas com aluguel (Nota 5.6)	-	-	(59.693)	(48.182)
Outras despesas	(15.876)	(25.705)	(214.398)	(138.698)
	(764.108)	(509.856)	(5.159.152)	(4.972.386)
Custo dos serviços prestados	(731.144)	(484.314)	(4.721.507)	(4.608.781)
Despesas comerciais	594	107	(30.670)	(6.983)
Despesas gerais e administrativas	(33.558)	(25.649)	(406.975)	(356.622)
	(764.108)	(509.856)	(5.159.152)	(4.972.386)

6.3 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Efeito líquido das demandas judiciais	(8.285)	(15.907)	(86.744)	(73.065)
Receita de aluguéis e arrendamentos	25.200	14.420	-	-
Resultado na venda de sucatas / eventuais	7.775	1.830	37.888	45.566
Amortização de direito de uso ⁽ⁱ⁾	-	-	(97.560)	(40.545)
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	-	-	42.576	4.454
Créditos fiscais extemporâneos	3.453	13.244	102.576	40.447
Liquidação de disputas no processo de renovação ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	278.496	-
Perda por redução ao valor recuperável líquido (Nota 5.12.2)	-	-	(143.984)	-
Outros	(4.636)	(1.903)	(4.861)	(941)
	23.507	11.684	128.387	(24.084)

(i) A depreciação dos ativos de direito de uso da Malha Central está sendo apresentada em outras despesas operacionais, pois a companhia está em fase pré-operacional e, conseqüentemente, não gerando receita.

(ii) R\$ 348.319 de efeito positivo relativo à reversão de passivos de arrendamento em litígio registrado em maio (Nota 5.16.a); e R\$ 69.823 de efeito negativo registrado em janeiro decorrente de disputas administrativas e judiciais envolvendo o Poder Concedente e a Malha Paulista, cuja discussão a Companhia abriu mão como pré-requisito para a conclusão do processo de renovação antecipada da concessão, um dos requisitos impostos pelo TCU – Tribunal de Contas da União.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo da dívida bruta				
Juros e variação monetária	(430.964)	(216.470)	(1.075.759)	(1.076.799)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(68.111)	(8.394)	(1.562.336)	(202.789)
Resultado com derivativos e valor justo	328.043	81.723	1.820.960	676.422
Amortização do gasto de captação	(18.344)	(6.208)	(48.020)	(40.395)
Fianças e garantias sobre dívidas	(3.462)	(11.981)	(36.316)	(44.255)
	(192.838)	(161.330)	(901.471)	(687.816)
Rendimentos de aplicações financeiras	49.234	15.438	134.983	155.221
	49.234	15.438	134.983	155.221
Custo da dívida, líquida	(143.604)	(145.892)	(766.488)	(532.595)
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	39.459	8.572	42.007	47.311
Arrendamento e concessão em litígio	-	-	(108.016)	(190.272)
Passivos de arrendamento	(10)	(56)	(549.489)	(363.753)
Despesas bancárias e outros	(4.767)	(1.099)	(54.862)	(52.104)
Reversão de encargos de passivo de arrendamento em litígio ⁽ⁱ⁾	-	-	131.243	-
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(9.686)	(21.458)	(152.484)	(84.386)
Variação cambial e derivativos	(4.477)	(2.054)	(15.006)	(3.104)
Juros sobre outras obrigações	(4.953)	(4.722)	(722)	(19.224)
	15.566	(20.817)	(707.329)	(665.532)
Resultado financeiro, líquido	(128.038)	(166.709)	(1.473.817)	(1.198.127)
Reconciliação				
Despesas financeiras	(472.186)	(261.996)	(1.894.425)	(1.871.188)
Receitas financeiras	88.693	24.012	176.990	202.532
Variação cambial	(72.588)	(10.448)	(1.577.342)	(205.839)
Derivativos	328.043	81.723	1.820.960	676.368
Resultado financeiro, líquido	(128.038)	(166.709)	(1.473.817)	(1.198.127)

(i) Efeito positivo relativo à parcela de encargos incluída na reversão de passivos de arrendamento em litígio registrada em maio (Nota 5.16.a).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.5 Pagamento com base em ações

Política contábil:

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição (que não são de mercado) serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*).

Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

a) Descrição dos acordos

A Companhia possui dois planos de remuneração baseados em ações. O primeiro, o “Plano de *stock grant*”, concede ações da Companhia para administradores e funcionários. O segundo, o “Plano de *stock option*”, concede o direito de adquirir ações (opções) da Companhia a um preço determinado. Em ambos os casos, o direito de adquirir ou receber ações está condicionado ao cumprimento do período de carência de cada plano.

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, a seu critério, por um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes para a elaboração e estruturação de cada plano e na legislação aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Em 21 de dezembro de 2016, foi aprovado em Assembleia o modelo de Remuneração Baseada em Ações (“*Stock Grant*”), que passou a ser aplicado nas outorgas a partir de então. Esse modelo prevê a distribuição de até 3% do capital social da Companhia, já considerando o efeito de diluição da distribuição das ações outorgadas no âmbito do plano. O plano tem como objetivos: (i) atrair, reter e motivar os beneficiários; (ii) gerar valor para os acionistas; e (iii) incentivar a visão de empreendedor do negócio.

O número de ações a serem distribuídas será determinado pelo Conselho de Administração ou o Comitê, se instituído, e equivalerá ao valor de fechamento da ação da emissora no pregão - na B3 - imediatamente anterior à outorga. As ações concedidas no Plano de Remuneração Baseado em Ações serão transferidas mediante o pagamento do preço de exercício (R\$0,01), uma vez cumprido o período de carência estipulado sob os termos de cada Programa de outorga de ações, sendo a quantidade ajustada pelo número proporcional aos dividendos pagos no período. A metodologia *Black-Scholes* é usada para determinar o valor justo das ações entregues.

Os seguintes acordos de pagamento baseados em ações:

Planos <i>stock grants</i>	Período de carência (anos)	Data da outorga	Taxa de juros	Volatilidade	Ações outorgadas	Exercidas / canceladas	Vigentes em 31/12/2020	Preço de mercado na data de outorga - R\$	Valor justo na data de outorga - R\$
Plano de 2015	5	01/10/2015	11,33%	42,75%	1.485.900	(1.485.900)	-	6,10	6,10
Plano de 2016	5	02/01/2017	11,33%	42,75%	1.476.000	(236.000)	1.240.000	6,10	6,10
Plano de 2017	5	01/09/2017	9,93%	29,76%	870.900	(144.450)	726.450	10,42	10,42
Plano de 2018	5	01/08/2018	10,93%	31,97%	1.149.544	(173.453)	976.091	13,94	13,94
Plano de 2019	5	15/08/2019	6,28%	27,46%	843.152	(29.074)	814.078	22,17	22,17
Plano de 2020	5	11/11/2020	6,94%	41,03%	776.142	-	776.142	20,01	20,01
					6.601.638	(2.068.877)	4.532.761		

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Reconciliação de opções de ações outorgadas em circulação

O movimento no número de prêmios em aberto e seus preços de exercício médios ponderados relacionados são os seguintes:

	<i>Stock option</i>		<i>Stock option</i>
	Antiga ALL		Rumo S.A
	Quantidade de opções	Preço médio de exercício	Quantidade de ações
Saldo em 01 de janeiro de 2019	198.225	54,83	4.538.373
Outorgadas	-	-	843.152
Perdidas / canceladas	(47.563)	61,04	(127.407)
Exercidas / entregues	-	-	(25.932)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	150.662	56,61	5.228.186
Outorgadas	-	-	776.142
Exercidas / entregues	-	-	(1.325.548)
Perdidas / canceladas	(51.311)	73,59	(146.019)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	99.351	68,54	4.532.761

c) Despesa reconhecida no resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram reconhecidos R\$13.730 como despesas relativas à apropriação dos Planos de “*Stock Option*” (R\$10.472 em 31 de dezembro de 2019).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.6 Lucro por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado do exercício	297.163	778.237
Efeito de diluição:		
Efeito dilutivo - Brado Logística	-	1.466
Resultado diluído do exercício atribuído aos acionistas controladores	297.163	779.703
Denominador:		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	1.664.084	1.559.167
Efeito de diluição:		
Efeito dilutivo - Brado Logística	-	3.264
Efeito dilutivo - Remuneração baseada em ações	4.456	4.249
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - diluído	1.668.540	1.566.680
Resultado básico por ação ordinária	<u>R\$0,17857</u>	<u>R\$0,49914</u>
Resultado diluído por ação ordinária	<u>R\$0,17810</u>	<u>R\$0,49768</u>

Instrumentos diluidores

Os acionistas não controladores da controlada indireta Brado, têm direito de exercer a Opção de Liquidez prevista no acordo de acionistas celebrado em 05 de agosto de 2013. Tal opção consiste na substituição da totalidade das ações detidas pelos referidos acionistas não controladores por uma quantidade de ações da Companhia determinada de acordo com a razão de troca estabelecida, que leva em consideração o valor econômico a ser estabelecido tanto para o negócio Brado quanto para o negócio da Companhia. A critério exclusivo da Companhia, um pagamento equivalente em caixa também é possível. As premissas de valor e forma de liquidação estão sujeitas à decisão do procedimento arbitral e em 31 de dezembro de 2020 o efeito é antidilutivo enquanto para 31 de dezembro de 2019 a melhor estimativa é de 3.264 ações, com efeito dilutivo, que portanto considerados na análise do lucro por ação diluído.

A Companhia possui planos de remuneração baseados em ações, como detalhado na nota 6.5, cujos instrumentos (opções ou ações restritas). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 possuem efeito dilutivo.

RELATÓRIO DE RESULTADOS 4T20

Curitiba, 11 de fevereiro de 2021 – A RUMO S.A. (B3: RAIL3) (“Rumo”) anuncia hoje seus resultados do quarto trimestre de 2020 (4T20), composto por outubro, novembro e dezembro. Os resultados são apresentados de forma consolidada, de acordo com as regras contábeis brasileiras e internacionais (IFRS). As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o 4T20 e 4T19, exceto quando indicado de outra forma.

Destaques Rumo do 4T20 e 2020

- O volume transportado em 2020 foi de 62,5 bilhões de TKU, 3,9% acima de 2019, refletindo o aumento do volume em 7,0% na Operação Norte, o impacto nos volumes na Operações Sul em função da menor produção de grãos e pela queda da demanda de produtos industriais (em razão da Covid-19), que também afetou a Operação de Contêineres.
- O EBITDA atingiu R\$ 3.664 milhões, com margem EBITDA de 52,6%. O EBITDA ajustado foi de R\$ 3.533 milhões, 8,4% abaixo de 2019, refletindo o ambiente concorrencial mais acirrado em razão da pavimentação da Rodovia BR-163 e dos menores preços de combustível. A margem EBITDA ajustada atingiu 50,7%, 3,7 p.p. abaixo de 2019.
- O lucro líquido foi de R\$ 305 milhões, ante R\$ 786 milhões em 2019, influenciado pelo menor EBITDA e pelo aumento das despesas financeiras decorrentes do impacto não caixa de marcação a mercado (MTM) e das outorgas das Malhas Central e Paulista, que incorreram em mais meses em 2020 do que em 2019.
- O ano de 2020 foi de importantes avanços na estrutura de capital, com a realização do *follow-on*, do pré-pagamento das outorgas e do contínuo processo de *liability management*. Como resultado, a dívida líquida fechou o ano em R\$ 7,2 bilhões e a alavancagem atingiu 1,9x dívida líquida abrangente/EBITDA LTM ajustado.
- O capex atingiu R\$ 2.979 milhões em 2020, em linha com o plano de investimentos, refletindo o avanço nas obras da Malha Central para torná-la operacional já no primeiro trimestre de 2021, que somaram R\$ 711 milhões no ano.

4T20	4T19	Var.%	Sumário das Informações Financeiras (Valores em R\$ MM)	2020	2019	Var.%
16.197	14.997	8,0%	Volume transportado total (TKU milhões)	62.458	60.096	3,9%
3.533	2.665	32,5%	Volume elevado total (TU mil)	14.447	11.213	28,8%
2.261	1.004	>100%	Volume de solução logística (TU mil)	7.033	4.335	62,2%
1.662	1.664	-0,1%	Receita operacional líquida¹	6.966	7.088	-1,7%
(1.248)	(1.092)	14,3%	Custo dos produtos vendidos²	(4.722)	(4.609)	2,4%
414	572	-27,7%	Lucro bruto	2.245	2.479	-9,5%
24,9%	34,4%	-9,5 p.p.	Margem bruta (%)	32,2%	35,0%	-2,8 p.p.
(131)	(98)	34,0%	Despesas comerciais, gerais e administrativas	(438)	(363)	20,6%
56	(17)	>100%	Outras receitas (despesas) operacionais	128	(25)	>100%
2	6	-66,7%	Equivalência patrimonial	13	22	-40,9%
340	464	-26,7%	Lucro operacional	1.948	2.113	-7,8%
417	434	-3,8%	Depreciação e amortização	1.716	1.716	0,0%
758	897	-15,6%	EBITDA	3.664	3.829	-4,3%
45,6%	53,9%	-8,3 p.p.	Margem EBITDA (%)	52,6%	54,0%	-1,4 p.p.
776	913	-15,6%	EBITDA ajustado³	3.533	3.857	-8,4%
46,7%	54,8%	-8,2 p.p.	Margem EBITDA ajustada (%)	50,7%	54,4%	-3,7 p.p.
3	202	-98,5%	Lucro (prejuízo) líquido	305	786	-61,2%
0,2%	12,1%	-11,9 p.p.	Margem líquida (%)	4,4%	11,1%	-6,7 p.p.
997	565	76,5%	Capex	2.979	1.943	53,3%

Nota 1: Inclui a receita pelo direito de passagem de outras ferrovias, receita do transporte de açúcar utilizando outras ferrovias ou o modal rodoviário e receita por volumes contratados e não realizados conforme acordos comerciais (*take or pay*).

Nota 2: Inclui R\$ 24,6 milhões de depreciação e amortização da Malha Central, pelo fato de ainda ser não-operacional.

Nota 3: No 4T20 e 2020, sem os efeitos da Malha Central, os efeitos da renovação da Malha Paulista e a provisão para *impairment* da Malha Oeste, e no 4T19 e 2019 sem efeitos da Malha Central.

Teleconferência de Resultados

Inglês* - 14h00 (horário de Brasília)

*Com tradução simultânea para português

12 de fevereiro de 2021 (sexta-feira)

Tel: +55 11 3181 8565

Tel (US): +1 844 204 8942

Senha: RUMO

Relações com Investidores

E-mail: ir@rumolog.com

Telefone: +55 41 2141-7555

Website: ri.rumolog.com



Carta do presidente

O ano de 2020 nos apresentou diversos desafios, mas também permitiu grandes avanços na consolidação da nossa estratégia de longo prazo. Evoluímos na construção do nosso portfólio ampliando a capacidade do Terminal em Rondonópolis, assinamos a renovação antecipada da concessão da Malha Paulista até 2058 e concluímos os investimentos para tornar a Malha Central operacional já no início de 2021, momento histórico ao conectar pela ferrovia os Estados de Goiás e Tocantins ao Porto de Santos no Estado de São Paulo.

Aprimoramos a estrutura de capital, realizando um *follow-on* de R\$ 6,4 bilhões, o pré-pagamento das outorgas da Malha Central e Paulista no valor de R\$ 5,1 bilhões e a emissão do primeiro *green bond* de ferrovias na América Latina e, assim, deixamos a Rumo preparada para executar o seu plano de negócios. Fortalecemos a estrutura organizacional em áreas que são chaves como comercial, *pricing*, gente, inovação e regulatório, para seguirmos na implementação da nossa estratégia.

Evoluímos na agenda de eficiência, com avanços importantes em diversas métricas operacionais, garantindo o aumento de nossa capacidade ferroviária. No Porto de Santos, iniciamos e iremos concluir nesse ano obras transformacionais que afetarão positivamente a capacidade e eficiência no porto, como a terceira linha do Paquetá, a adição de uma linha no Macuco e a expansão nos terminais TXXXIX e Termag.

Consolidamos avanços importantes na nossa agenda de ESG. Na parte ambiental evoluímos em relação à meta de redução de 15% nas emissões específicas até 2025, entregando 10% de redução já em 2020. Do lado social, tivemos resultados expressivos em segurança pessoal e ferroviária, superando o patamar de ferrovias *Class 1* americanas. Seguimos operando no mais alto patamar de governança corporativa, e recentemente trouxemos para nosso conselho de administração a Janet Drysdale, que além de ser a primeira mulher a ocupar a posição, traz grande experiência de ferrovias internacionais.

O ano de 2021 começa mais positivo em função das safras recordes e melhora no cenário de competitividade. A forte demanda por frete somada à recuperação do preço de combustíveis trouxe condições de mercado mais favoráveis para a Rumo. Por isso, vislumbramos aumento do nosso volume sustentado pelas seguintes frentes: crescimento do mercado de grãos e recuperação do segmento industrial; ganho de *market share* sustentado por uma maior atratividade da ferrovia em relação a outras alternativas logísticas e; início da operação da Malha Central com grande potencial e receptividade dos clientes.

Concluo reafirmando a minha confiança e de toda organização na execução do nosso plano de longo prazo, com muita disciplina na alocação de capital e com enorme geração de valor para os nossos acionistas e clientes. Somos o Brasil em movimento!

João Alberto Abreu
CEO

1. Direito de uso e Arrendamentos IFRS 16 | Pré-pagamento de Outorgas

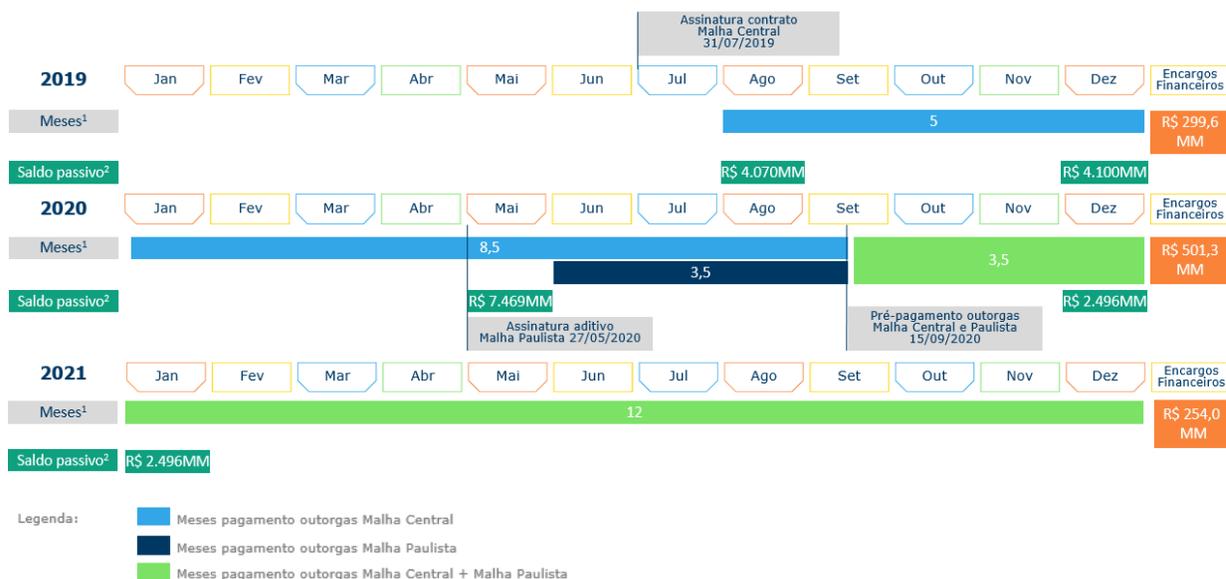
O pré-pagamento parcial das outorgas das malhas Central e Paulista no montante de R\$ 5,1 bilhões, realizado em 15 de setembro de 2020, trouxe redução no saldo da conta dos **passivos de arrendamento** a partir do 3T20.

Contas do balanço afetadas pelo registro das outorgas (Valores em R\$ MM)	31/12/2020	30/09/2020	30/06/2020
Direito de uso	7.823	7.764	7.797
Passivos de arrendamento ⁴ (Nota 5.6 das informações trimestrais)	2.913	2.767	7.909

Nota 4: Arrendamentos financeiros e operacionais – IFRS 16.

O pré-pagamento parcial reduziu o saldo de passivo de arrendamento operacional das Malhas Central e Paulista, zerando pelos próximos 15 e 17 anos, respectivamente, o pagamento de juros e variação monetária no fluxo de caixa. No resultado, observa-se uma redução de juros e variação monetária em função de um saldo menor de passivo, que não interfere na amortização do direito de uso, que continua sendo depreciado linearmente ao longo do prazo de cada contrato.

Encargos financeiros sobre outorgas – efeitos do pré-pagamento das Malhas Central e Paulista



Nota 5: Nos meses demonstrados há apenas menção às Malhas Central e Paulista, não considerando, portanto, as outorgas que não sofreram impacto pelo pré-pagamento. O saldo do passivo e o valor de encargos financeiros referem-se à totalidade das outorgas – incluindo Malha Sul, Malha Paulista – 1º contrato, Malha Oeste e Elevações.

Em 2021, é esperado que os encargos financeiros decorrentes do total das outorgas sejam de aproximadamente R\$ 254 milhões. No que se refere ao fluxo de caixa, haverá o pagamento de aproximadamente R\$ 121 milhões em encargos financeiros e R\$ 107 milhões em amortização.

2. Resultado Ajustado

2.1 Malha Central

Em continuidade aos trimestres anteriores, e para garantir comparabilidade de resultados entre os anos, o resultado consolidado é apresentado sem os efeitos da Malha Central, que se encontrava em fase pré-operacional no 4T20.

2.2 Processo de Renovação da Malha Paulista

Em continuidade ao encontro de contas realizado no 2T20, quando da assinatura do contrato de renovação da Malha Paulista, houve, no 4T20, avanço na análise de parte do valor de R\$ 148 milhões do encontro de contas, que ainda estava pendente, gerando o ganho adicional de R\$ 31 milhões no EBITDA, em contrapartida à baixa do passivo.

2.3 Provisão para Impairment Malha Oeste

Devido à redução significativa no volume transportado pela Malha Oeste em 2020 e ao avanço no seu processo de relicitação, as projeções de geração de caixa futura foram impactadas, sinalizando indicadores de *Impairment* na Companhia. Após revisão desses fluxos de caixa, foi realizado um complemento na provisão para perda de valor recuperável no valor de R\$ 144 milhões - efeito que não impacta o caixa da Companhia, e equivale ao saldo remanescente dos ativos permanentes desta controlada.

2.4 Resultado Ajustado

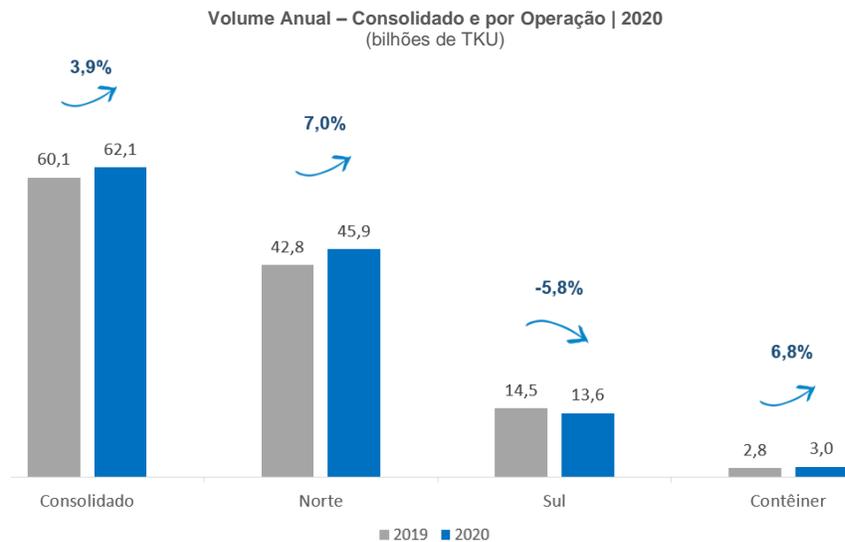
Sumário das Informações Financeiras (Valores em R\$ MM)	4T20	Malha Central	Malha Paulista	Provisão impairment M. Oeste	4T20 Ajustado	4T19	Malha Central	4T19 Ajustado	Var.%
Receita líquida	1.662	-	-	-	1.662	1.664	-	1.664	-0,1%
Lucro bruto	414	-	-	-	414	572	-	572	-27,7%
<i>Margem bruta (%)</i>	<i>24,9%</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>24,9%</i>	<i>34,4%</i>	<i>n/a</i>	<i>34,4%</i>	<i>-0,3 p.p.</i>
Despesas comerciais, gerais e adm.	(131)	13	-	-	(118)	(98)	15	(83)	42,9%
Outras receitas (despesas) op. e eq. pat.	58	25	(31)	37	89	(11)	24	13	>100%
Lucro operacional	340	38	(31)	37	383	464	39	503	-23,8%
Depreciação e amortização	417	(25)	-	-	393	434	(24)	410	-3,8%
EBITDA	758	13	(31)	37	776	897	16	913	-15,0%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>45,6%</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>46,7%</i>	<i>53,9%</i>	<i>n/a</i>	<i>54,9%</i>	<i>-1,0 p.p.</i>
Capex	997	(364)	-	-	634	565	-	565	12,1%

Sumário das Informações Financeiras (Valores em R\$ MM)	2020	Malha Central	Malha Paulista	Provisão impairment M. Oeste	2020 Ajustado	2019	Malha Central	2019 Ajustado	Var.%
Receita líquida	6.966	-	-	-	6.966	7.088	-	7.088	-1,7%
Lucro bruto	2.245	-	-	-	2.245	2.479	-	2.479	-9,5%
<i>Margem bruta (%)</i>	<i>32,2%</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>32,2%</i>	<i>35,0%</i>	<i>n/a</i>	<i>35,0%</i>	<i>-2,8 p.p.</i>
Despesas comerciais, gerais e adm.	(438)	40	-	-	(397)	(363)	27	(336)	9,4%
Outras receitas (despesas) op. e eq. pat.	141	99	(315)	144	69	(3)	41	38	>100%
Lucro operacional	1.948	139	(315)	144	1.916	2.113	68	2.181	-9,3%
Depreciação e amortização	1.716	(98)	-	-	1.618	1.716	(41)	1.675	-5,8%
EBITDA	3.664	40	(315)	144	3.533	3.829	27	3.857	-7,7%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>52,6%</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>50,7%</i>	<i>54,0%</i>	<i>n/a</i>	<i>54,4%</i>	<i>-3,3 p.p.</i>
Capex	2.979	(711)	-	-	2.268	1.943	-	1.943	16,7%

As demais seções deste Relatório de Resultados apresentam o resultado consolidado, salvo quando indicado como "ajustado".

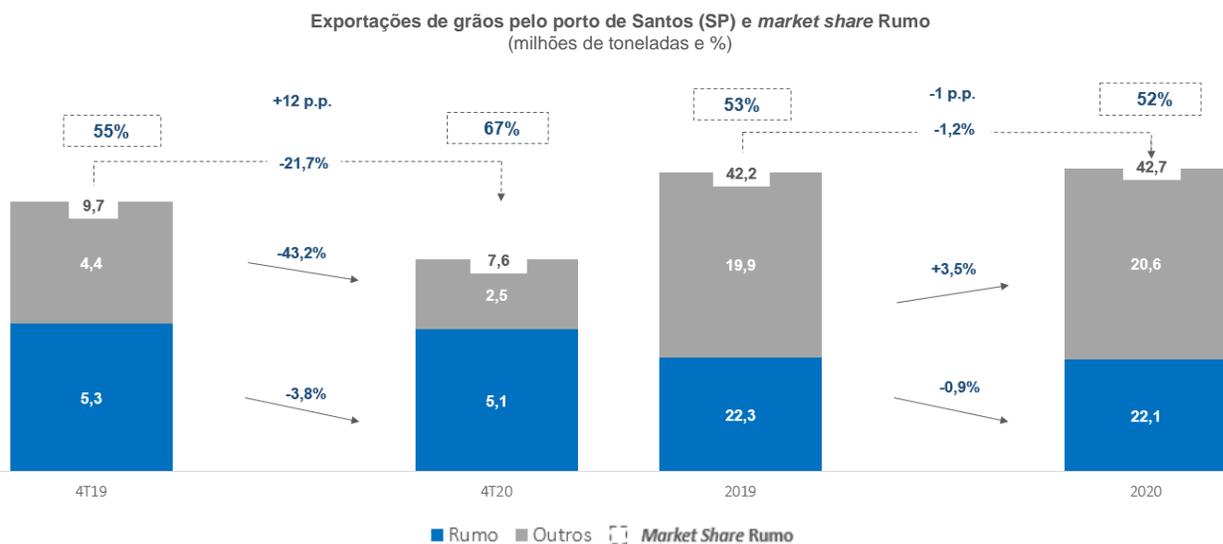
3. Sumário Executivo do 4T20 e 2020

O volume transportado pela Rumo em 2020 atingiu 62,5 bilhões de TKU, 3,9% acima de 2019. Na **Operação Norte**, o volume cresceu 7,0%, influenciado principalmente pela *performance* de açúcar (+87,1%) e fertilizantes (+36,4%), que ajudaram a compensar um volume de grãos menor do que esperado, afetado: (i) pela entrada no ano com menor nível de contratos de *take or pay*; (ii) pela maior competição decorrente da pavimentação da BR-163 e dos preços de combustível mais baixos e; (iii) pelo fato do produtor ter segurado as exportações de milho. Na **Operação Sul**, o volume caiu 5,8%, refletindo (i) a queda de demanda no segmento industrial em razão da Covid-19; e (ii) o baixo crescimento de produtos agrícolas, principalmente grãos (-10,4%), em razão da menor produção. A **Operação de Contêiner** apresentou crescimento de 6,8% em volume, tendo sofrido impacto de menor demanda no mercado interno e menor nível de exportação, em razão da Covid-19.



Fonte: Sistema interno Rumo

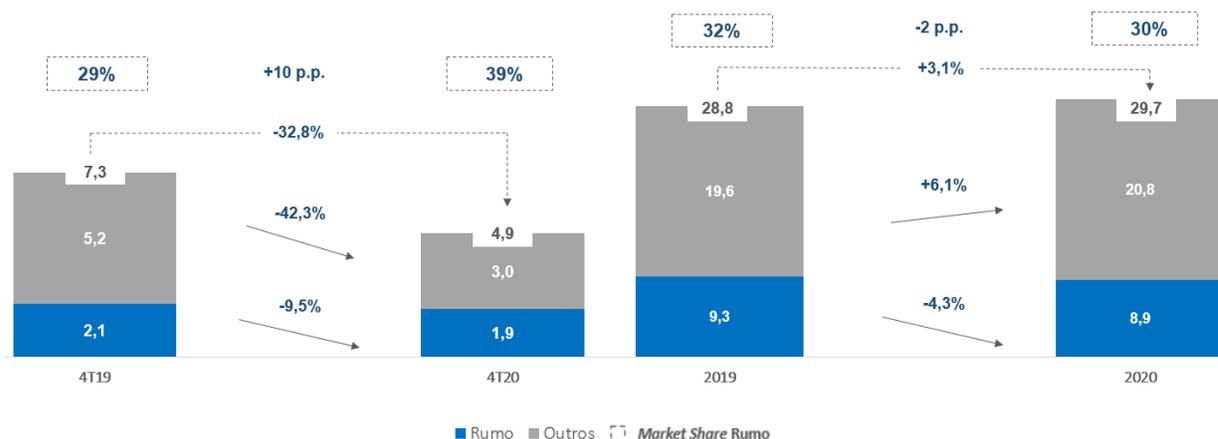
Em 2020, a Rumo perdeu 1 p.p de *market share* de grãos no Porto de Santos (SP). No 4T20, houve um ganho de 12 p.p., refletindo a queda de 68% das exportações dos estados não atendidos pela Rumo e o volume estável da Companhia.



Fonte: Agência Marítima e Sistema Rumo

A Operação Sul, em 2020, perdeu 2 p.p. no *market share* do transporte de grãos aos portos de Paranaguá (PR) e São Francisco do Sul (SC), principalmente devido ao menor preço de combustível que trouxe melhor competitividade para o modal rodoviário. Por outro lado, no 4T20, houve ganho de 10 p.p., resultado da recuperação do preço do combustível e consequentemente da competitividade da ferrovia.

Exportações de grãos pelos portos de Paranaguá (PR) e São Francisco do Sul (SC) e *market share* Rumo (milhões de toneladas e %)



Fonte: Agência Marítima e Sistema Rumo

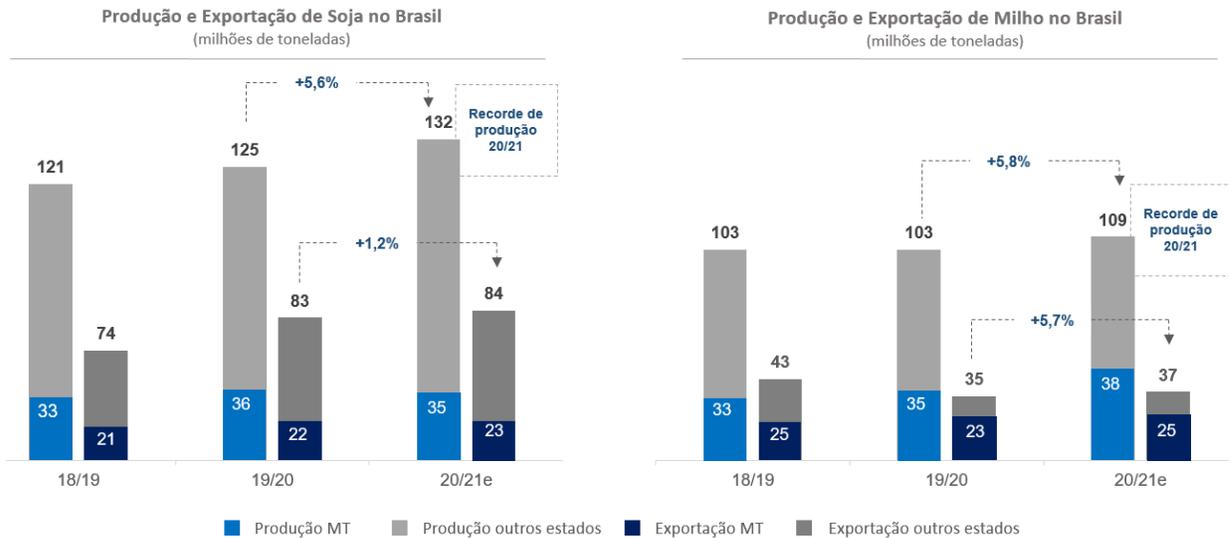
A receita líquida totalizou R\$ 6.966 milhões, -1,7% vs. 2019, refletindo a queda na receita de transporte ferroviário, principalmente em função da menor tarifa, parcialmente compensada pelo aumento de 26,2% na receita líquida de elevações e de 73,7% na de solução logística.

O EBITDA ajustado atingiu R\$ 3.533 milhões, com queda de 8,4% frente a 2019, principalmente devido a um cenário de maior competição, que pressionou as tarifas e o volume. O custo variável ferroviário caiu 4,3%, ante o aumento do volume de 3,9%, refletindo principalmente à redução de 5,2% no consumo de combustível. Os custos no segmento de elevação subiram mais do que o volume devido a despesas extraordinárias com *demurrage*. Já os custos com solução logística aumentaram 46%, enquanto o volume cresceu 62%. Os custos fixos e despesas gerais e administrativas subiram 6,3%, em razão do aumento de: (i) SG&A, principalmente em função de maiores gastos com segurança da informação e; (ii) outros custos de operação, impactados pelo mix de produtos e segmentos, com maior volume de açúcar, solução logística e elevação portuária. Como consequência, a margem EBITDA ajustada caiu 3,7 p.p., atingindo 50,7%.

A Rumo apresentou lucro líquido de R\$ 305 milhões, vs. 786 milhões em 2019, influenciado pelo menor EBITDA e pelo aumento das despesas financeiras em função: (i) do aprimoramento da estimativa de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros (MTM), que trouxe efeito não caixa no valor de R\$ 273 milhões e; (ii) das maiores despesas das outorgas das Malhas Central e Paulista, dado o reconhecimento em um maior número de meses em 2020. O ano de 2020 foi marcado por avanços importantes na estrutura de capital da Companhia: realização do *follow-on* de R\$ 6,4 bilhões, pré-pagamento de outorgas no valor de R\$ 5,1 bilhões, emissão do *green bond* de US\$ 500 milhões, e um contínuo processo de *liability management*, resultando numa alavancagem de 1,9x dívida líquida abrangente/EBITDA LTM ajustado.

Com relação ao mercado de soja, em 2021, segundo as projeções da Agroconsult, o Brasil deverá ter uma safra recorde de 132 milhões de toneladas de soja - aumento de 7,0 milhões de toneladas em relação a 2019 – dos quais 84 milhões devem ser exportados. Ao analisar as estimativas por estado, destacam-se: (i) o Mato Grosso, que, apesar de leve queda na produção, tem projeção de crescimento das exportações; (ii) o Rio Grande do Sul, com forte expansão da produção (6,6 milhões de toneladas), recuperando-se da quebra de safra de 2020 e; (iii) Goiás, estado com produção estimada de 13,4 milhões de toneladas, que começa a ser atendido pela Rumo em 2021.

Com relação ao **milho**, as projeções da Agroconsult indicam safra recorde, com aumento de 6 milhões de toneladas, e as exportações também devem aumentar - aproximadamente 2 milhões de toneladas. Na análise por estado, os destaques são: (i) Mato Grosso, com crescimento da produção e aumento nas exportações em 2 milhões de toneladas; (ii) Mato Grosso do Sul e Paraná, que aumentam, juntos, a produção em 3,5 milhões de toneladas; (iii) Goiás, estado com produção estimada de 12,7 milhões de toneladas, que começa a ser atendido pela Rumo em 2021.



Fonte: Agroconsult.
Nota: (e) – Estimativa

No ano de 2020, em face dos desafios trazidos pela pandemia da **Covid-19**, a Companhia implementou robusto plano de contingência seguindo os mais restritos protocolos estabelecidos pelos órgãos públicos dos municípios por onde suas operações se estendem e realizando importantes doações. Mais de 23 mil testagens foram realizadas para a prevenção o contágio, de forma que sua população foi testada mais de duas vezes, com resultados positivos totalizando apenas 3,9% - dado que reforça a eficácia das medidas tomadas. As operações da Companhia, portanto, permaneceram ininterruptas, com extremo foco na segurança de seus colaboradores.

4. Indicadores Operacionais e Financeiros Consolidados

4T20	4T19	Var.%	Sumário das Informações Financeiras (Valores em R\$ MM)	2020	2019	Var.%
16.197	14.997	8,0%	Volume transportado total (TKU milhões)	62.458	60.096	3,9%
13.216	12.239	8,0%	Produtos agrícolas	51.830	49.333	5,1%
2.150	2.011	6,9%	Produtos industriais	7.673	7.997	-4,1%
832	748	11,3%	Contêiner	2.956	2.766	6,9%
83,8	95,9	-12,7%	Tarifa média transporte (R\$/TKU x 1000) ⁶	93,9	101,6	-7,6%
1.662	1.664	-0,1%	Receita operacional líquida	6.966	7.088	-1,9%
1.358	1.439	-5,7%	Transporte	5.864	6.108	-4,0%
88	65	35,4%	Elevação	373	284	26,4%
210	78	>100%	Solução logística ⁷	647	373	73,7%
6	82	-92,7%	Outras receitas ⁸	96	322	-70,2%
758	897	-15,6%	EBITDA	3.664	3.829	-4,3%
45,6%	53,9%	-8,3 p.p.	Margem EBITDA (%)	52,6%	54,0%	-1,3 p.p.
776	913	-15,0%	EBITDA ajustado⁹	3.533	3.857	-8,4%
46,7%	54,8%	-8,2 p.p.	Margem EBITDA ajustada (%)	50,7%	54,4%	-3,6 p.p.

Nota 6: Tarifa média de transporte considerando o valor final cobrado do cliente (contêiner) e sem take or pay e direito de passagem.

Nota 7: Receita do transporte de açúcar utilizando outras ferrovias ou o modal rodoviário

Nota 8: Inclui a receita pelo direito de passagem de outras ferrovias, e receita por volumes contratados e não realizados conforme acordos comerciais (take or pay).

Nota 9: Sem os efeitos da Malha Central, os efeitos associados ao processo de renovação Malha Paulista e a provisão para impairment da Malha Oeste no 4T20 e 2020. Sem efeitos da Malha Central no 4T19 e 2019.

Volume Transportado Consolidado Rumo e Tarifa por Operação

4T20	4T19	Var.%	Dados Operacionais	2020	2019	Var.%
16.197	14.997	8,0%	Volume transportado total (TKU milhões)	62.458	60.096	3,9%
13.216	12.239	8,0%	Produtos agrícolas	51.830	49.333	5,1%
273	1.858	-85,3%	Soja	17.453	16.445	6,1%
2.001	1.876	6,6%	Farelo de soja	7.530	6.882	9,4%
7.497	6.568	14,1%	Milho	17.173	19.546	-12,1%
1.902	863	>100%	Açúcar	5.011	2.844	76,2%
1.388	1.032	34,5%	Fertilizantes	4.465	3.527	26,6%
155	41	>100%	Outros	198	89	>100%
2.150	2.011	6,9%	Produtos industriais	7.673	7.997	-4,1%
1.295	1.139	13,7%	Combustível	4.367	4.688	-6,8%
651	671	-3,1%	Madeira, papel e celulose	2.488	2.441	1,9%
203	200	1,7%	Outros	818	868	-6,0%
832	748	11,3%	Contêiner	2.956	2.766	6,9%

4T20	4T19	Var.	Tarifa por Operação	2020	2019	Var.
Operação Norte						
80,6	97,0	-16,9%	Tarifa (R\$/TKUx1000)	91,8	102,7	-10,7%
73,5%	71,0%	2,5p.p.	% Volume	73,4%	71,3%	2,1p.p.
Operação Sul						
93,1	92,6	0,6%	Tarifa (R\$/TKUx1000)	101,5	99,2	2,3%
21,3%	24,0%	-2,6p.p.	% Volume	21,8%	24,1%	-2,3p.p.
Contêiner						
90,8	96,9	-6,2%	Tarifa (R\$/TKUx1000)	91,3	97,4	-6,5%
5,1%	5,0%	0,2p.p.	% Volume	4,7%	4,6%	0,1p.p.
Consolidado						
83,8	95,9	-12,7%	Tarifa (R\$/TKUx1000)	93,9	101,6	-7,6%

Resultados por Unidades de Negócio

Unidades de Negócio

As unidades de negócio (segmentos reportáveis) estão assim organizadas:

- **Operação Norte** Malha Norte, Malha Paulista e Operação Portuária em Santos.
- **Operação Sul** Malha Oeste e Malha Sul.
- **Operação de Contêineres** Operações de contêineres, incluindo a Brado Logística.
- **Operação Central¹** Operação Central, em fase pré-operacional.

Resultado por Unidade de Negócio 4T20	Operação Norte	Operação Sul	Operação Contêiner	Subtotal	Operação Central	Consolidado
Volume transportado (TKU milhões)	11.911	3.454	832	16.197	-	16.197
Receita líquida	1.257	325	80	1.662	-	1.662
Custo de produtos e serviços	(851)	(319)	(78)	(1.248)	-	(1.248)
Lucro (prejuízo) bruto	406	6	2	414	-	414
<i>Margem bruta (%)</i>	32,4%	1,8%	2,3%	24,9%	n.a	24,9%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(85)	(26)	(8)	(118)	(13)	(131)
Outras receitas (despesas) operacionais e eq. pat. ¹⁰	92	(13)	3	82	(25)	58
Depreciação e amortização ¹¹	269	105	19	393	25	417
EBITDA	682	72	16	770	(13)	758
<i>Margem EBITDA (%)</i>	54,2%	22,2%	19,9%	46,7%	n.a.	45,6%
Ajustes EBITDA	(31)	37	-	6	13	19
EBITDA ajustado	651	109	16	776	-	776
<i>Margem EBITDA ajustada (%)</i>	51,8%	33,6%	19,9%	47,1%	n.a.	46,7%

Nota 10: Inclui depreciação e amortização da Malha Central, pelo fato de ainda ser não-operacional.

Nota 11: A depreciação e amortização estão alocadas em custos dos serviços prestados e em despesas gerais e administrativas, exceto Malha Central, que está alocada em outras receitas e despesas.

Resultado por Unidade de Negócio 2020	Operação Norte	Operação Sul	Operação Contêiner	Subtotal	Operação Central	Consolidado
Volume transportado (TKU milhões)	45.862	13.640	2.956	62.458	-	62.458
Receita líquida	5.271	1.410	286	6.966	-	6.966
Custo de produtos e serviços	(3.134)	(1.294)	(294)	(4.722)	-	(4.722)
Lucro (prejuízo) bruto	2.137	116	(8)	2.245	-	2.245
<i>Margem bruta (%)</i>	40,5%	8,2%	-2,8%	32,2%	n.a.	32,2%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(273)	(85)	(39)	(397)	(40)	(438)
Outras receitas (despesas) operacionais e eq. pat. ¹⁰	359	(144)	25	240	(99)	141
Depreciação e amortização ¹¹	1.058	488	72	1.618	98	1.716
EBITDA	3.281	374	49	3.704	(40)	3.664
<i>Margem EBITDA (%)</i>	62,2%	26,5%	17,2%	53,2%	n.a.	52,7%
Ajustes EBITDA	(315)	144	-	(171)	40	(131)
EBITDA ajustado¹²	2.966	518	49	3.533	-	3.533
<i>Margem EBITDA ajustada (%)</i>	56,3%	36,7%	17,2%	50,7%	n.a.	50,7%

Nota 10: Inclui depreciação e amortização da Malha Central, pelo fato de ainda ser não-operacional.

Nota 11: A depreciação e amortização estão alocadas em custos dos serviços prestados e em despesas gerais e administrativas, exceto Malha Central, que está alocada em outras receitas e despesas.

Nota 12: Para a Operação Norte, desconsidera-se os efeitos associados ao processo de renovação Malha Paulista; para a Operação Sul, desconsidera-se a provisão para *impairment* da Malha Oeste; e o Consolidado desconsidera os efeitos do processo de renovação da Malha Paulista, o *impairment* da Malha Oeste e as despesas da Malha Central.

¹ Por se encontrar em fase pré-operacional, não será apresentada seção da Operação Central, uma vez que neste momento há apenas informações sobre os custos.

Operação Norte

4T20	4T19	Var. %	Dados operacionais	2020	2019	Var. %
11.911	10.654	11,8%	Volume transportado total (TKU milhões)	45.862	42.845	7,0%
10.658	9.651	10,4%	Produtos agrícolas	41.436	38.993	6,3%
-	770	-100,0%	Soja	12.567	11.329	10,9%
1.868	1.666	12,2%	Farelo de soja	6.904	6.166	12,0%
6.477	5.900	9,8%	Milho	15.377	17.200	-10,6%
1.076	439	>100%	Açúcar	2.679	1.432	87,1%
1.236	877	40,9%	Fertilizantes	3.909	2.866	36,4%
1.253	1.003	25,0%	Produtos industriais	4.426	3.852	14,9%
805	592	36,0%	Combustível	2.623	2.395	9,5%
448	412	8,9%	Industriais	1.803	1.457	23,7%
80,6	97,0	-16,9%	Tarifa média transporte	91,8	102,7	-10,6%
3.533	2.665	32,5%	Volume elevado total (TU mil)	14.447	11.213	28,8%
24,9	24,4	2,1%	Tarifa média elevação (R\$/TU)	24,8	25,8	-4,0%

O volume total transportado na Operação Norte alcançou 45,9 bilhões de TKU em 2020, superando em 7,0% acima de 2019, com destaque para o volume de açúcar (+87,1%), fertilizantes (+36,4%) e celulose (+23,7%). O volume de grãos permaneceu estável, em razão do cenário de mais competição e, especialmente no milho, pelo produtor segurado as exportações.

4T20	4T19	Var. %	Dados financeiros (Valores em R\$ MM)	2020	2019	Var. %
1.257	1.243	1,1%	Receita operacional líquida	5.271	5.314	-0,8%
960	1.033	-7,2%	Transporte	4.210	4.403	-4,4%
210	78	>100%	Solução logística	647	373	73,5%
88	65	35,4%	Elevação portuária	359	284	26,4%
(1)	67	-98,5%	Outras receitas ¹³	55	254	-78,3%
(851)	(648)	31,3%	Custo dos serviços prestados	(3.134)	(2.851)	9,9%
(393)	(284)	38,4%	Custo variável	(1.380)	(1.201)	14,9%
(191)	(124)	53,9%	Custo fixo	(702)	(629)	11,6%
(267)	(240)	11,3%	Depreciação e amortização	(1.052)	(1.021)	3,0%
406	595	-31,7%	Lucro bruto	2.137	2.463	-13,2%
32,4%	47,9%	-15,5 p.p.	Margem bruta (%)	40,5%	46,4%	-5,9 p.p.
(85)	(53)	60,4%	Despesas comerciais, gerais e administrativas	(273)	(240)	13,7%
92	12	>100%	Outras receitas (despesas) op. e eq. patrimoniais ¹⁴	359	25	>100%
269	241	11,3%	Depreciação e amortização	1.058	1.026	3,1%
682	795	-14,2%	EBITDA	3.281	3.274	0,2%
54,2%	63,9%	-9,7 p.p.	Margem EBITDA (%)	62,2%	61,6%	0,6 p.p.
651	795	-18,1%	EBITDA ajustado¹⁵	2.966	3.274	-9,4%
51,8%	63,9%	-12,1 p.p.	Margem EBITDA ajustada (%)	56,3%	61,6%	-5,3 p.p.

Nota 13: Inclui a receita pelo direito de passagem de outras ferrovias e receita por volumes contratados e não realizados conforme acordos comerciais (take or pay).

Nota 14: Inclui despesas não recorrentes relativas ao processo de renovação da Malha Paulista.

Nota 15: Desconsidera os efeitos do processo de renovação da Malha Paulista.

O EBITDA ajustado totalizou R\$ 2.966 milhões no ano, 9,4% abaixo de 2019. A receita líquida de transporte foi impactada pela queda das tarifas em 10,6% em função: (i) dos menores preços praticados, em razão da pavimentação da BR-163, ainda sem a esperada cobrança de pedágio; (ii) menores patamares de preço do diesel, principalmente no primeiro semestre e; (iii) do mix de produtos transportados - com maior volume de açúcar e industriais. O custo fixo e as despesas gerais e administrativas subiram 12,0% em função de maiores gastos com segurança de informação e impacto do mix de produtos. O custo variável subiu 14,9%, impactado pelo mix de segmentos, com maior volume de solução logística e elevação portuária que têm níveis maiores de custos, e com dispêndios extraordinários com demurrage. Com isso, a margem EBITDA ajustada atingiu 56,3%, 5 p.p. abaixo de 2019.

Operação Sul

4T20	4T19	Var. %	Dados operacionais	2020	2019	Var. %
3.454	3.595	-3,9%	Volume transportado total (TKU milhões)	13.640	14.485	-5,8%
2.557	2.588	-1,2%	Produtos agrícolas	10.394	10.340	0,5%
273	1.088	-74,9%	Soja	4.886	5.116	-4,5%
132	210	-37,0%	Farelo de soja	644	716	-10,1%
1.020	669	52,5%	Milho	1.796	2.346	-23,4%
826	424	94,7%	Açúcar	2.332	1.412	65,2%
152	155	-1,9%	Fertilizantes	556	661	-15,9%
154	41	>100%	Outros Grãos	180	89	>100%
897	1.007	-10,9%	Produtos industriais	3.246	4.145	-21,7%
491	548	-10,4%	Combustível	1.744	2.293	-23,9%
203	260	-21,9%	Madeira, papel e celulose	686	984	-30,3%
203	200	1,6%	Outros	816	868	-6,0%
93,1	92,6	0,6%	Tarifa média transporte	101,5	99,2	2,3%

A Operação Sul apresentou queda de 5,8% no volume transportado em 2020, atingindo 13,6 bilhões de TKU. A queda de 10% no segmento de grãos se deu, na soja, pela menor competitividade em relação ao modal rodoviário, principalmente pelo menor preço do combustível, e pela quebra de safra no Rio Grande do Sul; e, no milho, em função da menor produção no Paraná e no Mato Grosso do Sul, e pelo fato do produtor ter segurado as exportações. Os produtos industriais apresentaram queda de 21,7%, impactados pela queda do transporte de combustível e outras cargas industrializadas, devido à redução do consumo interno devido ao cenário da pandemia da Covid-19.

4T20	4T19	Var. %	Dados financeiros (Valores em R\$ MM)	2020	2019	Var. %
325	344	-5,6%	Receita operacional líquida	1.410	1.478	-4,6%
322	333	-3,3%	Transporte	1.384	1.437	-3,6%
3	11	-72,7%	Outras receitas ¹⁶	26	41	-36,6%
(319)	(369)	-13,6%	Custo dos serviços prestados	(1.294)	(1.442)	-10,3%
(86)	(95)	-9,4%	Custo variável	(318)	(354)	-10,0%
(128)	(124)	3,2%	Custo fixo	(489)	(517)	-5,5%
(105)	(150)	-30,0%	Depreciação e amortização	(487)	(571)	-14,8%
6	(25)	>100%	Lucro (prejuízo) bruto	116	36	>100%
1,8%	-7,1%	8,9 p.p.	Margem bruta (%)	8,2%	2,4%	5,8 p.p.
(26)	(18)	44,4%	Despesas comerciais, gerais e administrativas	(85)	(58)	46,6%
(13)	(4)	>100%	Outras receitas (despesas) op. e eq. patrimoniais	(144)	4	>100%
105	151	-30,5%	Depreciação e amortização	488	571	-14,6%
72	104	-30,8%	EBITDA	374	553	-32,4%
22,2%	30,2%	-7,9 p.p.	Margem EBITDA (%)	26,5%	37,4%	-10,9 p.p.
37	-	>100%	Provisão para impairment Malha Oeste	144	-	>100%
109	104	4,8%	EBITDA ajustado	518	553	-6,4%
33,6%	30,2%	3,4 p.p.	Margem EBITDA ajustada(%)	36,7%	37,4%	-0,7 p.p.

Nota 16: Inclui a receita por volumes contratados e não realizados conforme acordos comerciais (take or pay).

O EBITDA da Operação Sul totalizou R\$ 374 milhões no ano, queda de 32,4% em relação a 2019, em razão da retração do volume, já que nos custos houve ganho de eficiência. O custo variável apresentou queda de 10%, maior do que a queda de volume (-5,8%). Os custos fixos e despesas gerais e administrativas permaneceram em linha. Com isso, a margem EBITDA ajustada atingiu 36,7%, 0,7 p.p. abaixo de 2019.

Operação de Contêineres

4T20	4T19	Var. %	Dados operacionais	2020	2019	Var. %
21.482	21.614	-0,6%	Volume total em contêineres	82.771	82.182	0,7%
90,8	96,9	-6,2%	Tarifa média intermodal (R\$/TKUx1000)	91,3	97,4	-6,3%
832	748	11,3%	Volume total (milhões de TKU)	2.956	2.766	6,9%

O volume da Operação de Contêineres em 2020 aumentou 6,9% frente a 2019, atingindo 2.956 milhões de TKU. O resultado foi influenciado pela alta no transporte de algodão e nos produtos frigorificados no Paraná, ainda que parcialmente compensado pela redução no transporte de cargas industrializadas no mercado interno, especialmente para o Mato Grosso, como impacto da Covid-19.

4T20	4T19	Var. %	Dados financeiros (Valores em R\$ MM)	2020	2019	Var. %
80	77	3,9%	Receita operacional líquida¹⁷	286	296	-3,4%
76	72	5,6%	Transporte	270	269	0,4%
4	5	-20,0%	Outras receitas	16	27	-40,7%
(78)	(76)	2,6%	Custo dos serviços prestados	(294)	(316)	-6,9%
(36)	(36)	n/a	Custo variável	(128)	(138)	-7,2%
(24)	(23)	4,3%	Custo fixo	(97)	(102)	-5,0%
(18)	(17)	5,9%	Depreciação e amortização	(69)	(75)	-8,0%
2	1	>100%	Lucro bruto	(8)	(20)	-60,0%
2,3%	0,9%	1,4 p.p	Margem bruta (%)	-2,8%	-6,8%	4,0 p.p
(8)	(11)	-27,3%	Despesas comerciais, gerais e administrativas	(39)	(38)	2,6%
3	6	-50,0%	Outras receitas (despesas) op. e eq. patrimoniais	25	9	>100%
19	18	5,6%	Depreciação e amortização	72	78	-7,7%
16	14	14,3%	EBITDA	49	30	66,0%
19,9%	17,6%	2,3 p.p	Margem EBITDA (%)	17,2%	10,0%	7,2 p.p

Nota 17: Inclui receita das unidades de serviço.

A Operação de Contêineres apresentou EBITDA de R\$ 50 milhões em 2020, 66% acima de 2019. A dinâmica de mercado acima mencionada impactou o mix de carga transportadas, ocasionando a perda de tarifa em 6,3%. O custo variável caiu 7,2% em função das pontas rodoviárias mais eficientes, apoiadas pela eficiência dos terminais. O custo fixo e as despesas gerais e administrativas permaneceram em linha. O término do processo de desmobilização das unidades de serviço deficitárias no ano, que gerou ganhos na linha de outras receitas e nos custos, fez com que a margem EBITDA atingisse 17,2%, 7,2 p.p. acima do ano anterior.

5. Demais Linhas do Resultado

Composição dos Custos dos Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas

4T20	4T19	Var. %	Custos Consolidados (Valores em R\$ MM)	2020	2019	Var. %
(1.366)	(1.175)	16,3%	Custos Consolidados e Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(5.120)	(4.945)	3,5%
(514)	(414)	24,2%	Custos variáveis	(1.827)	(1.693)	7,9%
(354)	(351)	0,8%	Custo variável de transporte ferroviário	(1.310)	(1.369)	-4,3%
(242)	(257)	-5,7%	Combustível e lubrificantes	(911)	(1.000)	-8,9%
(94)	(79)	18,9%	Custo logístico próprio ¹⁸	(329)	(296)	11,1%
(18)	(15)	20,3%	Outros custos variáveis ¹⁹	(70)	(73)	-4,1%
(107)	(60)	78,3%	Custo variável Solução Logística ²⁰	(450)	(308)	46,1%
(53)	(3)	n.a	Custo variável de Elevação	(67)	(16)	n.a
(459)	(351)	30,8%	Custos fixos e Despesas Comerciais, Gerais Administrativas	(1.676)	(1.576)	6,3%
(200)	(185)	8,1%	Custos com pessoal	(741)	(757)	-2,0%
(29)	(42)	-31,0%	Manutenção	(144)	(151)	-4,8%
(21)	(24)	-12,4%	Serviço com terceiros	(76)	(83)	-8,2%
(53)	(41)	29,3%	Segurança e facilities	(186)	(169)	10,1%
(42)	21	n.a.	Outros custos de operação	(141)	(88)	60,1%
(116)	(80)	45,0%	Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(388)	(328)	18,2%
(392)	(409)	-4,2%	Depreciação e Amortização	(1.617)	(1.676)	-3,5%

Nota 18: Custos logísticos próprios incluem areia, direito de passagem, terminais e outros custos variáveis.

Nota 19: Custos com aluguel de material rodante, energia elétrica, ponta rodoviária na Operação de Contêineres, e *take or pay*.

Nota 20: Contratações de fretes rodoviários e ferroviários com outras concessionárias.

Em 2020, o **custo variável** apresentou ganho de eficiência nos segmentos de transporte ferroviário e solução logística. O custo variável ferroviário caiu 4,3%, ante aumento do volume de 3,9%, refletindo principalmente a redução de 5,2% no consumo de combustível pelas locomotivas. Os custos no segmento de solução de logística subiram 46,1%, abaixo do crescimento de 62% no volume. Já os custos com elevação aumentaram mais do que o volume, em razão de custos extraordinários com *demurrage*, pela concentração de embarques de açúcar simultaneamente aos de milho.

Os **custos fixos e despesas gerais e administrativas** atingiram R\$ 1.676 milhões no ano, 6,3% acima de 2019, refletindo aumento (i) em SG&A em razão de maiores custos com segurança de informação, com medidas adotadas após o ataque *hacker* sofrido em março e; (ii) em outros custos de operação, pelo impacto do mix de produtos, com maior volume de açúcar e menor de grãos. Os custos de depreciação e amortização caíram 3,5%.

Resultado Financeiro

4T20	4T19	Var. %	Resultado Financeiro (Valores em R\$ MM)	2020	2019	Var. %
(223)	(160)	39,4%	Custo da dívida bancária²¹	(902)	(688)	31,0%
(12)	(12)	n/a	Encargos sobre arrendamento mercantil	(48)	(64)	-24,9%
35	42	-16,7%	Rendimento de aplicações financeiras	135	155	-12,9%
(200)	(130)	53,8%	(=) Custo da dívida abrangente líquida	(815)	(598)	36,3%
(19)	(43)	-55,8%	Varição monetária sobre os passivos de concessão	(108)	(190)	-43,2%
(64)	(114)	-43,9%	Outorgas e arrendamentos operacionais ²²	(501)	(300)	67,0%
(23)	(19)	21,1%	Juros sobre contingências e contratos	(152)	(84)	81,0%
2	(9)	-	Demais despesas financeiras	102	(27)	-
(304)	(315)	-3,5%	(=) Resultado financeiro	(1.474)	(1.198)	23,0%

Nota 21: Inclui juros, variação monetária, resultado líquido de derivativos e outros encargos da dívida.

Nota 22: Considera ajustes conforme IFRS 16.

Em 2020, o **resultado financeiro** apresentou um aumento de 23% ante 2019, devido a (i) maiores despesas com outorgas e arrendamentos operacionais e (ii) alta no custo da dívida em função do aprimoramento da estimativa de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros (MTM), que trouxe efeito não caixa no valor de R\$ 273 milhões.

O custo com **outorgas e arrendamentos operacionais** aumentou R\$ 200 milhões em 2020, em função da renovação antecipada da concessão da Malha Paulista, bem como da contabilização da concessão da Malha Central durante todo o ano. Na comparação trimestral, houve diminuição de R\$ 50 milhões como reflexo dos pré-pagamentos de parcelas vincendas das outorgas de suas concessões ferroviárias, no valor total de R\$ 5,1 bilhões. As demais despesas financeiras incluem o efeito positivo de R\$ 131,2 milhões decorrente do encontro de contas do processo de renovação da Malha Paulista.

Imposto de Renda e Contribuição Social

4T20	4T19	Var. %	Imposto de renda e contribuição social (Valores em R\$ MM)	2020	2019	Var. %
36	149	-75,9%	Lucro antes do IR/CS	475	915	-48,1%
34,0%	34,0%	0 p.p.	Alíquota teórica de IR/CS	34,0%	34,0%	0 p.p.
(12)	(51)	-76,5%	Receita (despesa) teórica com IR/CS	(161)	(311)	-48,1%
Ajustes para cálculo da taxa efetiva						
(26)	27	>100%	Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas ²³	(145)	(53)	>100%
13	41	-68,3%	Incentivo fiscal advindo da Malha Norte ²⁴	109	179	-39,1%
(0)	2	>100%	Equivalência patrimonial	4	7	-42,9%
(8)	36	>100%	Outros efeitos	23	49	-53,1%
(33)	55	>100%	Receita (despesa) com IR/CS	(170)	(129)	31,8%
-91,7%	36,9%	-128,6 p.p.	Alíquota efetiva (%)	-35,8%	-14,1%	-21,7 p.p.
(10)	(44)	-77,3%	IR/CS corrente	(242)	(161)	50,4%
(23)	98	>100%	IR/CS diferido	72	32	>100%

Nota 23: Em função de falta de perspectiva de apuração de lucro tributável futuro em determinadas companhias, não foi constituído IR/CS diferido sobre o prejuízo fiscal gerado.

Nota 24: A Malha Norte possui benefício SUDAM que dá direito à redução de 75% do IRPJ (alíquota de 25%) até 2023.

6. Empréstimos e Financiamentos

O endividamento abrangente bruto ao final do 4T20, incluindo derivativos, foi de R\$ 16,3 bilhões, contra R\$ 16,7 bilhões no 3T20. O aumento do endividamento líquido em 8,8% reflete os efeitos do menor EBITDA sobre o fluxo de caixa. Ao longo do ano, importantes avanços na estrutura de capital foram realizados: (i) *follow-on* de R\$ 6,4 bilhões; (ii) pré-pagamento de outorgas das Malhas Central e Paulista (R\$ 5,1 bilhões) e; (iii) contínuo processo de *liability management*. Com isso, a alavancagem atingiu **1,9x** (dívida líquida abrangente/EBITDA).

Endividamento total (Valores em R\$ MM)	4T20	3T20	Var.%
Bancos comerciais	1.034	1.045	-1,1%
NCE	1.264	1.251	1,0%
BNDES	3.972	4.255	-6,7%
Debêntures	3.420	3.266	4,7%
Senior notes 2024, 2025 e 2028	10.222	11.239	-9,0%
Endividamento bancário	19.912	21.056	-5,4%
Arrendamento financeiro ²⁵	416	442	-5,9%
Instrumentos derivativos líquidos	(3.989)	(4.758)	-16,2%
Endividamento abrangente bruto	16.339	16.740	-2,4%
Caixa e equiv. de caixa e títulos e valores mobiliários	(9.175)	(10.158)	-9,7%
Endividamento abrangente líquido	7.164	6.582	8,8%
EBITDA LTM ajustado ²⁶	3.808	3.911	-2,6%
Alavancagem (dívida abrangente líquida/EBITDA LTM ajustado)	1,9x	1,7x	11,8%

Nota 25: Não inclui arrendamentos operacionais IFRS 16.

Nota 26: O EBITDA LTM refere-se à soma dos últimos doze meses do EBITDA. Para efeitos de alavancagem, foram desconsiderados os efeitos do *impairment* da Malha Oeste.

Abaixo segue composição dos itens que tiveram impacto na movimentação da dívida consolidada da Rumo.

Movimentação da dívida bruta (Valores em R\$ MM)	4T20
Saldo inicial da dívida líquida abrangente	6.582
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(10.158)
Instrumentos derivativos líquidos	(4.758)
Saldo inicial da dívida bruta abrangente	21.498
Itens com impacto caixa	(421)
Captação de novas dívidas	37
Amortização de principal	(327)
Amortização de juros	(131)
Itens sem impacto caixa	(4.737)
Provisão de juros (<i>accrual</i>)	285
Varição monetária, ajuste de MtM da dívida e outros	(1.033)
Instrumentos derivativos líquidos	(3.989)
Saldo final da dívida abrangente bruta	16.339
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários ²⁰	(9.175)
Saldo final da dívida abrangente líquida	7.164

A Rumo está sujeita a determinadas cláusulas contratuais restritivas referentes ao nível de alavancagem e cobertura do serviço da dívida em alguns dos seus contratos. As disposições mais restritivas possuem verificação anual ao fim do exercício e referem-se ao endividamento abrangente líquido. Este inclui as dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como *leasing financeiro*, deduzidos de títulos e valores mobiliários, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito vinculados a empréstimos e instrumentos derivativos. Os *covenants* para dezembro de 2021 são: alavancagem máxima de 3,0x (dívida líquida abrangente/EBITDA LTM) e índice de cobertura de juros mínimo de 2,0x EBITDA/Resultado financeiro.

7. Capex

4T20	4T19	Var.%	Investimento (Valores em R\$ MM)	2020	2019	Var.%
997	565	76,5%	Investimento total²⁷	2.979	1.943	53,3%
282	196	43,9%	Recorrente	1.108	876	26,5%
715	369	93,8%	Expansão	1.871	1.067	75,4%

Nota 27: Valores em regime de caixa.

Em 2020, o capex atingiu R\$ 2.979 milhões, em linha com o plano de investimentos da Companhia, refletindo os R\$ 711 milhões investidos para operacionalização da Malha Central.

O capex recorrente atingiu R\$ 1.108 milhões. O aumento se deu em razão (i) dos maiores investimentos para aumento do nível de segurança, que já alcança a taxa média² das ferrovias internacionais *Class I*; (ii) do aumento do custo unitário de alguns componentes em razão da variação cambial e do IGP-M e; (iii) investimentos na Malha Central.

O capex de expansão atingiu R\$ 1.871 milhões. O aumento do nível de investimentos decorre principalmente das obras na Malha Central que atingiram R\$ 694 milhões. Além disto, a Companhia também segue investindo na via-permanente, com substituição de trilhos e dormentes; na expansão de pátios para adequação ao trem de 120 vagões e em melhorias em infraestrutura. Estes projetos, além de aumentar a capacidade, trazem maior nível de eficiência, o que permite, entre outros ganhos, a redução do consumo de combustível, fundamental para redução de emissões específicas de gases de efeito estufa.

² Taxa medida em: acidentes/MMtmi (milhões de trem milha) entre 2016 e 2020. Média de 2,5 das ferrovias internacionais *Class I*.
Fonte: Federal Railroad Administration - <https://railroads.dot.gov/>.

8. Fluxo de Caixa

Abaixo demonstramos o fluxo de caixa consolidado da Rumo. Os títulos e valores mobiliários foram considerados como caixa nesta demonstração.

4T20	4T19	Fluxo de caixa indireto (Valores em R\$ MM)	2020	2019	Var. %
758	897	EBITDA	3.664	3.829	-4,3%
(137)	64	Variações working capital e efeitos não caixa	(821)	(353)	>100%
38	38	Resultado financeiro operacional	87	126	-31,0%
(a)	693	(=) Fluxo de caixa operacional (FCO)	2.930	3.603	-18,7%
(997)	(565)	Capex	(2.979)	(1.943)	53,3%
(b)	(282)	Recorrente	(1.108)	(876)	26,5%
(715)	(369)	Expansão	(1.871)	(1.067)	75,4%
-	-	- Venda de ativos	3	-	>100%
-	-	- Dividendos recebidos	4	7	-44,0%
(c)	(997)	(=) Fluxo de caixa de investimento (FCI)	(2.972)	(1.936)	53,6%
(d)	37	1.105 Captação de dívida	6.173	2.402	>100%
(e)	(350)	(250) Amortização de principal	(6.053)	(2.361)	>100%
(154)	(159)	Amortização de juros	(1.184)	(892)	32,7%
-	-	- Dividendos pagos	(2)	(4)	-52,4%
(h)	10	- Integralização de capital	6.316	-	>100%
(10)	-	- Investimentos em ações preferenciais	(10)	-	>100%
8	-	- Instrumentos financeiros derivativos	180	(51)	>100%
5	7	Caixa restrito	124	(31)	>100%
(454)	703	(=) Fluxo de caixa de financiamento (FCF)	5.544	(937)	>100%
(g)	(222)	(0) Impacto da variação cambial nos saldos de caixa	(41)	1	>100%
(f)	(980)	1.137 (=) Caixa líquido gerado	5.461	730	>100%
10.154	2.578	(+) Caixa total (inclui caixa + TVM) inicial	3.715	2.985	24,5%
9.175	3.715	(=) Caixa total (inclui caixa + TVM) final	9.175	3.715	>100%
Métricas					
413	803	(=) Geração de caixa após o capex rec. (a+b)	1.822	2.727	-33,2%
(302)	434	(=) Geração de caixa após o FCI (a+c)	(42)	1.667	>100%
(455)	283	(=) Geração (consumo) antes das captações e amortizações (f-e-d-g-h)	(934)	688	>100%

9. Indicadores de Desempenho Operacional e Financeiro

Segue abaixo o comportamento histórico dos principais indicadores operacionais e financeiro.

Indicadores de Desempenho Operacional e Financeiro	4T20	4T19	Var. %	2020	2019	Var. %
Consolidado						
<i>Operating ratio</i>	80%	73%	9,6%	73%	71%	2,8%
Consumo de diesel (litros/ '000 TKB)	3,64	3,83	-5,0%	3,72	3,93	-5,3%
Acidentes ferroviários (MM Trem/Km)	13,52	16,60	-18,6%	13,52	16,30	-17,1%
Acidentes pessoais (MM Acidentes/ HHT)	0,24	0,40	-40,0%	0,24	0,40	-40,0%
Operação Norte						
Ciclo de vagões ²⁸ (dias)	9,1	9,7	-6,2%	9,8	9,9	-1,6%
Operação Sul						
Ciclo de vagões ²⁹ (dias)	7,4	6,9	7,2%	6,8	7,0	-2,9%

Nota 28: Considera o ciclo de grãos Rondonópolis (MT) - Santos (SP).

Nota 29: Considera o ciclo de grãos Norte do Paraná – Portos de Paranaguá (PR) e São Francisco do Sul (SC).

Operating Ratio: O indicador representa a parcela de custos e despesas como percentual da receita líquida. Em 2020 os custos subiram e a receita líquida caiu 1,7%, refletindo no aumento de 2,8% do indicador.

Consumo de diesel: A melhora de 5,3% no indicador em 2020 frente a 2019 reflete a maior eficiência no consumo unitário de diesel das locomotivas, em razão dos investimentos em tecnologia e inovação e na via permanente e da modernização da frota.

Acidentes ferroviários: O indicador, que mede a quantidade de acidentes por milhões de quilômetros, apresentou redução de 17,1% na comparação anual, como resultado dos contínuos esforços e investimentos da Companhia para aumentar a segurança ferroviária.

Acidentes pessoais: O indicador, que aponta a quantidade de acidentes com afastamento, apresentou melhora significativa no ano, com queda de 40,0%, em decorrência dos contínuos esforços da Companhia na redução de acidentes pessoais, com um índice que atinge patamares de ferrovias internacionais.

Ciclo de vagões: A melhora dos indicadores nas Operações Norte e Sul é reflexo dos investimentos realizados para aumento da capacidade.

10. Anexos

10.1 Demonstrações Financeiras Rumo

10.1.1 Balanço Patrimonial

Balanço patrimonial (Valores em R\$ MM)	31/12/20	30/09/20
Ativo circulante	11.355	11.569
Caixa e equivalentes de caixa	7.779	8.474
Títulos e valores mobiliários	1.397	1.680
Contas a receber de clientes	421	420
Instrumentos financeiros e derivativos	826	-
Estoques	249	263
Recebíveis de partes relacionadas	46	105
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	135	95
Outros tributos a recuperar	351	400
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	3	3
Outros ativos	147	129
Ativo não circulante	34.554	35.034
Contas a receber de clientes	7	9
Caixa restrito	35	39
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	41	27
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.271	1.242
Recebíveis de partes relacionadas	94	41
Outros tributos a recuperar	790	690
Depósitos judiciais	331	330
Instrumentos financeiros e derivativos	3.162	4.758
Outros ativos	51	49
Investimentos em associadas	51	50
Imobilizado	13.646	12.752
Intangível	7.251	7.284
Direito de uso	7.823	7.764
Ativo total	45.908	46.603
Passivo circulante	4.856	4.380
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.504	2.271
Arrendamento mercantil	511	498
Fornecedores	755	613
Ordenados e salários a pagar	139	167
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	1
Outros tributos a pagar	63	57
Dividendos a pagar	8	7
Arrendamentos e concessões	159	113
Pagáveis a partes relacionadas	165	157
Receitas diferidas	6	6
Outros passivos financeiros	414	328
Outros contas a pagar	122	162
Passivo não circulante	25.756	26.935
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17.408	18.785
Arrendamento mercantil	2.402	2.269
Outros tributos a pagar	2	2
Provisão para demandas judiciais	473	476
Arrendamentos e concessões	2.825	2.829
Outros passivos financeiros	31	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.515	2.464
Receitas diferidas	43	45
Outras contas a pagar	57	66
Patrimônio líquido	15.296	15.288
Passivo total	45.908	46.603

10.1.2 Demonstrativo do Resultado do Exercício

4T20	4T19	Var.%	Demonstração do resultado do exercício (Valores em R\$ MM)	2020	2019	Var.%
1.662	1.664	-0,1%	Receita operacional líquida	6.966	7.088	-1,7%
(1.248)	(1.092)	14,3%	Custo dos produtos vendidos	(4.722)	(4.609)	2,4%
414	572	-27,7%	Lucro (prejuízo) bruto	2.245	2.479	-9,5%
(131)	(98)	33,7%	Despesas comerciais, gerais e administrativas	(438)	(363)	20,6%
56	(17)	>100%	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	128	(24)	>100%
2	6	-66,7%	Equivalência patrimonial	13	22	-40,9%
(304)	(315)	-3,4%	Resultado financeiro	(1.474)	(1.198)	23,0%
(33)	54	>100%	Imposto de renda e contribuição social	(170)	(129)	31,8%
3	202	-98,5%	Lucro líquido	305	786	-61,2%
0,2%	12,1%	-12 p.p.	<i>Margem líquida (%)</i>	4,4%	11,1%	-6,7 p.p.

10.1.3 Fluxo de Caixa

4T20	4T19	Fluxo de caixa contábil (Valores em R\$ MM)	2020	2019
36	149	Lucro operacional antes do IR e CS	475	915
454	434	Depreciação e amortização e ajuste ao valor recuperável líquido	1.860	1.716
(2)	(6)	Equivalência patrimonial	(13)	(22)
24	21	Provisão para participações nos resultados e bônus	48	120
(2)	(3)	Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	(43)	(4)
21	15	Provisão de demandas judiciais	87	73
-	-	Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	1	(11)
4	3	Transações com pagamento baseado em ações	14	11
(31)	-	Reversão de arrendamentos e concessões em litígio	(380)	-
337	333	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	1.537	1.246
(81)	-	Créditos fiscais extemporâneos	(103)	(40)
(0)	(26)	Outros	(8)	(90)
752	919	(=) Ajustes	3.474	3.913
6	85	Contas a receber de clientes	13	136
(1)	(14)	Partes relacionadas, líquidas	(23)	(11)
(17)	(44)	Outros tributos, líquidos	(78)	(131)
16	36	Estoques	(4)	13
(32)	(48)	Ordenados e salários a pagar	(94)	(110)
42	31	Fornecedores	126	12
-	-	Arrendamento e concessão a pagar	(52)	-
(54)	(59)	Provisão para demandas judiciais	(157)	(145)
67	62	Outros passivos financeiros	(61)	51
(89)	10	Outros ativos e passivos, líquidos	(238)	(204)
(63)	60	(=) Variações nos ativos e passivos	(567)	(389)
689	979	(=) Fluxo de caixa operacional	2.907	3.524
289	(549)	Títulos e valores mobiliários	379	1.169
5	7	Caixa restrito	124	(31)
-	-	Dividendos recebidos de controladas e associadas	4	7
(997)	(565)	Adições ao imobilizado e intangível	(2.979)	(1.943)
-	-	Caixa recebido na venda de outros ativos permanentes	3	-
(703)	(1.107)	(=) Fluxo de caixa de investimentos	(2.469)	(798)
37	1.105	Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	6.173	2.402
(350)	(250)	Amortização de principal	(6.053)	(2.361)
(154)	(159)	Amortização de juros	(1.184)	(892)
10	-	Integralização de capital	6.316	-
9	-	Instrumentos financeiros derivativos	180	(51)
(10)	-	Pagamento de juros de certificado de recebíveis imobiliários	(10)	-
-	-	Dividendos pagos	(2)	(4)
(459)	696	(=) Fluxo de caixa de financiamento	5.420	(906)
(222)	(0)	Impacto da variação cambial nos saldos de caixa	(41)	1
(695)	569	(=) Acréscimo (decréscimo) líquido em caixa	5.815	1.822
8.474	1.395	Saldo de caixa e equivalentes no início do período	1.963	142
7.779	1.963	Saldo de caixa e equivalentes no final do período	7.779	1.963

RUMO S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo S.A. (“Rumo” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que são praticamente idênticas às práticas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. A Companhia também disponibiliza uma versão detalhada das Demonstrações Financeiras e seu relatório de resultados no site: <http://ri.rumolog.com>

APRESENTAÇÃO

A Rumo S.A. é a maior operadora logística com base ferroviária independente da América Latina, oferecendo uma grande variedade de serviços logísticos, incluindo transporte ferroviário nacional, distribuição, transporte customizado de contêineres, elevação portuária e serviços de armazenagem. A área de atuação se estende pelos Estados de Mato Grosso, São Paulo, Goiás., Tocantins, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A ferrovia serve quatro dos portos mais ativos do país estão localizados e através do qual a maior parte da produção de grãos do Brasil é exportada.

A Rumo possui e opera uma grande base de ativos: 5 concessões que se estendem por cerca de 14 mil quilômetros de linhas, aproximadamente 1.000 locomotivas e 25.000 vagões, centros de distribuição e instalações de armazenagem. Além disso, imóveis arrendados, nos termos das concessões incluem propriedades que estão disponíveis para a construção e desenvolvimento de armazéns e terminais logísticos no Brasil. A Rumo armazena grãos, açúcar e outras commodities agrícolas nos terminais do porto de Santos-SP, Paranaguá-PR e em outras localidades em muitos estados.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS CEO

O ano de 2020 foi um ano desafiador onde enfrentamos um ambiente de maior competição devido a pavimentação da BR-163 e queda nos preços dos combustíveis. Além disso, tivemos uma menor produtividade da safra de grãos na Operação Sul, sofremos um ataque hacker em março e operamos sob restrições da pandemia de Covid-19.

Mas também conseguimos grandes avanços que consolidam cada vez mais nossa estratégia de longo prazo. Avançamos na construção do nosso **portfólio** ampliando a capacidade do nosso Terminal em Rondonópolis, tivemos a renovação antecipada da concessão da Malha Paulista até 2058 e concluímos os investimentos para tornar a Malha Central operacional no início de 2021, onde vivemos um momento histórico ao conectar a operação ao estado de São Paulo.

Aprimoramos a **estrutura de capital**, deixando a Rumo preparada para executar o plano de negócios realizando um follow-on de R\$ 6,4 bi, o pré-pagamento das outorgas no valor de R\$ 5,1 bi e emissão do primeiro *green bond* de ferrovias na América Latina. E fortalecemos a **estrutura organizacional** em áreas que são chave como: Comercial, Pricing, Gente, Inovação e Regulatório, para seguirmos firmes na implementação da nossa estratégia focada em eficiência e crescimento.

O ano de 2021 começa mais positivo em função das safras recordes e melhora no **cenário de competitividade**. A forte demanda por frete somada a recuperação do preço de combustíveis trouxe condições de mercado mais favoráveis para a Rumo. Por isso, vislumbramos aumento do nosso volume sustentado por três frentes: crescimento do mercado de grãos e recuperação do segmento industrial; ganho de *market share* sustentado por uma maior atratividade da ferrovia em relação ao caminhão e pelo início da operação da Malha Central com grande potencial e receptividade dos clientes.

Consolidamos avanços importantes em 2020 na nossa agenda de **ESG**. Na parte ambiental trabalhamos cada vez mais para alcançar nossa meta de eficiência energética, com um compromisso de redução de 15% em nossas emissões específicas e já reduzimos nesse ano 5,2% o consumo unitário de diese. Evoluímos também na transparência, participando ativamente do ISE e do Dow Jones Index, e saímos de um rating D para B- no CDP.

Olhando para o lado social, tivemos resultados expressivos em segurança pessoal, superando o patamar de ferrovias *Class 1* americanas. Implementamos uma área de Diversidade & Inclusão buscando construir um ambiente vez mais saudável e inclusivo. A Rumo também tornou público os nove compromissos com o desenvolvimento sustentável, alinhados aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Em governança, seguimos operando no mais alto patamar da B3 (novo Mercado), e recentemente trouxemos para nosso board a Janet Drysdale, que além de ser a primeira mulher a ocupar a posição, traz grande experiência de ferrovias internacionais.

Por fim, também gostaria de deixar claro algumas frentes que ainda precisamos evoluir. Vamos trabalhar cada vez mais com a segurança ferroviária, buscando os melhores índices da indústria. Nos próximos anos, os investimentos para resolução de conflitos urbanos nos darão oportunidade de mitigar os problemas entre ferrovias e comunidades tornando esse ambiente mais seguro para todos. E como forma de alinhar toda organização, progressivamente daremos cada vez mais peso a ESG na remuneração dos executivos.

DESTAQUES DE 2020

Resultado Consolidado

Sumário das Informações Financeiras (Valores em R\$ MM)	2020	2019	Var. %
Volume transportado total (TKU milhões)	62.458	60.096	3,9%
Volume elevado total (TU mil)	14.447	11.213	28,8%
Volume de solução logística (TU mil)	7.033	4.335	62,2%
Receita operacional líquida¹	6.966	7.088	-1,7%
Custo dos produtos vendidos ²	(4.722)	(4.609)	2,4%
Lucro bruto	2.245	2.479	-9,5%
<i>Margem bruta (%)</i>	32,2%	35,0%	-2,8 p.p.
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(438)	(363)	20,6%
Outras receitas (despesas) operacionais	128	(25)	>100%
Equivalência patrimonial	13	22	-40,9%
Lucro operacional	1.948	2.113	-7,8%
Depreciação e amortização	1.716	1.716	0,0%
EBITDA	3.664	3.829	-4,3%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	52,6%	54,0%	-1,4 p.p.
EBITDA ajustado³	3.533	3.857	-8,4%
<i>Margem EBITDA ajustada (%)</i>	50,7%	54,4%	-3,7 p.p.
Lucro (prejuízo) líquido	305	786	-61,2%
<i>Margem líquida (%)</i>	4,4%	11,1%	-6,7 p.p.
Capex	2.979	1.943	53,3%

- O volume transportado em 2020 foi de 62,5 bilhões de TKU, 3,9% acima de 2019, refletindo o aumento do volume em 7,0% na Operação Norte e o impacto nos volumes nas Operações Sul e de Contêiner pela queda da demanda de produtos industriais (em razão da Covid-19) e condições climáticas adversas no sul do país.
- O EBITDA atingiu R\$ 3.664 milhões, com margem EBITDA de 52,6%. O EBITDA ajustado foi de R\$ 3.533 milhões, 8,4% abaixo de 2019, refletindo o ambiente concorrencial mais acirrado em razão da pavimentação da Rodovia BR-163 e dos menores preços de combustível. A margem EBITDA ajustada atingiu 50,7%, 3,7 p.p. abaixo de 2019.
- O lucro líquido foi de R\$ 305 milhões, ante R\$ 786 milhões em 2019, influenciado pelo menor EBITDA e pelo aumento das despesas financeiras decorrentes do impacto não caixa e não recorrente de marcação a mercado (MTM) e das outorgas das Malhas Central e Paulista, que incorreram em mais meses em 2020 do que em 2019.

- O ano de 2020 foi de importantes avanços na estrutura de capital, com a realização do follow-on, do pré-pagamento de outorgas e do contínuo processo de liability management. Como resultado, a dívida líquida fechou o ano em R\$ 7,2 bilhões e a alavancagem atingiu 1,9x dívida líquida abrangente/EBITDA LTM ajustado.

- O capex atingiu R\$ 2.979 milhões em 2020, em linha com o plano de investimentos, refletindo o avanço nas obras da Malha Central para torná-la operacional já no primeiro trimestre de 2021, que somaram R\$ 711 milhões no ano.

Unidades de Negócio

As unidades de negócio estão assim organizadas:

Operação Norte - Malha Norte, Malha Paulista e Operação Portuária em Santos

Operação Sul - Malha Oeste e Malha Sul

Operação de Contêineres - Operações de contêineres incluindo a Brado Logística

Operação Central – Malha Central em fase pré-operacional

Resultado por Unidade de Negócio 2020	Operação Norte	Operação Sul	Operação Contêiner	Subtotal	Operação Central	Consolidado
Volume transportado (TKU milhões)	45.862	13.640	2.956	62.458	-	62.458
Receita líquida	5.271	1.410	286	6.966	-	6.966
Custo de produtos e serviços	(3.134)	(1.294)	(294)	(4.722)	-	(4.722)
Lucro (prejuízo) bruto	2.137	116	(8)	2.245	-	2.245
<i>Margem bruta (%)</i>	40,5%	8,2%	-2,8%	32,2%	n.a.	32,2%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(273)	(85)	(39)	(397)	(40)	(438)
Outras receitas (despesas) operacionais e eq. pat. ¹⁰	326	(144)	25	240	(99)	141
Depreciação e amortização ¹¹	1.058	488	72	1.618	98	1.716
EBITDA	3.281	374	49	3.704	(40)	3.664
<i>Margem EBITDA (%)</i>	62,4%	26,5%	17,2%	53,2%	n.a.	52,7%
Ajustes EBITDA	(315)	144	-	(171)	40	(131)
EBITDA ajustado¹²	2.965	518	49	3.533	-	3.533
<i>Margem EBITDA ajustada (%)</i>	56,3%	36,7%	17,2%	50,7%	n.a.	50,7%

Nota 10: Inclui depreciação e amortização da Malha Central, pelo fato de ainda ser não-operacional.

Nota 11: A depreciação e amortização estão alocadas em custos dos serviços prestados e em despesas gerais e administrativas, exceto Malha Central, que está alocada em outras receitas e despesas.

Nota 12: Para a Operação Norte, desconsidera-se os efeitos associados ao processo de renovação Malha Paulista; para a Operação Sul, desconsidera-se a provisão para *impairment* da Malha Oeste; e o Consolidado desconsidera os efeitos do processo de renovação da Malha Paulista, o *impairment* da Malha Oeste e as despesas da Malha Central.

Operação Norte

O volume total transportado na Operação Norte alcançou 45,9 bilhões de TKU em 2020, superando em 7,0% acima de 2019, com destaque para o volume de açúcar (+87,1%), fertilizantes (+36,4%) e celulose (+23,7%). O volume de grãos permaneceu estável, em razão do cenário de mais competição e, especialmente no milho, pelo produtor segurado as exportações.

O EBITDA ajustado totalizou R\$ 2.965 milhões no ano, 9,4% abaixo de 2019. A receita líquida de transporte foi impactada pela queda das tarifas em 10,7% em função: (i) dos menores preços praticados, em razão da pavimentação da BR-163, ainda sem a esperada cobrança de pedágio; (ii) menores patamares de preço do diesel, principalmente no primeiro semestre e; (iii) do mix de produtos transportados - com maior volume de açúcar e industriais. O custo fixo e as despesas gerais e administrativas subiram 11,0%. O custo variável subiu 11,0%, impactado pelo mix de segmentos, onde (i) elevação portuária apresentou crescimento de 28,8% no volume e >100% no custo e; (ii) solução logística, com aumento de mais de 62,0% no volume e 46,1% no custo. Com isso, a margem EBITDA ajustada atingiu 56,4%, 5 p.p. abaixo de 2019.

Operação Sul

A Operação Sul apresentou queda de 5,8% no volume transportado em 2020, atingindo 13,6 bilhões de TKU. A queda de 10% no segmento de grãos se deu, na soja, pela menor competitividade em relação ao modal rodoviário, principalmente pelo menor preço do combustível, e pela quebra de safra no Rio Grande do Sul; e, no milho, em função da menor produção no Paraná e no Mato Grosso do Sul, e pelo fato do produtor ter segurado as exportações. Os produtos industriais apresentaram queda de 21,7%, impactados pela queda do transporte de combustível e outras cargas industrializadas, devido à redução do consumo interno devido ao cenário da pandemia da Covid-19.

O EBITDA da Operação Sul totalizou R\$ 374 milhões no ano, queda de 32,4% em relação a 2019, em razão da retração do volume, já que nos custos houve ganho de eficiência. O custo variável apresentou queda de 10%, maior do que a queda de volume (-5,8%). Os custos fixos e despesas gerais e administrativas permaneceram em linha. Com isso, a margem EBITDA ajustada atingiu 36,7%, 0,7 p.p. abaixo de 2019.

Operação de Contêineres

O volume da Operação de Contêineres em 2020 aumentou em 6,8% frente a 2019, atingindo 2.956 milhões de TKU. O resultado foi influenciado pela alta no transporte de algodão e nos produtos frigorificados no Paraná, ainda que parcialmente compensado pela redução no transporte de cargas industrializadas no mercado interno, especialmente para o Mato Grosso, como impacto da Covid-19.

A Operação de Contêineres apresentou EBITDA de R\$ 49 milhões em 2020, 66% acima de 2019. A dinâmica de mercado acima mencionada impactou o mix de carga transportadas, ocasionando a perda de tarifa em 6,5%. O custo variável caiu 7,3% em função das pontas rodoviárias mais eficientes, apoiadas pela eficiência dos terminais. O custo fixo e as despesas gerais e administrativas permaneceram em linha. O término do processo de desmobilização das unidades de serviço deficitárias no ano, que gerou ganhos na linha de outras receitas e nos custos, fez com que a margem EBITDA atingisse 17,2%, 7,2 p.p. acima do ano anterior.

INVESTIMENTOS

Em 2020, o capex atingiu R\$ 2.979 milhões, em linha com o plano de investimentos da Companhia, refletindo os R\$ 711 milhões investidos para operacionalização da Malha Central.

O capex recorrente atingiu R\$ 1.108 milhões. O aumento se deu em razão (i) dos maiores investimentos para aumento do nível de segurança, que já alcança a taxa média das ferrovias internacionais Class I; (ii) do aumento do custo unitário de alguns componentes em razão da variação cambial e do IGP-M e; (iii) investimentos na Malha Central.

O capex de expansão atingiu R\$ 1.871 milhões. O aumento do nível de investimentos decorre principalmente das obras na Malha Central que atingiram R\$ 694 milhões. Além disto, a Companhia também segue investindo na via-permanente, com substituição de trilhos e dormentes; na expansão de pátios para adequação ao trem de 120 vagões e em melhorias em infraestrutura. Estes projetos, além de aumentar a capacidade, trazem maior nível de eficiência, o que permite, entre outros ganhos, a redução do consumo de combustível, fundamental para redução de emissões específicas de gases de efeito estufa.

ALAVANCAGEM

O endividamento abrangente bruto ao final do 4T20, incluindo derivativos, foi de R\$ 16,3 bilhões, contra R\$ 16,7 bilhões no 2T20. O aumento do endividamento líquido em 8,8% reflete os efeitos do menor EBITDA sobre o fluxo de caixa. Ao longo do ano, importantes avanços na estrutura de capital foram realizados: (i) follow-on de R\$ 6,4 bilhões; (ii) pré-pagamento de outorgas das Malhas Central e Paulista (R\$ 5,1 bilhões) e; (iii) contínuo processo de liability management. Com isso, a alavancagem atingiu 1,9x (dívida líquida abrangente/EBITDA).

Endividamento total (Valores em R\$ MM)	4T20	3T20	Var. %
Bancos comerciais	1.034	1.045	-0,7%
NCE	1.264	1.251	1,0%
BNDES	3.972	4.255	-6,7%
Debêntures	3.420	3.266	5,5%
Senior notes 2024, 2025 e 2028	10.222	11.239	-6,6%
Endividamento bancário	19.912	21.056	-4,0%
Arrendamento financeiro ²⁵	416	442	-5,9%
Instrumentos derivativos líquidos	(3.989)	(4.758)	-9,7%
Endividamento abrangente bruto	16.340	16.740	-2,4%
Caixa e equiv. de caixa e títulos e valores mobiliários	(9.175)	(10.158)	-9,7%
Endividamento abrangente líquido	7.165	6.582	8,8%
EBITDA LTM ajustado ²⁶	3.808	3.911	-2,6%
Alavancagem (dívida abrangente líquida/EBITDA LTM ajustado)	1,9x	1,7x	11,8%

Nota 25: Não inclui arrendamentos operacionais IFRS 16.

Nota 26: O EBITDA LTM refere-se à soma dos últimos doze meses do EBITDA. Para efeitos de alavancagem, foram desconsiderados os efeitos do impairment da Malha Oeste.

A Rumo está sujeita a determinadas cláusulas contratuais restritivas referentes ao nível de alavancagem e cobertura do serviço da dívida em alguns dos seus contratos. As disposições mais restritivas possuem verificação anual ao fim do exercício e referem-se ao endividamento abrangente líquido. Este inclui as dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como leasing financeiro, deduzidos de títulos e valores mobiliários, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito vinculados a empréstimos e instrumentos derivativos. Os covenants para dezembro de 2020 são: alavancagem máxima de 3,3x (dívida líquida abrangente/EBITDA LTM) e índice de cobertura de juros mínimo de 2,0x EBITDA/Resultado financeiro

PROPOSTA DE RETENÇÃO DE LUCROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentou lucro líquido R\$ 305 milhões no ano que foi utilizado para compensação de prejuízos acumulados de períodos anteriores. A Companhia não destinou reserva legal (R\$ 38.911 em 31 dezembro de 2019), e destinou o saldo dessa reserva de R\$ 52.129 para absorção pelo prejuízo acumulado em exercícios anteriores.

SUSTENTABILIDADE

O propósito da Rumo é transformar a logística brasileira, e para tanto, seguimos numa trajetória consistente de expansão geográfica. Já cobrimos 80% das regiões exportadoras do País, ligamos os principais centros produtores aos portos e contribuímos significativamente para o aumento da participação do Brasil no trade global de grãos, que hoje já alcança 40%. Aliado a isto, também levamos desenvolvimento aos locais mais distantes dos principais centros econômicos e industriais do Brasil, e seguimos modernizando nossas operações, com extremo **foco em segurança e nas nossas pessoas** – nossos valores primordiais.

No Relatório sustentabilidade (<http://ri.rumolog.com/sobre-a-rumo/sustentabilidade/>) demonstramos os resultados atingidos no último ano e reforçamos nosso olhar para o longo prazo – expressão de uma estratégia de expansão e perenidade do nosso negócio, fundada sob valores e compromissos explícitos, com olhar crítico aos impactos que geramos ao redor de nossas operações.

Dentro deste contexto, ouvimos os principais *stakeholders* e transformamos os feedbacks sobre esta publicação em oportunidades para desenvolvê-la. A principal novidade deste ano é que tornamos públicos nove compromissos com o desenvolvimento sustentável, alinhados aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), incluindo três metas de longo prazo relacionadas às nossas emissões, à segurança e ao índice de satisfação de nossos colaboradores.

Temos certeza que estamos construindo nossa história: uma das maiores empresas de logística do país que busca ter eficiência, otimização de custos, o melhor atendimento aos clientes, que se preocupa com o meio ambiente e com a sociedade. Levamos empregos e iniciativas sociais nas comunidades em que atuamos e queremos estar cada vez mais próximos deles. Além disso, um lugar onde as pessoas trabalhem felizes e se desenvolvam. Com um ambiente inclusivo, tolerante e que juntos possamos sempre mais, como fizemos frente à pandemia da Covid-19, onde rapidamente tomamos todas as providências para a segurança dos nossos colaboradores e seguimos trabalhando.

Somos resilientes e focados para continuar a movimentar o País, mesmo em momentos desafiadores, porque acreditamos nas nossas pessoas, no nosso setor e acima de tudo no Brasil

RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2020, contávamos com 8.602 empregados ativos em regime CLT.

A Companhia mantém relacionamento com Sindicatos de Trabalhadores que representam seus empregados, sendo que aproximadamente 25% destes empregados são sindicalizados. Os acordos e convenções coletivas das quais fazemos parte ou negociamos diretamente, geralmente têm duração de 12 meses. A Companhia preza pelo cumprimento da legislação trabalhista aplicável, além de cumprir rigorosamente todas as condições acordadas nos instrumentos coletivos celebrados com os sindicatos, aplicando-as igualmente aos empregados sindicalizados e não sindicalizados.

Oferecemos aos nossos empregados, incluindo nossos executivos, pacote de benefícios que incluem refeições balanceadas, assistência médica, hospitalar e odontológica, cesta alimentar ou vale-alimentação, seguro de vida em grupo, bolsa de estudos, dentre outros, aplicáveis aos seus diferentes públicos internos. Todos os nossos empregados fazem jus aos programas de participação nos resultados, customizados por área de atuação e desenvolvidos de acordo com a legislação aplicável, com a participação de comissões de trabalhadores e representantes dos sindicatos profissionais, cuja remuneração é baseada no atingimento de metas e desempenho operacional. Os membros do nosso Conselho de Administração não têm direito a esses benefícios.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A Rumo é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão) sob o ticker RAIL3. Em 31 de dezembro de 2020 o capital social estava representado por 1.854.158.791 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O relacionamento da Rumo com a comunidade financeira e com os investidores é pautado pela transparência e respeito aos princípios dos mais altos níveis de governança, legais e éticos. A área de Relações com Investidores realiza contatos frequentes com investidores e analistas de mercado através da participação em conferências, visitas a investidores, eventos promovidos para a divulgação de informações relativas ao desempenho da companhia e os mais diversos atendimentos diários respondendo às demandas do mercado. Além disto, mantém um site de relações com investidores com informações atualizadas, específicas, segmentadas e direcionadas para públicos distintos.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES EXTERNOS

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a soma dos outros serviços contratados junto aos nossos auditores independentes, E&Y Auditores Independentes e suas partes relacionadas, referente a outros serviços relacionados a auditoria, durante o exercício vigente, foi de 50,8% do valor total de seus respectivos honorários para o exame das demonstrações financeiras da Companhia e que não tiveram qualquer implicação no princípio de independência descrito no parágrafo acima.

Com base em referidos princípios, a E&Y Auditores Independentes informou que a prestação de tais serviços, conforme descritos acima, não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Rumo agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela colaboração e confiança depositados e, em especial, aos seus empregados pela dedicação e esforço empreendidos durante o ano de 2020.

Para detalhes da análise dos resultados de 2020, visite o nosso site: <http://ri.rumolog.com>.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com opiniões expressas no parecer dos auditores independentes emitido em 12 de fevereiro de 2020 pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes, CRC – 2SP034519/O-6.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Curitiba, 12 de fevereiro de 2020.

RUMO S.A.
CNPJ/MF nº 02.387.241/0001-60
NIRE 413.000.19886
Companhia Aberta
Categoria A

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM
08 e 11 DE FEVEREIRO DE 2021**

No dia 08 de fevereiro de 2021, às 15:00, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal abaixo assinados, com a presença do Diretor de Controladoria, o Sr. Felipe Bertoncello Carvalhedo, do Gerente de Controladoria, Sr. Roque Hülse, do Vice-Presidente Financeiro e Relações com Investidores, Sr. Ricardo Lewin e do Diretor Jurídico, Sr. Valter Pedrosa, como representantes da Companhia, e dos representantes da Ernst & Young Auditores Independentes S/A (“E&Y”), Srs. Marcos Pupo e Pedro Conte, com a finalidade de examinar e emitir Parecer sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 (“DFs 2020”), examinar e aprovar o Plano de Trabalho do Conselho Fiscal para o exercício 2021 (“Plano de Trabalho 2021”), e apreciar, como temas informativos, o Estudo Técnico de Viabilidade de IR/CSLL Diferido Ativo, em especial (“Estudo”), as atualizações sobre o Canal de Ética e o Orçamento da Companhia para o exercício 2021 (“Orçamento 2021”). Materiais para leitura e apresentações relativas aos temas mencionados foram enviados para os membros do Conselho Fiscal antecipadamente e permanecerão arquivados na sede da Companhia.

Inicialmente, a Administração da Companhia apresentou o Orçamento 2021 e, prestados os esclarecimentos necessários, os membros do Conselho Fiscal ficaram satisfeitos com o material apresentado e as explicações fornecidas.

Na sequência, foram apresentados os resultados do Estudo Técnico de Viabilidade de Realização do Ativo Fiscal Diferido (IR/CSLL) realizado pela Companhia no exercício de 2020.

A Administração da Companhia também apresentou atualizações sobre o Canal de Ética e ressaltou não ter havido nenhuma denúncia crítica e/ou que envolvesse os executivos seniores da Companhia.

A Administração da Companhia apresentou as DFs 2020 e, após discussões e esclarecimentos, os membros concordaram que a emissão do parecer deste Conselho Fiscal ficará suspensa até o envio do relatório final sobre as DFs 2020 devidamente assinado pelos Auditores Independentes.

Retomados os trabalhos em 11 de fevereiro de 2020, após a apresentação do relatório dos Auditores Independentes, os membros efetivos do Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais, consoante as disposições do artigo 163 da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social da Companhia, procederam ao exame das DFs 2020, a serem aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e, após indagações à Administração da Companhia e aos Auditores Independentes sobre os referidos temas, e feitos os esclarecimentos, emitiram o parecer conforme Anexo I.

Por fim, a Administração da Companhia apresentou uma sugestão de Plano de Trabalho do Conselho Fiscal para 2021, indicando as pautas a serem avaliadas no decorrer deste exercício social, em linha com as competências do Conselho Fiscal elencadas na legislação e no Estatuto Social da Companhia. O Plano de Trabalho 2021 foi analisado pelos membros do Conselho Fiscal, que, após os esclarecimentos e ajustes solicitados à Administração, aprovaram o Plano de Trabalho proposto.



Encerramento. Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada e a presente ata lida, achada conforme e assinada pelos membros do Conselho Fiscal.

Curitiba, 11 de fevereiro de 2021.

Luis Claudio Rapparini Soares
Presidente

Cristina Anne Betts

Reginaldo Ferreira Alexandre

Francisco Silvério Morales Cespede

Marcelo Curti



ANEXO I - PARECER DO CONSELHO FISCAL

RESULTADOS DO ANO DE 2020

O Conselho Fiscal da **RUMO S.A.**, por unanimidade, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, considerando os trabalhos realizados ao longo do exercício, bem como o relatório da Administração da Companhia e o parecer dos Auditores Independentes, o qual não contém ressalvas, opina que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2021.

Luis Claudio Rapparini Soares
Presidente

Cristina Anne Betts

Reginaldo Ferreira Alexandre

Francisco Silvério Morales Cespede

Marcelo Curti

RUMO S.A.
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2021

- 1 **DATA, HORÁRIO E LOCAL DA REUNIÃO:** Realizada em 10 de fevereiro de 2021 as 16h00 por meio de vídeo conferência (Teams Meeting)¹.

PRESENCAS: Presentes em tempo integral os membros do Comitê de Auditoria da Rumo S/A (“Rumo”): Srs. Mailson Ferreira da Nobrega, Felício Mascarenhas e João Ricardo Ducatti. Presentes em tempo integral os representantes da Cosan os Srs. Wagner De Cicco, Willians Martins, Vitor Gavino, Rafael Suzano, João Arthur de Souza e a Sra. Juliana Trench de Souza Orru. Presente em tempo integral o representante da Rumo o Sr. Felipe Carvalhedeo. Presentes em tempo parcial os responsáveis pela auditoria independente EY: Srs. Sr. Marcos A. Pupo, Danilo Brizida e Sra. Stela Cerqueira.

- 3 **MESA:** Presidente: Mailson Ferreira da Nobrega; Secretário: Wagner De Cicco.

4. **DELIBERAÇÃO**

Nos termos do artigo 9º, Parágrafo único, III da ICVM 481/09, os membros do Comitê de Auditoria da Rumo, por deliberação unânime, emitem, sem qualquer ressalva, após apreciação das Demonstrações Financeiras, acompanhada do Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, com a devida apresentação e esclarecimentos da administração dos resultados da Companhia e com a manifestação favorável da auditoria independente, EY Auditores Independentes, que informou não ter qualquer reserva com relação aos referidos resultados, seu parecer (“Anexo I”) para análise do Conselho de Administração da companhia, conforme item IV.13 do Regimento Interno de cada Comitê de Auditoria.

¹ https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MTM1MTYzNjMtYmEzMS00NGM2LWE0MmEtNGYxY2NjNmE2M2Ey%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22e7c411a6-9013-4967-a5b1-3d08f9edc13e%22%2c%22Oid%22%3a%22ec94caa3-0528-498d-98de-02cebe88a526%22%7d

5. ENCERRAMENTO

Os membros do Comitê de Auditoria deram por encerrada a reunião às 18h00, com a lavratura da presente ata, distribuída pelo sistema *Bord Vantage* e acordada por todos.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2021.

Mailson Ferreira da Nobrega

Membro do Comitê de Auditoria da Rumo S/A

Felício Mascarenhas

Membro do Comitê de Auditoria da Rumo S/A

João Ricardo Ducatti

Membro do Comitê de Auditoria da Rumo S/A

Wagner De Cicco

Secretário do Comitê de Auditoria da Rumo S/A

ANEXO I

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA RUMO S/A

Os membros do Comitê de Auditoria da Rumo S.A. ("Companhia), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo IV.13 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhada do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e, considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pela EY Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, sem qualquer ressalva, que referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e recomendam a aprovação dos documentos retro mencionados, nos termos do artigo 9º, Parágrafo único, III da ICVM 481/09, pelos Conselhos de Administração da Companhia, com o posterior encaminhamento e análise deste pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2021.

Mailson Ferreira da Nobrega

Membro do Comitê de Auditoria da Rumo S/A

Felício Mascarenhas

Membro do Comitê de Auditoria da Rumo S/A

João Ricardo Ducatti

Membro do Comitê de Auditoria da Rumo S/A

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2020

Sobre o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Rumo S.A é um órgão estatutário de funcionamento permanente, dentro das melhores práticas de Governança Corporativa.

Os membros do Comitê serão eleitos bianualmente pelo Conselho de Administração, podendo ter o mandato renovado, a critério do Conselho de Administração, por, no máximo, 10 (dez) anos, devendo ser igualmente observados os limites e requisitos de independência previstos no Regimento Interno do Comitê. Todos os membros são independentes, sendo que 1 (um) deles, a saber, o Sr. Mailson Ferreira da Nóbrega, atua também como conselheiro de administração e como especialista financeiro.

De acordo com Regimento Interno cabe ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Rumo S.A., pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna, assim como pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A EY Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC - e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Monetários – CVM. Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais (ITRs) enviados para a Comissão de Valores Mobiliários - CVM. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC em consonância com as normas emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e pelo Financial Accounting Standards Board (FASB), normas

da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 11 de fevereiro de 2021 contendo opinião sem ressalvas.

Os trabalhos de Auditoria Interna são realizados por equipe interna. O Comitê de Auditoria Estatutário é responsável pela aprovação do plano de auditoria interna que na sua execução é acompanhado e orientado pelo gerente da área de Auditoria, Riscos e Controles Internos e desenvolve sua atuação de forma ampla, observando, principalmente, a cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis à operação e impactos mais significativos na implementação da estratégia da Companhia.

Atividades do Comitê de Auditoria em 2020:

O Comitê reuniu-se 4 (quatro) vezes no período de fevereiro de 2020 a fevereiro de 2021.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício e assuntos discutidos, cabe destacar os seguintes aspectos:

- a) aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Interna, inclusive quanto a integração com as demais atividades relacionadas à gestão de riscos e *Compliance*;
- b) tomar conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna, bem como fazer o acompanhamento das providências saneadoras adotadas pela Administração;
- c) monitoramento do sistema de controles internos quanto a sua efetividade e processos de melhoria, do monitoramento de riscos de fraudes com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e com os Auditores Independentes, com a área de Controles Internos, *Compliance* e Ouvidoria;
- d) acompanhamento da metodologia adotada para gestão de riscos e dos resultados obtidos, de acordo com o trabalho apresentado e desenvolvido pela área especializada e por todos os gestores responsáveis pelos riscos sob sua gestão, com o objetivo de garantir a evidenciação dos riscos relevantes para Empresa;

e) análise, aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Independente e sua execução tempestiva;

f) das demonstrações financeiras por meio de reuniões com os administradores e com os auditores independentes para discussão das informações trimestrais (ITRs) e demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020;

g) acompanhamento do canal de denúncias, aberto a acionistas, colaboradores, estabelecimentos, emissores, fornecedores e ao público em geral, com responsabilidade da área de Auditoria no recebimento e apuração das denúncias ou suspeitas de violação ao Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis apropriados de transparência;

h) realização de reuniões com os principais executivos da Empresa, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócio, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações;

i) avalia e monitora, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com as partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações

j) acompanhamento dos programas de *Compliance* Jurídico e do processo de gestão de riscos, atualização da Matriz ERM e do sistema de apoio (VP).

No ano 2020 o Comitê não se reuniu para deliberar assuntos extraordinários.

Conclusão:

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Rumo S/A, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do próprio comitê, procederam à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório anual da administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Tomando em conta as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela EY Auditores

Independentes, considerando que este reflete adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, e recomendam, por unanimidade, a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2021.

Mailson Ferreira da Nobrega
Membro do Comitê de Auditoria da Rumo S.A

Felício Mascarenhas
Membro do Comitê de Auditoria da Rumo S.A

João Ricardo Ducatti
Membro do Comitê de Auditoria da Rumo S.A